

Relatório do



4^o fórum nacional de MUSEUS

brasília
2010

Brasília - 12 a 17 de Julho de 2010

Relatório do



4^o fórum
nacional de
MUSEUS
brasília
2010

Brasília - 12 a 17 de Julho de 2010

Presidenta da república
Dilma Rousseff

Ministra da Cultura
Ana de Hollanda

Presidente do IBRAM
José do Nascimento Junior

Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus
Eneida Braga Rocha de Lemos

Diretor do Departamento de Processos Museais
Cícero Antônio F. de Almeida

Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Interna

Coordenadora Geral de Sistemas de Informação Museal
Rose Moreira de Miranda

Procuradora-Chefe
Eliane Alves de Almeida Sartori

Endereço
SBN, Quadra 02, Bloco N, Edifício CNC III, 15º andar
Brasília/DF
CEP: 70040-904

Página da internet
www.museus.gov.br

Fórum Nacional de Museus (2010: Brasília – DF)
Direito à Memória, Direito a Museus:
relatório. / Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. –
Brasília, DF: MinC/IBRAM, 2010.
ISBN 978-85-63078-24-7

1. Museus 2. Fórum (debates) I. Política Nacional de Museus II. Título.

CDD 069
CDU 069

SUMÁRIO

05	Introdução
07	Direito à Memória, direito à museus (Apresentação)
14	Programação
24	Regimento interno
27	Conferências: <ul style="list-style-type: none">I Conferência<ul style="list-style-type: none">Direito a memória, direito a museusII Conferência<ul style="list-style-type: none">Produção simbólica e diversidade culturalIII Conferência<ul style="list-style-type: none">Museus e economia criativaIV Conferência<ul style="list-style-type: none">Museus, cidade e cidadania
78	Painéis
87	Plano Nacional Setorial de Museus <ul style="list-style-type: none">Construção nacional setorial de museusPlano setorial de museus - MinifórunsPlano setorial de museus - MiniplenáriosPlano setorial de museus - Plenário Nacional
99	Ementas dos manuscritos
107	Comunicações coordenadas - propostas aprovadas

1ª sessão

1ª sessão

145

Exposições

155

Programação paralela

Encontro dos representantes dos pontos
de memória

Reunião de educadores em museus

Reunião de professores do campo museológico

Reunião de redes e sistemas de museus estaduais e municipais

168

Entrevistas

177

Considerações finais

Palavra do Presidente do Ibram

No ano de 2004, em Salvador, acontecia o 1º Fórum Nacional de Museus com o tema ‘A imaginação social: os caminhos da democracia’. Organizado pelo então Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, o evento, que contou com a participação de 450 profissionais da área, teve o intuito de discutir o papel dos museus na sociedade contemporânea brasileira como agentes de inclusão cultural, de afirmação identitária de grupos variados, de reconhecimento da diversidade e de desenvolvimento econômico.

Hoje, passados 6 anos, realizamos, no período de 12 a 17 de julho de 2010, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, o 4º Fórum Nacional de Museus, o primeiro sob a tutela do Instituto Brasileiro de Museus.

O tema escolhido, “Direito à Memória, Direito a Museus”, remete ao tema do 1º fórum – os caminhos da democracia, culminando o processo democrático de construção da política para o setor museal e da Política Nacional de Cultura e, conseqüentemente, levando ao fechamento de um ciclo.

Essa edição do fórum teve como principal objetivo estabelecer e aprovar as diretrizes para a Política Nacional Setorial de Museus – PNSM. Para tal, antecederam ao evento plenárias estaduais que mobilizaram representantes da área museológica, da sociedade civil e do poder público para refletir, avaliar e definir estratégias que se somaram aos trabalhos desenvolvidos durante o 4º FNM e resultaram no PNSM.

Ao longo desses anos o debate sobre o papel dos museus cresceu na sociedade brasileira, bem como a abrangência do público relacionado

RELATÓRIO DO 4º FNM : :: INTRODUÇÃO

ao segmento. A quarta edição do Fórum contou com 1.922 participantes, de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal. Integraram o evento representantes da área museológica, da sociedade civil, do poder público e das assembleias setoriais, estaduais e distrital que o antecederam, propiciando um cenário de significativa mobilização de diferentes atores. Também estiveram presentes representantes da Áustria, Cuba, França, Holanda, México e Portugal, possibilitando uma diversidade ainda maior aos debates e o fortalecimento do setor museológico brasileiro.

Este documento expressa as idéias construídas coletivamente, ora extraídas de trabalhos dos grupos, ora decorrentes de propostas e recomendações que, posteriormente, serão materializadas e divulgadas no sentido de fortalecer a cooperação entre os participantes com a criação de uma rede de comunicação entre eles. O resultado alcançado discorre sobre um processo em construção, no momento em que pontua o aprendizado pretérito e os obstáculos que se antepõem à construção e ao reconhecimento da importância do segmento museal, e aponta os rumos para desenvolver etapas futuras, notadamente na forma da Política Nacional Setorial de Museus, definida para os próximos dez anos.

Uma boa leitura a todos e a todas.
José do Nascimento Junior



Direito à Memória, Direito a Museus

Todo percurso, todo caminho, é cheio de sentidos e significados. Esses sentidos e significados, no entanto, não estão fixados no caminho e também não estão gravados no caminhante; eles se fazem na relação entre o que caminha e o caminho. De outro modo: a forma de percorrer desvela o caminho, a compreensão do caminho a ser percorrido e as possibilidades de chegar; onde se quer e onde se pode chegar. Desde a instituição da Política Nacional de Museus (PNM), novos caminhos e novos significados foram percorridos e descobertos, e novas forma de olhar; construímos algo novo em termos de políticas culturais para o país. O Brasil vive um momento de particular importância para a cultura, compreendida em suas três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica. Depois de longo tempo, pensando num futuro que não chegava nunca, criamos a possibilidade de constituir um projeto de nação que é planejado e praticado hoje, mas que olha para o futuro, gerando políticas públicas com responsabilidade social, capazes de incluir vastos setores da população nos parâmetros de cidadania, capazes de ampliar o acesso aos bens culturais já produzidos e aos meios de produção de bens culturais.

O Ministério da Cultura, na gestão do ministro Gilberto Gil, e na continuidade da gestão com o ministro Juca Ferreira, lançou muitos desafios para os setores culturais, entre os quais se inclui o Setor Museus e Memórias. Entre esses desafios destacava-se o da necessidade de investir em uma nova forma de gestão das políticas públicas de cultura; o desafio de realizar a grande transformação do MinC num instrumento fundamental de gestão da cultura brasileira a favor do povo brasileiro. Esse foi o desafio que assumimos desde a primeira hora. Para enfrentar esse desafio convidamos democraticamente, sem preconceitos ou restrições, todo o setor museológico brasileiro. A resposta foi imediata e desde o início estamos juntos, construindo juntos, com ampla mobilização e participação.

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : APRESENTAÇÃO

A 4ª edição do Fórum Nacional de Museus é o auge do processo de construção da Política Nacional de Museus (PNM) e sintetiza o esforço empreendido para articular, promover, desenvolver e fortalecer o campo museal brasileiro. Trata-se de um momento propício para a avaliação da política voltada para o setor em termos de metas, experiências, realizações, resultados efetivos, frustrações e, ao mesmo tempo, de construção e projeção no futuro de novas possibilidades e experimentações, de novos caminhos, desafios e horizontes.

As três edições anteriores do FNM contribuíram significativamente para o desenvolvimento e o enraizamento social da política de museus, compreendida como política pública de cultura. O 1º FNM, realizado em Salvador (BA), em 2004, que teve por tema “A Imaginação museal: os caminhos da democracia”, inspirou muitos debates e se transformou em um importante espaço para a troca de experiências entre os participantes. O 2º FNM, realizado em Ouro Preto (MG), no ano de 2006, adotou o tema “O futuro se constrói hoje” e contribuiu para a apresentação e o desenvolvimento de novas experiências museais. O 3º FNM foi realizado em Florianópolis (SC), em 2008, tendo por temática “Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento” e foi fundamental para a afirmação da centralidade da museologia social no âmbito da PNM.

O 4º FNM traz para o centro dos debates o tema “Direito à Memória, Direito a Museus”. A vontade (ou o desejo) de memória (e de patrimônio), mesmo não sendo exclusividade do mundo contemporâneo, ganha na atualidade uma dimensão especial, em virtude de seu vínculo com o campo da comunicação e da política.

O tema do 4º FNM tem relevância para o campo museal contemporâneo e sinaliza para a importância de se pensar o museu como conector cultural de espaços e tempos diversos. Tudo isso, levando em conta a memória que, a rigor, está entronizada no presente.

Compreendendo o 4º FNM como espaço de troca de experiências, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) convidou interessados no tema a participarem do exercício de construção de uma nova imaginação museal, uma imaginação capaz de dialogar com temas como: cidades e cidadania, desenvolvimento sustentável, economia criativa e estratégias de institucionalização de um universo museal tão multifacetado.

Instigado pela 1ª Pré-Conferência de Museus e Memórias¹, de 26 a 28 de fevereiro de 2010; pela II Conferência Nacional de Cultura², de 11 a 14 de março de 2010, que definiu os 5 Eixos e Es-

1 As Pré-Conferências Setoriais de Cultura fizeram parte do processo de construção da II Conferência Nacional de Cultura. De caráter mobilizador, reflexivo, propositivo e eletivo, são instâncias de articulação local e regional dos agentes culturais de cada um dos 19 setores da cultura. Caracterizaram-se também como espaço de contribuição na formulação das estratégias para as políticas públicas nacionais de cultura com foco no temário da II CNC e como etapa de constituição de uma rede de discussão fundamental na realização das Conferências Setoriais definidas no Plano Nacional de Cultura (PNC).

2 A II CNC cujo tema “Cultura, diversidade, cidadania e desenvolvimento”, gerou debates em torno dos cinco eixos do Plano Nacional de Cultura (PNC): i. produção simbólica e diversidade cultural; ii. cultura, cidade e cidadania; iii. cultura e desenvolvimento sustentável; iv. cultura e economia criativa; v. gestão e institucionalidade da cultura.

tratégias Setoriais Prioritárias; e pelo Plano Nacional de Cultura³, promovidas pelo Ministério da Cultura, o temário definido para o 4º Fórum foi concebido tendo por escopo:

- I. Mobilizar a comunidade museológica do Brasil;
- II. Propor estratégias para o fortalecimento do setor museológico como centro dinâmico de desenvolvimento;
- III. Promover o debate entre profissionais de museus, gestores culturais, estudantes e interessados no tema;
- IV. Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de museus e memórias e estimular as transversalidades culturais;
- V. Aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;
- VI. Debater e aprofundar diretrizes aprovadas na II Conferência Nacional de Cultura, relativas aos museus;
- VII. Elaborar e aprovar as Diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM 2010/2020;

Para o alcance dos objetivos propostos, o Ibram estruturou o Fórum a partir de regimento próprio, construído de forma transparente e colaborativa, em que foram definidas as regras gerais para sua realização.

Por sua característica de heterogeneidade, a estruturação do 4º FNM visou conduzir os participantes ao debate e à compreensão da necessidade de criação de diretrizes, estratégias, ações para o PNSM e de articulação de outros saberes para o enfrentamento dos desafios produzidos a partir das vivências de cada um.

Dessa forma, a programação do 4º Fórum contemplou a realização de atividades distribuídas em:

- *Debates Gerais:*
 - I. Conferências;
 - II. Minicursos;
 - III. Comunicações coordenadas, divididas em apresentações orais e pôsteres;
 - IV. Painéis;
- *Elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus:*
 - V. Minifóruns Setoriais;
 - VI. Miniplenárias;
 - VII. Plenária nacional;

³ O PNM é um plano de estratégias e diretrizes para a execução de políticas públicas dedicadas à cultura. Toma como ponto de partida um abrangente diagnóstico sobre as condições em que ocorrem as manifestações e experiências culturais e propõe orientações para a atuação do Estado na próxima década. Sua elaboração está impregnada de responsabilidade cívica e participação social e é consagrada ao bem-estar e desenvolvimento comunitário.

RELATÓRIO DO 4º FNM :: APRESENTAÇÃO

- *Atividades Paralelas:*
VIII. Exposições; e
IX. Programação paralela.

Assim como na relatoria do 1º, 2º e 3º FNM, o relatório do 4º FNM manteve o registro histórico das características e dos elementos fundamentais obtidos a partir de reflexão, avaliação e diretrizes para a construção da Política Nacional de Museus, a ser observada de forma conexas para o fortalecimento do Sistema Brasileiro de Museus (SBM)⁴. Deve-se destacar, contudo, que o registro das discussões e dos trabalhos do 4º Fórum tem um cunho eminentemente pragmático, atendo-se ao alcance dos objetivos constantes do seu regimento interno.

Nesse sentido, o Fórum foi idealizado e estruturado de maneira que os diferentes eventos da sua programação compusessem um processo contínuo de debates gerando ao final as diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM 2010/2020, uma inovação em relação às três edições anteriores. A aprovação do regimento interno do 4º Fórum Nacional de Museus, pelos participantes do evento, representou o primeiro avanço nesse processo ao assegurar a democrática participação de profissionais de museus, gestores culturais, estudantes e interessados no tema e nos debates dos grupos temáticos dedicados à análise do mérito das propostas representativas do setor e à aprovação das propostas que serviram de base para a construção do Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM 2010/2020.

Dessa forma, o documento apresenta os resultados de amplo trabalho coletivo que compôs a programação do 4º FNM. Foram realizadas durante todo o período do evento 4 conferências que contaram com 6 conferencistas convidados do Brasil e do exterior; 11 minicursos de capacitação em diversas áreas de atuação do campo museal, que tiveram um total de 1.245 inscritos; intensa programação de comunicações coordenadas que contaram com 17 apresentações orais e a exposição de 26 pôsteres científicos, selecionados por uma comissão específica; 8 Painéis sobre diferentes temáticas relacionadas ao campo museal.

O credenciamento do 4º Fórum Nacional de Museus, “Direito à Memória, Direito a Museus” trouxe como inovação a opção de inscrições mediante a doação de 4 quilos de alimentos não perecíveis. Por essa iniciativa, o evento arrecadou 2004 quilos de alimentos, sendo que 514 quilos foram doados ao Lar Maria Madalena no Núcleo Bandeirante (DF), instituição social que abriga idosos, e 1.490 quilos de alimentos foram remetidos à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Alagoas, para distribuição em cidades atingidas por enchentes.

4 O SBM foi criado pelo Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, é um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico. Seu estabelecimento cumpre uma das premissas na Política Nacional de Museus, ou seja, a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus, de modo a torná-los cada vez mais representativo da diversidade étnica e cultural do país.

Como principal lócus do trabalho desenvolvido durante o evento, foram realizadas reuniões de grupos de trabalhos temáticos em formato de minifóruns setoriais, miniplenárias e plenária nacional, nas quais foram discutidas e construídas diretrizes, estratégias, ações e metas que passaram a compor o – PNSM 2010/2020.

O 4º FNM também foi palco de exposições e de vasta programação paralela. Durante todo o Fórum, foram apresentadas as exposições: ‘O Ibram e seus museus’; ‘Espaço Conhecendo os Museus’; ‘Memória em Movimento’; ‘Mostra de Artesanato’ e diversas apresentações artísticas locais.

Na programação paralela, o evento acolheu o encontro dos representantes dos Pontos de Memória; a reunião da Rede de Educadores em Museus – REM; o III Encontro da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia; o Encontro dos Representantes dos Gestores do Setor, Redes e Sistemas de Museus Estaduais e Municipais e a Assembléia Extraordinária 2010 do Comitê Internacional de Museus – ICOM/Brasil.

Para o acompanhamento das discussões por aqueles que não puderam estar no evento, a Assessoria de Comunicação do Ibram/MinC manteve atualizadas, de forma sistemática, informações do evento na internet (portal: <http://www1.museus.gov.br/> e blog: www.4forumnacionaldemuseus.com.br/blog). Algumas das atividades também foram transmitidas ao vivo, como, por exemplo, as conferências proferidas pelos convidados.

Nesse relatório também são apresentadas a programação sintética e analítica do evento, o regimento do 4º FNM aprovado e o registro de percepções e expectativas sobre o evento.

Eneida Braga Rocha de Lemos
Coordenadora Geral do 4º Fórum Nacional de Museus



Programação

*Sobre o FNM: “Creo que es algo muy interesante, que defiende la identidad, la cultura de todos nuestros países, y es algo a que debemos seguir siempre, por el valor que tiene. Encontramos en Brasilia unidos tantos compatriotas de la familia de los museos y del patrimonio, creo que es muy importante. He tenido la oportunidad de ver el logotipo del evento en muchos lugares y la gente conoce, y incluso hoy aún me preguntaban si podrían venir y participar en las conferencias y eso quiere decir que la gente está conociendo, y eso es muy bueno, que la gente se interese no que se pasa con nuestros museos y que se irá pasar con nuestros museos.(...) pienso que los museos son la esencia de la historia y de la cultura.”
(Inés Lourdes Ferrera González, Deputada de La Asamblea Nacional de Cuba)*

4º Fórum Nacional de Museus

“Direito a Museus, Direito à Memória”

Brasília – 12 a 17 de julho de 2010

PROGRAMAÇÃO (Visão Sintética)

Turno	DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2010					
	12 (segunda-feira)	13 (terça-feira)	14 (quarta-feira)	15 (quinta-feira)	16 (sexta-feira)	17 (sábado)
Manhã	Credenciamento e novas inscrições (09h00 as 17h00)	Minicursos (08h00 as 12h00)	Comunicações Coordenadas (09h00 as 10h00)	Comunicações Coordenadas (09h00 as 10h00)	Miniplenárias (08h00 as 12h00)	Plenária Nacional de Museus (09h00 as 18h00)
			Painéis (quatro simultâneos) (10h30 as 12h00)	Painéis (quatro simultâneos) (10h30 as 12h00)		
Tarde	Aprovação do Regimento do 4º Fórum Nacional de Museus (15h00)					
	Minicursos (14h00 as 18h30)	Minicursos (14h00 as 17h30)	Minifóruns setoriais (14h00 as 18h00)	Minifóruns setoriais (14h00 as 18h00)	Miniplenárias (14h00 as 18h00)	
Noite	Abertura e Conferência (19h00)	Conferência (18h00)	Conferência (18h30)	Conferência (18h30)		
Programação Paralela	Encontro dos Representantes dos Pontos de Memória					
		Reunião Rede de Educadores em Museus – REM (08h00 às 12h00)				
		Reunião de Professores do Campo Museológico (09h00 às 18h00)				
		Assembléia Extraordinária 2010 – ICOM/Brasil (14h)				
		Reunião dos Sistemas e Redes Estaduais e Municipais de Museus (09h00 às 10h00)				

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : PROGRAMAÇÃO**PROGRAMAÇÃO (Visão Analítica)****12/07/2010 – segunda-feira***Manhã*

09h00 às 17h00 – Credenciamento e novas inscrições

Tarde

15h00 – Plenária para aprovação do Regimento do 4ª FNM

14h00 às 18h30 – Minicursos

Noite

19h00 – Abertura Oficial

19h00 - Conferência I: Direito à Memória, Direito a Museus

Christian Feest, diretor do Museum für Völkerkunde (Museu de Etnologia) em Viena, Áustria.

Etnólogo e etnohistoriador. Especializou-se em nativo-americanos do Nordeste e na antropologia da arte nativo-americana.

13/07/2010 – terça-feira*Manhã*

08h00 às 12h00 – Minicursos

Tarde

14h00 às 17h30 – Minicursos

Noite

18h00 – Conferência II: Produção simbólica e diversidade cultural

Sérgio Mamberti, dramaturgo há mais de 40 anos, foi secretário da Diversidade Cultural e é presidente da Fundação Nacional de Artes – Funarte/MinC.

14/07/2010 – quarta-feira*Manhã*

09h00 às 10h00 – Comunicações coordenadas (1ª Sessão)

10h30 às 12h00 – Painéis (Apresentações Simultâneas - 1ª Parte)

Painel I: Museus, comunicação e democracia

Renina Valejo coordenadora do Núcleo de Multimídia e Interatividade/MinC; e Leonel Kaz, curador do Museu do Futebol, Museu de Arte do Rio – MAR , Museu do Amanhã e Aparentes Edições, PUC/Rio.

Painel II: Museus, acessibilidade e direitos culturais

Isabel Portella, Museu da República; Regina Cohen, Núcleo Pró–Acesso da UFRJ; e TT Catalão, Secretaria da Cidadania Cultural / MinC.

Painel III: Museus Sociais: construção e apropriação de narrativas

Maximo Castells, Museu Provincial de Granma, Cuba; Caroline Soares , Ponto de Memória da Estrutural – DF; José Afonso Filho “Zuca”, Ponto de Memória Museu de Periferia – MUPE– Sítio Cercado, Curitiba– PR.

Painel IV: Museus: modelos de gestão e financiamento

Ângela Gutierrez, Museu de Artes e Ofícios – BH; Luiz Carlos Prestes Filho, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS; Kleber Rocha, diretor de Incentivo e Fomento à Cultura/ secretário substituto da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura/MinC; Fernanda Menezes Balbi, coordenadora de Acervos do BNDES/Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo.

Tarde

14h00 às 18h00 – Minifóruns setoriais (Atividades Simultâneas)

Noite

18h30 – Conferência III: Museus e economia criativa

Pedro Cláudio Cuenca Brando Bocayuva Cunha, professor do Instituto de Relações Internacionais IRI/PUC–Rio. Trabalha com pesquisa e elaboração de projetos a respeito de políticas e o planejamento para a gestão e o desenvolvimento territorial, as redes e a incubação em economia solidária, as tecnologias sociais, a produção social do espaço periférico e questão urbana metropolitana.

15/07/2010 – quinta–feira***Manhã***

09h00 às 10h00 – Comunicações coordenadas (2ª Sessão)

10h30 às 12h00 – Painéis (Apresentações Simultâneas)

Painel V: Museus, promoção e turismo cultural: caminhos possíveis

Telma Lasmar, professora assistente do Depto. de Turismo da Universidade Federal Fluminense/

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : PROGRAMAÇÃO

UFF-RJ; Elaine Carrilho, diretora do Museu Benjamin Constant e Marcelo Gonçalves Martins, Triple M – Agências de Viagens e Turismo.

Painel VI: Memória e Trabalho

Nicolas Monquaut, Confederação Geral do Trabalho no Ministério da Cultura da França; Silvana Winckler, Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ/SC; e Arlene Renk, docente e pesquisadora da UNOCHAPECÓ/SC.

Painel VII: Museus, Educação e Criatividade

José Ricardo Araújo, Ponto de Memória Jacintinho – Maceió/ AL; Monica Hoff, coordenadora do Programa Educativo da Fundação Bienal do Mercosul; e Patrícia Canetti, artista e coordenadora Geral do Canal Contemporâneo.

Painel VIII: Museus, Diversidades e Diálogos Interculturais

Lourdes Carbonnel, diretora do Centro Provincial do Patrimônio Cultural de Granma, Cuba; Luiz Mott, presidente de honra do Grupo Gay da Bahia; José Carlos Capinan, presidente da Sociedade Amigos da Cultura Afro-brasileira/AMAFRO.

Tarde

14h00 às 18h00 – Minifóruns setoriais (Atividades Simultâneas – 2º Dia de Trabalho)

Noite

18h30 – Conferência IV: Museus, cidade e cidadania

Jorge González, Universidade Nacional Autônoma do México; Graça Filipe, Instituto de Museus e da Conservação, Lisboa; e Inês Lourdes Ferrera González, museóloga, diretora do Museu de Guisa e Granma e deputada na Assembléia Nacional do Poder Popular de Cuba.

16/07/2010 – sexta-feira***Manhã /Tarde***

08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00 - Miniplenárias

17/07/2010 – sábado

Das 09h00 às 18h00 – Plenária Nacional de Museus

PROGRAMAÇÃO PARALELA

Encontro dos Representantes dos Pontos de Memória – 12 a 16/07
 Reunião Rede de Educadores em Museus – REM – 13/07 – 08h00 às 12h00
 Reunião de Professores do Campo Museológico – 13/07 – 09h00 às 18h00
 Assembléia Extraordinária 2010 – ICOM/Brasil – 13/07 – 14h
 Reunião dos Sistemas e Redes Estaduais e Municipais de Museus – 13/07 – 09h00 às 10h00

EXPOSIÇÕES

Pôsteres em Comunicações Coordenadas
 O Ibram e seus museus
 Memória em movimento
 Espaço “Conhecendo os museus”
 Mostra de artesanato local
 Apresentações artísticas

MINIFÓRUMS SETORIAIS

I – Museus de Arte

Coordenadores: Luiz Guilherme Vergara, Departamento de Arte da Universidade Federal Fluminense / UFF–RJ; e Renata Azambuja, Instituto de Artes da UnB

II – Museus de História

Coordenadores: Magaly Cabral, Museu da República/Ibram e Marlúcia Santos, Museu Vivo de São Bento

III – Museus de Culturas Militares

Coordenadores: Armando de Senna Bittencourt , Museu da Marinha; e Brigadeiro Bhering , Museu Aeroespacial

IV – Museus de Ciência e Tecnologia

Coordenadores: Marcelo Firer, Diretor do Museu Exploratório de Ciências – Unicamp; e Denise Studart, Museu da Vida /Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

V – Museus Etnográficos e Arqueológicos

Coordenadores: Eduardo Góes Neves, Sociedade de Arqueologia Brasileira; e Antônio Motta, Asso-

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : PROGRAMAÇÃO

ciação Brasileira de Antropologia – ABA, Laboratório de Estudos Avançados de Cultura Contemporânea e da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

VI – Museus Comunitários e Ecomuseus

Coordenadores: Kátia Loureiro, Museu de Favela – MUF; e Terezinha Resende, Ecomuseu da Amazônia

VII – Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias

Coordenadores: Rafael Maldonado, Museu da Imagem e do Som – MIS/ MS; e Cristina Lodi, líder do projeto do MIS/RJ – FRM

VIII – Arquivos e bibliotecas de museus

Coordenadores: Vera Mangas, Museu da República/Ibram, e Ivana Parrela, Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade e Museu Padre Toledo – MG

MINIPLENÁRIAS**I – Produção simbólica e diversidade cultural*****Coordenadores:***

Mario de Souza Chagas

Margarete Costa Moraes

Facilitadores:

Dulcinéa Cassis

Regina Nunes

II – Cultura, cidade e cidadania***Coordenadores:***

Ena Elvira Colnago

Claudia Maria Pinheiro Storino

Facilitadores:

Maria Isabel Drummond Opper Silva

Walnice Maria da Costa de Almeida

III – Cultura e desenvolvimento sustentável***Coordenadores:***

Cícero Antonio Fonseca de Almeida

Bruno Sadek
Facilitadores:
Silvia Brum
Wanikes Leandro

IV – Cultura e economia criativa

Coordenadores:

Eneida Braga Rocha de Lemos
Álvaro Marins de Almeida
Facilitadores:
Márcia Cassis
Patricia Santos

V – Gestão e institucionalidade da cultura

Coordenadores:

Jane Carla Lopes de Mendonça
Rose Moreira de Miranda
Facilitadores:
Maria da Penha Oliveira
Maria Amélia Dias

MINICURSOS

I. Plano Museológico: implantação, gestão e organização de museus

Márcio Ferreira Rangel, museólogo, pesquisador adjunto do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST e professor do Mestrado em Museologia e Patrimônio da UNIRIO).

II. Elaboração de projetos e fomento para a área museológica

Átila Tolentino, especialista em gestão de políticas públicas de cultura e em gestão governamental, atua na Superintendência do IPHAN na Paraíba; e André Resende, especialista em gestão de políticas públicas de cultura e chefe de divisão da Coordenação de Fomento e Financiamento do Ibram.

III. Segurança em museus

Alain Raison, membro do Comitê de Segurança de Museus do ICOM; já atuou como chefe do serviço contra incêndios do Museu do Louvre em Paris.

IV. Estudos de público

Rosane Carvalho, museóloga, relações públicas e professora da UERJ; já atuou no Iphan, Museu da

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : PROGRAMAÇÃO

República e Museu Histórico Nacional – MHN/Ibram.

V. Ação educativa em museus

Aparecida Rangel, museóloga responsável pela área educativa do Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa/MinC.

VI. Conservação de acervos

Jacqueline Assis, chefe do Núcleo de Preservação e Segurança da Coordenação de Patrimônio Museológico do Ibram; e Cláudia Storino, coordenadora de Arquitetura, Expografia e Espaços Museais do Ibram.

VII. Museus e turismo

Lana Guimarães, especialista em turismo cultural, dirige a empresa Tríade Patrimônio Turismo Educação; e André Angulo, museólogo, responsável pela reserva técnica do Museu da República/Ibram e coordenador do Circuito Sítios Históricos da República.

VIII. Redes e sistemas de museus

Simone Flores, coordenadora do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul; e Gilson Nunes, coordenador do Sistema de Museus de Ouro Preto e do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.

IX. Gestão e documentação de acervos

Rosana Nascimento, museóloga e professora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, já atuou como chefe do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

X. Planejamento e gestão de exposições

Daniela Estrela, artista plástica e produtora cultural, sócia-proprietária da Bloco A Promoção de Eventos Culturais

XI. Sociomuseologia

Mario Chagas, museólogo, poeta, professor da UNIRIO e diretor do Departamento de Processos Museais do Ibram; e Paula Assunção, diretora do curso de Mestrado em Museologia na Reinwardt Academy/Holanda.

APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO**4º Fórum Nacional de Museus**

Data: 12 de julho de 2011

Local: Centro de Convenções de Brasília – auditório principal

REUNIÃO DE APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

A reunião foi presidida pelo presidente do Ibram, José do Nascimento Junior, que deu início à sessão com a leitura do regimento proposto, seguida pela manifestação dos participantes que resultou em sugestões de alteração ao texto apresentado as quais foram incorporadas na íntegra.



Regimento Interno

REGIMENTO INTERNO DO 4º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

Capítulo I

Dos objetivos

Art. 1º O Fórum Nacional de Museus é um evento bienal, promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus Ibram/MinC, de abrangência nacional, com o objetivo de mobilizar, refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus.

Art. 2º O 4º Fórum Nacional de Museus e tem como objetivos:

- I – Mobilizar a comunidade museológica do Brasil;
- II – Propor estratégias para o fortalecimento do setor museológico como centro dinâmico de desenvolvimento;
- III – Promover o debate entre profissionais de museus, gestores culturais, estudantes e interessados no tema;
- IV – Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de museus e memórias e estimular as transversalidades culturais;
- V – Aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;
- VI – Debater e aprofundar diretrizes aprovadas na II CNC, relativas aos museus;
- VII – Elaborar e aprovar as diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus;
- VIII – Apresentar proposta de novos membros

do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, que, simultaneamente, passarão a compor o Colegiado Setorial de Museus e Memória junto ao Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Parágrafo Único. O 4º Fórum Nacional de Museus e o Plano Nacional de Museus são decorrentes da 1ª Pré-Conferência de Museus e Memórias e da II Conferência Nacional de Cultura – II CNC, ocorridas em fevereiro e em março de 2010 e do Plano Nacional de Cultura.

Capítulo II

Do temário

Art. 3º – Constitui o tema geral do 4º Fórum Nacional de Museus “Direito à Memória, Direito a Museus”.

Parágrafo Único. O temário é subsidiado pelo texto-base da 1ª Pré-Conferência de Museus e Memórias, elaborado a partir dos cinco eixos temáticos da II CNC, pelas cinco estratégias e pelas cinco diretrizes aprovadas na II CNC, relativas à área de museus.

Art. 4º – Constituem eixos estruturantes do 4º Fórum Nacional de Museus – Direito à Memória Direito a Museus:

- I – Produção simbólica e diversidade cultural;
- II – Cultura, cidade e cidadania;
- III – Cultura e desenvolvimento sustentável;

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : REGIMENTO INTERNO

- IV – Cultura e economia criativa; e
V – Gestão e institucionalidade da cultura.

Capítulo III

Da realização

Art. 5º O 4º Fórum Nacional de Museus será realizado de 12 a 17 de julho de 2010, em Brasília, Distrito Federal.

Art. 6º A realização do 4º Fórum Nacional de Museus – Direito à Memória Direito a Museus será antecedido por etapas, denominadas Plenárias Estaduais e Distrital.

Parágrafo Único. As etapas que antecedem ao 4º Fórum Nacional de Museus – Direito à Memória Direito a Museus serão realizadas de 1º de maio a 28 de junho de 2010.

Art. 7º O 4º Fórum Nacional de Museus – Direito à Memória Direito a Museus será integrado por representantes da área museológica, sociedade civil e poder público e por participantes das assembleias setoriais, estaduais e distrital.

Capítulo IV

Da organização e funcionamento

Art. 8º O 4º Fórum Nacional de Museus – Direito à Memória Direito a Museus será presidido pelo presidente do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram e na sua ausência ou impedimento por um de seus diretores.

Art. 9º O 4º Fórum Nacional de Museus será composto por:

- I – Plenárias Estaduais e Distrital, realizadas no período de 1º de maio a 28 de junho de 2010;
II – Minifóruns setoriais, a serem realizadas durante o 4º Fórum Nacional de Museus – Direito à Memória Direito a Museus, entre os dias 12 e 15 de julho de 2010;
III – Miniplenárias nacionais, a serem realizadas durante o 4º Fórum Nacional de Museus – Direito à Memória Direito a Museus, no dia 16 de julho de 2010; e
IV – Plenária Nacional de Museus, a ser realizada no dia 17 de julho de 2010, durante o 4º Fórum Nacional de Museus – Direito à Memória Direito a Museus.

Parágrafo único. Também farão parte do 4º Fórum Nacional de Museus – Direito à Memória Direito a Museus: conferências, painéis, minicursos e comunicações coordenadas.

Art. 10 As Plenárias Estaduais e Distrital elegerão cinco propostas, uma para cada eixo estruturante da II CNC, constante do Art. 4º.

§1º São documentos base para as discussões: o Plano Nacional de Cultura; o texto-base da 1ª Pré-Conferência de Museus e Memórias; as cinco estratégias e as cinco diretrizes aprovadas na II CNC, relativas à área de museus, bem como o resultado da II CNC.

§2º As propostas eleitas nas Plenárias Estaduais e Distrital serão discutidas durante as miniplenárias nacionais, podendo ser substituídas, modificadas ou mantidas, de acordo com a deliberação dos participantes inscritos.

§3º Cada miniplenária deverá eleger quinze propostas que serão apresentadas na Plenária Nacional de Museus para análise e deliberação.

§4º Só serão aceitas propostas apresentadas de acordo com o anexo I deste Regimento e deverão conter diretrizes, estratégias, ações e metas.

Art. 11 Os minifóruns serão compostos pelos seguintes eixos:

I – Setoriais:

1. Museus de arte;
2. Museus de história;
3. Museus de culturas militares;
4. Museus de ciências e tecnologia;
5. Museus etnográficos e arqueológicos;
6. Museus comunitários e ecomuseus; e
7. Museus da imagem e do som e de novas tecnologias.

II – Arquivos e bibliotecas de museus.

§1º São documentos base para as discussões: o Plano Nacional de Cultura; o texto-base da 1ª Pré-Conferência de Museus e Memórias; as cinco estratégias e as cinco diretrizes aprovadas na II CNC, relativas à área de museus, bem como o resultado da II CNC.

§2º Cada um dos 8 (oito) minifóruns deverá eleger 1 (uma) proposta para cada um dos seguintes temas transversais:

- a) Gestão museal;
- b) Preservação, aquisição e democratização de acervos;
- c) Formação e capacitação;
- d) Educação e ação social;
- e) Modernização e segurança;
- d) Economia dos museus;
- e) Acessibilidade e sustentabilidade ambiental;
- f) Comunicação e exposições; e

g) Pesquisa e inovação.

§3º As propostas eleitas de acordo com o § 2º farão parte do Plano Nacional de Museus.

§4º Os coordenadores dos minifóruns poderão, se for o caso, sistematizar as propostas aprovadas, com a colaboração dos facilitadores.

§5º Só serão aceitas propostas apresentadas de acordo com o anexo I deste Regimento e deverão conter diretrizes, estratégias, ações e metas.

Art. 12 A Plenária Nacional de Museus discutirá as propostas, deliberando e priorizando vinte e cinco diretrizes norteadoras do Plano Nacional de Museus.

Parágrafo único. Farão parte do Plano Nacional de Museus:

- I – Cinco (5) diretrizes aprovadas na II CNC, relativas à área de museus;
- II – Vinte e cinco (25) diretrizes eleitas como prioritárias pela Plenária Nacional de Museus;
- III – Propostas setoriais aprovadas nos minifóruns; e
- IV – Demais propostas aprovadas pelas miniple-nárias.

Capítulo V

Dos participantes

Art. 13 No 4º Fórum Nacional de Museus – Direito à Memória Direito a Museus é assegurado, em todas as suas etapas, a ampla participação de representantes do poder público e da sociedade civil.

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : REGIMENTO INTERNO

Art. 14 As miniplenárias e a Plenária Nacional do 4º Fórum Nacional de Museus serão compostas pelos participantes inscritos no Fórum Nacional de Museus.

Capítulo VI**Dos recursos financeiros**

Art. 15 As despesas com a organização e realização do 4º Fórum de Museus – Direito à Memória Direito a Museus correm à conta de recursos orçamentários do Ibram/MinC.

Capítulo VII**Das disposições finais**

Art. 16 Somente serão aceitas moções com a assinatura de quinze por cento dos participantes presentes no 4º Fórum de Museus – Direito à Memória Direito a Museus.

Parágrafo único. As moções previstas no caput deste artigo serão apresentadas à Plenária Nacional de Museus, e aprovadas em regime de votação, por maioria simples dos participantes inscritos presentes.

Art. 17 Os casos omissos e conflitantes deste Regimento Interno serão resolvidos pela comissão organizadora do O 4º Fórum de Museus – Direito à Memória Direito a Museus.

Brasília, DF 12 de julho de 2010.

José do Nascimento Junior
Presidente do Instituto Brasileiro de Museus



Conferências

Abertura Oficial

“Um dos aspectos importantes que vi neste encontro e tem sido uma preocupação grande do Ibram é de que o museu não se esgote nele mesmo, o museu cumpre um fim cultural e este fim cultural deve ser perseguido de forma sistemática por aqueles que fazem a gestão do museu. (...) a articulação com a comunidade, o museu é o espaço da memória, é o espaço da manifestação cultural, é o espaço das relações entre as pessoas que trabalham no museu e a comunidade, se avaliando de uma forma sistemática.” (Octávio Elísio Alves de Brito, integrante do Conselho de Patrimônio Museológico do Ibram.)

Brasília, Distrito Federal, 12 de junho de 2010.

Cerimônia de Abertura do 4º Fórum Nacional de Museus

A cerimônia de abertura do 4º Fórum Nacional de Museus – Direito a Memória, Direito a Museus, realizado no auditório principal do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, marcou o início de uma série de atividades e debates que culminaram no Plano Nacional Setorial de Museus.

Desataca-se que o tema do evento, Direito a Memória, Direito a Museus, e a própria composição da mesa de solenidade de abertura, composta por autoridades de áreas diversas, além daquelas representativas do setor museal, contribuíram para ressaltar a importância política de se pensar o museu, como um conector cultural de espaços e tempos diversos.

ABERTURA OFICIAL E CONFERÊNCIA : : : RELATÓRIO DO 4º FNM



Mesa da Solenidade de Abertura: Representante do Ministro de Estado da Cultura, secretário executivo adjunto, Gustavo Vidigal; Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, José do Nascimento Junior; Ministro de Estado do Turismo interino, Mário Moisés; Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, deputado Ângelo Vanhoni; Secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antônio Rodrigues Elias; Presidente da Fundação Cultural Palmares, Edvaldo Mendes Araújo – Zulu; Subsecretária de Políticas Culturais do Distrito Federal, Ione Carvalho; Secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, César Prestes; Diretora de Ciência e Tecnologia do Esporte, do Ministério do Esporte, Leila Mirtes Magalhães Pinto; Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, vice-almirante Armando de Senna Bittencourt; Diretora da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) no Brasil, Ivana de Siqueira; Diretor do escritório de representação da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), Agustin Espinosa; Presidente da Associação Brasileira de Museologia (ABM), Antônio Carlos Pinto Vieira; Presidente do Conselho Internacional de Museus no Brasil (ICOM), Carlos Roberto Ferreira Brandão; Presidente do Conselho Federal de Museologia (COFEM), Maria Olimpia Dutzmann; Deputada da Assembléia Nacional de Cuba, a museóloga Inés Lourdes Ferrera González; Secretário geral da Confederação Geral do Trabalho no Ministério da Cultura Francês, Nicolas Monquaut.

Pronunciamentos:

O representante do ministro da Cultura, Gustavo Vidigal, falou sobre a importância de o setor museológico estar organizado e fortalecido, apto para disputar politicamente recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) com os demais segmentos da cultura. Ele também enfatizou a importância das instituições de memória para a cultura brasileira:

“O museu deve ser um espaço de múltiplas linguagens, além de ser dinâmico e vivo como é a diversidade cultural do nosso país.”

O presidente do Ibram/MinC, José do Nascimento Junior, sinalizou o fórum como um momento

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : ABERTURA OFICIAL E CONFERÊNCIA

de debate democrático para definição conjunta das diretrizes da Política Nacional de Museus. Também destacou que a importância do direito à memória e a museus está resguardada por uma política de Estado:

“Sem memória, não há projeto de nação.”

Assinatura de Termo de Cooperação Técnica:

Foram convidados o Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, José do Nascimento Júnior, e o Secretário do Estado de Cultura do Rio Grande do Sul, Cezar Prestes, para assinar o Termo de Cooperação Técnica entre as duas instituições para o desenvolvimento das atividades do Cadastro Nacional de Museus, por meio do Sistema Brasileiro de Museus.

Objeto do Acordo:

“Desenvolvimento de atividades de aprimoramento e ampliação do Cadastro Nacional de Museus no Estado do Rio Grande do Sul, com a cooperação mútua entre os participantes, mediante a produção e a execução de projetos hábeis a diagnosticar a realidade museal gaúcha, mapear os museus que ainda não fazem parte do Cadastro Nacional de Museus e atualizar os dados daqueles que já constam da base de dados, bem como o apoio ao projeto Caminho dos Museus, atualmente realizado em parceria com a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul”.

Projeto Conhecendo Museus:

O diretor administrativo da Fundação José de Paiva Neto, Renato Viana de Souza, apresentou o projeto “Conhecendo Museus”, uma parceria Ibram e a FJPN, quem consta da produção audiovisual de 15 documentários referentes a museus brasileiros, de conteúdo educativo, cujo objetivo é difundir os museus e estimular a visitação para estudantes de ensino fundamental e médio, em salas de aulas. A série está registrada em 5 DVDs que são distribuídos gratuitamente para escolas.

Conferência Magna:

Ao final da abertura, os presentes puderam assistir à Conferência Magna, com o senhor Christian Feest, diretor do Museu de Etnologia em Viena, Áustria. Os trabalhos foram coordenados pelo professor Mario de Souza Chagas, diretor do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus.

A Conferência Magna abre a programação das conferências do 4º Fórum Nacional de Museus.



Conferência I - Direito à memória, direito a museus

Dia 12/07 (segunda-feira) – 19h00

Conferencista: Christian Feest, diretor do Museum für Völkerkunde (Museu de Etnologia) em Viena, Áustria. Etnólogo e etnohistoriador. Especializou-se em nativo-americanos do nordeste e na antropologia da arte nativo-americana.

Coordenador da Mesa: Professor Mario de Souza Chagas, diretor do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus.

Muito obrigado pelas suas palavras amáveis de introdução. É um grande prazer e privilégio de poder dirigir-me ao público distinto reunido pela abertura do 4º Fórum Nacional de Museus. Em princípio eu quero expressar os meus sinceros agradecimentos ao Ibram e especialmente aos organizadores dessa reunião. Convidaram-me para falar com vocês aqui essa noite. Bom, na verdade, infelizmente não falo português, estou aprendendo a língua. Por isso vou ler o meu texto, um texto condensado com vocês, mas mesmo assim vou tentar o meu melhor para me fazer entender.

Há dois anos cheguei ao Brasil pela primeira vez, fiquei impressionado com a museografia animada nesse país pela mistura de tradição em uma nação e, sobretudo pelo apoio dado pelo governo federal para projetos de museu, pela museografia e criação do Ibram, do Sistema Brasileiro dos Museus que é apenas um exemplo recente e importante. Isso parece contrastar ostensivamente com a situação em muitos países europeus onde passei os últimos 47 anos no mundo de museus. É onde a tendência das últimas décadas tem sido a libertação dos museus da dependência dos governos, mas também do apoio do mesmo. A maior dependência das forças do mercado por sua vez geralmente beneficiou as grandes instituições ditas carros-chefe que são importantes para a indústria do turismo em detrimento dos museus menores que atendam as necessidades da comunidade. Isso forçou os museus a focar suas atividades lucrativas muitas vezes em detrimento de investir nas necessidades essenciais de acondicionamento, preservação e pesquisa. Com toda justiça deve ser dito que muitos países europeus a quantidade gigantesca do patrimônio preservado nos museus na verdade foi uma carga pesada nos governos, lutando com questões como mudanças demográficas e seus efeitos sobre a segurança social, no sistema da saúde pública, os desafios econômicos do mundo globalizado.

Ninguém nega o direito dos museus de existir, mas muitas vezes o primeiro objetivo parece ser a sobrevivência em lugar do desenvolvimento e crescimento deles. Resumindo essa situação, contudo, encontro-me comparando as minhas lembranças do passado com as minhas observações presentes. Eu me pergunto se a minha memória seja uma conta subveemente precisando do passado ou apenas um dia positivo para posicionar-me no presente e defender uma visão do futuro. Em outras palavras, afirmando o meu direito a minha própria memória, também me lembro da minha obrigação a contemplar o passado de uma forma mais objetiva independente de minha memória seletiva e das minhas próprias experiências.

Há quase 20 anos visitei o Museu Histórico de Berna, uma exposição de aparelhos domésticos da década de 1950 e escutei uma conversa entre o avô materno e suas netas olhando as coisas obsoletas sendo eles substituídas pela tecnologia moderna. Para o avô o encontro de objetos familiares da sua mocidade trouxe memórias que vão além dos tachos e panelas velhas, do desenho fora de moda da mobília e do rádio que ele ouvia as modinhas preferidas daquele tempo. O seu entusiasmo nostálgico sobre o seu regresso ao mundo quase esquecido, mas que ele ainda se lembrava contrastava salientemente com o pasmo curioso da criança que custou a acreditar que jamais pudesse ter sido possível viver sem as comodidades do nosso tempo. Embora ambas estivessem olhando para as mesmas coisas as percepções do que estavam vendo eram diferentes.

Outro episódio nos leva para as reservas do Museu Nacional do Índio Americano em Washington. Uma instituição que foi sob a liderança indígena desde 1990. Um dia quando estava visitando o museu para fazer uma pesquisa sobre as suas condições, eu estava acompanhado do vice diretor George Roth e do próprio índio Grono, criador de um projeto destinado a documentar coleções antigas com ajuda dos índios mais velhos. No caminho para a reserva passamos por uma sala em que todos os objetos designados por catálogo do museu como sioux, tinham sido colocados em mesas

onde um grande grupo indígena de moradores idosos das várias reservas sioux estavam reunidos para explicar os artefatos aos jovens membros, do pessoal do museu, que estavam tomando nota sobre os comentários dos visitantes. Quando passamos pela sala novamente os índios já haviam saído para almoçar, George parou e olhando para os artefatos na mesa me perguntou se eu achava que todas aquelas coisas eram realmente feitas pelo sioux, pois o sioux era uma das tribos mais conhecidas do centro oeste americano e, portanto no passado muitos objetos indígenas de origem desconhecida foram catalogados no museu como sioux. Eu próprio olhando os artefatos respondi, eu não acho que a metade dessas coisa são realmente artefatos sioux. Isso é o que eu também acho disse George, mas as pessoas irão dizer-lhe longas histórias sobre tudo aqui na mesa.

Nesse caso a maioria dos objetos foram feitos no século XIX muito antes do nascimento dos anciãos. Eles não poderiam falar por experiência própria como o avô da Suíça, mas estão enfrentando o que foi dito, foi o seu patrimônio que estavam dispostos a apropriar-se para aplicação dos seus conhecimentos de tradição, mesmo para as coisas não feitas pelos seus antepassados. A linguagem corrente que gostamos de referir-se aos museus como reservas da memória coletiva, mas as duas histórias nos falam que museus meramente preservam coisas do passado, que podem provocar lembranças reais da experiência pessoal e que possam ser utilizadas para a construção de identidades coletivas através de memórias imaginárias, secundárias baseadas no encontro de documentos e materiais do passado como informações fora dos objetos.

Como resultado do processo de globalização os museus se tornaram um fenômeno universal, ainda que o modelo atual revela que o significado e função dessas instituições diferem de acordo com os contextos culturais em que foram incorporados. Porém, quanto às origens dos museus o historiador de arte americano Josh Belsof demonstrou que a prática que os museus são baseados na preservação seletiva. Portanto, descontextualização das coisas por causa do valor atribuído a raridade da sua forma originou em cinco ou seis tradições culturais, a China antiga, a Grécia antiga, o Oriente islâmico, a Europa da renascença, o Japão moderno e talvez o México asteca. A raridade dessa prática é explicada pelo fato de que a preservação das coisas já não mais podem ser utilizadas para efeitos práticos é uma empresa cara, um luxo de poucas sociedades são capazes de suportar. Não é surpreendente que em todos esses contextos culturais também existiram o sistema de escrita que produziram registros de inventos que por sua vez se tornam a base para a historiografia como uma forma específica de pensar e falar sobre o passado.

Historiografia se baseia em uma distinção entre as fontes imutáveis que podem ser encaradas como verificações de fatos transitórios e a sua interpretação. E que podem mudar no decorrer do tempo de acordo com os contextos que estão as hipóteses mutáveis em que são colocados. E eu acho mesmo necessário consultar esse modo de olhar o passado como outro modo realmente universal e que coincide com a historiografia. O modo de lembrar o passado na memória individual ou coletiva. Esse caso a reinterpretação constante do passado ocorrem também, mas as fontes em que essas informações são fundamentadas não são imutáveis, mas são elas próprias reformuladas anualmente

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : CONFERÊNCIAS

para atender as interpretações. Vamos dizer que ambos os modos de lidar com o passado que podem ser chamados de história e traição são baseados na preservação seletiva de informações. Nem tudo o que tem acontecido e colocado por escrito, nem tudo é lembrado, nem tudo é produzido também é recolhido.

Os processos de seleção no discurso da produção de documentos na produção de memórias são diferentes e produzem uma visão diferente do passado, mesmo que os modos de construção do passado sejam os mesmos. Nas sociedades sem historiografia que muitas vezes são chamadas de sociedades tradicionais, a meta principal de referência ao passado é legitimar o presente. Valores e práticas são explicados como resultantes de tempo inumeráveis e consideradas não sujeitas a mudanças. Essa reivindicação é contrariada pelo registro histórico, mas nessa sociedade não há história no sentido da historiografia. Em sociedades como a nossa onde a história e a historiografia coexistem lado a lado, o registro documental afeta a maneira como nós, nos lembramos, mas só até certo ponto. Um debate acalorado na década de 1990 surgiu na Alemanha durante a final de uma exposição que foram documentados crimes do exército alemão durante a segunda guerra mundial. Mesmo que meus colegas conservadores do departamento de história da Universidade de Frankfurt foram surpreendidos pelo clamor público, porque esses crimes de guerra tinham sido conhecidos aos historiadores, mas também publicados em seus escritos. A explicação dessa discrepância encontra-se no fato de que nas tradições das famílias, as gerações dos avós que haviam servido como soldados durante a segunda guerra mundial e nunca cometeram crimes de guerra, contribuiu para uma imagem do exército como uma instituição não afetada pelos crimes indizíveis dos nazistas. Nesse caso semelhante a história fica oponente da memória coletiva, esperemos que também a sua coleção.

Da mesma forma os museus não são apenas lugares onde as memórias são revividas, ou seja, construídas, mas também são lugares onde a história e a memória podem colidir uma com a outra. Os museus mostram objetos do passado e interpretá-los em relação a outros conhecimentos a um público contemporâneo onde a memória individual ou coletiva pode ser contrária ao que eles vêm no museu. Nesse sentido os museus, no entanto, são lugares da memória, mas lugares onde a história e a memória devem ser conciliadas. Isso é especialmente verdadeiro em museus de antropologia que geralmente tem tratado e muitas vezes ainda tratam, não propriamente da nossa própria sociedade, mas de culturas tradicionais, outro cultural. Como no caso de história e tradição as vistas de culturas e sociedades de dentro e fora, são de fato complementares, mesmo que a variedade da visão externa é muitas vezes negada por aqueles que têm uma vista interna especialmente quando a vista de fora é privilegiada em livros ou exposições.

Muitas vezes os antropólogos afirmam que o método de observação participante permite obter uma vista de dentro das sociedades que estudam, mas essa afirmação que vem é ilusória, não importa quão perto eles cheguem a uma perspectiva de dentro, eles têm que manter um ponto de vista externo a fim de ser capazes de interpretar outra sociedade, através da diferença cultural. Olhando o passado na nossa própria sociedade é como olhar para o outro cultural, se nós não somos especialistas nesse

domínio. Na idade média e até o século XIX são mundos estranhos de difícil compreensão. Hoje museus como o Louvre em Paris descobriram que os seus visitantes não vão entender o significado e o simbolismo das obras de arte do passado sem uma explicação suficiente do contexto cultural em que foram feitas. Legendas longas como no Louvre podem ser vistas como uma antropologização crescente e necessária em museus de arte. Os museus de antropologia enfrentam um problema de dupla realidade. Que eles tentam explicar o passado histórico, de um outro cultural, o que em sociedades tradicionais está escondido por trás da memória coletiva expressada na tradição oral.

Grande parte das críticas levantadas pelos povos indígenas contra a sua representação em museus de antropologia é certamente válida. Os exotismos e os estereótipos de outro, as representações a partir do ponto de vista hegemônico e até mesmo as representações flagrantes de fatos ainda podem ser encontrados em muitas instituições. Em parte por falta de sensibilidade, mas em parte também devido a falta de fundos de renovar mostras desatualizadas por causa da mudança do mundo e das perspectivas de ver o mundo. Pois no momento em que os museus de arte estão começando a tomar uma reviravolta antropológica, museus de antropologia estão passando por uma crise provocada não só pelo conflito entre a história e a tradição, entre a vista interior e a exterior, mas também pela necessidade de ajustar cada vez mais rápidas do mundo causadas pela descolonização e a globalização. A história no meio do museu próprio, o museu de antropologia de Viena pode ser utilizada com o caso em questão.

Para melhorar compreensão dos fatos vou colocar um resumo dessa história em um contexto mais amplo. Desde o século XVI artefatos de várias partes do mundo tornaram-se parte dos gabinetes de curiosidades europeus onde foram preservados junto com obras européias de arte ao tecelato, bem como objetos de origem natural, por causa das suas formas materiais e funções excepcionais de acordo com as normas européias. Foi somente no final do século XVIII que próprias coleções etnográficas foram estabelecidas, refletindo um interesse crescente e sistemático nas diversidades nacionais baseadas na origem, história, língua e cultura, como um dos povos influenciado pelo sistema taxonômico de natureza desenvolvido por Carlos Lineu. Significa exatamente que os conceitos de cultura etnografia e etnologia foram inventados ao mesmo tempo na Alemanha. Pela nova disciplina da etnografia o povo se torna a unidade de classificação etnográfica que podiam ser descritos de acordo com suas diferenças físicas e culturais.

Museus etnográficos a princípio com coleções etnográficas dentro dos museus de história natural nacionais forma baseados na mesma ideia, mostrando objetos de acordo com a origem étnicas de seus criadores. Na Alemanha a ideia de museus etnográficos se espalhou para outros países na Europa onde foi adaptado e modificado durante o século XIX também para as colônias européias e Estados e nações surgindo delas como os Estados Unidos, Brasil e México. Fora da Europa as populações indígenas locais logo se tornaram o foco principal do recolhimento e mostra etnográfica ao custo de uma representação mundial de diversidade cultural. Na Europa a maioria das condições originalmente incluíam ambos os documentos nacionais e estrangeiros, mas com o surgimento de uma nova dis-

ciplina de estudos de folclore dos próprios museus de cultura nacional europeia foram estabelecidos resultando em uma preocupação dos museus de antropologia com as culturas não europeias.

Viena foi um dos primeiros lugares fora da Alemanha a estabelecer em 1806 uma coleção etnográfica separada dentro do gabinete imperial de história natural. A compra de uma parte substancial dos acervos compilados por James Cook, em suas três voltas ao mundo formavam o ponto de partida. Para que em breve coleções da Groenlândia, América do Norte, Brasil, Guiana, África Oriental e das várias partes da Ásia fossem adicionadas. Não havia pessoal especializado para cuidar dessa coleção: depois de 1840 foi removida das vistas do público apenas para se tornar um verdadeiro departamento antropológico-etnográfico do Museu de História Nacional estabelecido em 1876. Graças aos cuidados de profissionais, a coleção cresceu cerca de 100 mil objetos em 1914, compilando desde acervos de pré história europeia e de antropologia física. E perdendo em 1898 a maior parte de seus objetos etnográficos europeus ao novo museu austríaco de folclore que salientou o valor da diversidade cultural na parte austríaca da monarquia austro-húngara em face do aumento das tendências nacionais nas telas da coroa.

Em 1928, o departamento antropológico-etnográfico tornou-se o museu de etnologia separado, mas a difícil situação econômica e política entre as duas guerras mundiais impediram um maior desenvolvimento até 1945. Na sequência o pessoal e o espaço para exposições foram aumentados gradualmente e as coleções cresceram para mais de 100 mil objetos, tudo de países semi-colônias ou ex-colônias. E talvez por essa falta de colônias as mudanças provocadas pela descolonização do mundo não foram sentidas imediatamente como em outros lugares. Embora alguns dos curadores viam claramente a necessidade de uma mudança de atitude, a liderança do museu tinha uma abordagem bastante conservadora. Com a globalização e os movimentos migratórios relacionados ao final do século XX o Museu de Etnologia de repente é afetado pela crise dos museus de antropologia já mencionada. O sinal mais visível dessa crise foi a aquisição hostil do museu no ano de 2000 pela empresa do Museu de Arte. Sem querer me deter em detalhes desse assunto, a posição do Museu de Etnologia como uma colônia de empresa do Museu de Arte ficava progressivamente mais difícil.

Quando retornei a Viena em 2004, como diretor do Museu de Etnologia, estava convencido de que uma solução poderia ser encontrada dentro da empresa do Museu de Arte, mas as minhas esperanças foram logo desapontadas. A promessa de uma nova instalação completa das condições refletindo as mudanças necessárias de perspectiva e de conteúdo a serem feitas após uma renovação completa das instalações não mudou em nada, porque a empresa do Museu de Arte tinha gasto dinheiro destinado para esse projeto para outros fins. Ao mesmo tempo, o Museu Austríaco de Folclore também tinha caído na miséria. A sua reputação tinha sofrido por causa das suas relações muito acolherados com os nazistas entre 1938 e 1945, que afetou a disciplina de folclore a tudo. Ainda mais importante era a transformação rápida da Áustria de um país predominantemente rural e agrícola para um dos países mais industrializados de uma sociedade bastante homogênea para uma cidade multicultural.

O Museu do Folclore nunca foi parte do sistema federal de museus, mas foi explorado para uma associação de museus em grande parte dependente de subsídios federais, que começavam a diminuir depois que o governo federal gradualmente retirava-se do mundo dos museus. Apesar dos seus esforços para modernizar-se o museu se encontrava lutando para sobreviver. A situação crítica tanto do Museu de Etnologia de Viena como do Museu Austríaco de Folclore enfim, reuniu-os à mesa de negociação em um processo apoiado pelo Ministério da Educação, Arte e Cultura, o que eu tinha sido capaz de convencer a uma necessidade de uma instituição pública lidar com a diversidade cultural, as suas origens, a sua compreensão e a sua importância para a sobrevivência do mundo. Uma tarefa muito diferente de um Museu de Arte. E depois de ser ajudado o meu argumento de que as eleições na Áustria estão sendo ganhas ou perdidas atualmente em questões relacionadas como a falta de compensação da diversidade cultural em uma sociedade muito cultural e que a questão foi, portanto, de importância sócio-política.

As negociações resultaram em um plano para a criação de um novo museu da cultura da sociedade em que a divisão da Europa e do resto do mundo se apaga. Nessa nova instituição haverá uma fase de exposições temáticas ao invés de regionais e abordagens inovadoras para a educação popular no museu na pesquisa fundamental em comparações internacionais, que tem como princípio adaptação permanente ao mundo em mutação rápida. O museu não terá galerias permanentes com as exposições de duração entre três meses e cinco anos. O plano prevê também a separação do novo museu da empresa do Museu de Arte, foi bem acolhida pelo ministério e atualmente estamos trabalhando nos detalhes da implementação desse projeto. O caso ilustra que os museus que, por causa da sua tarefa fundamental de preservação, tendem a se tornar situações conservadoras, têm que adaptar-se às mudanças de sociedades que a suposto merecem. Museus não têm o direito inquestionável de existir, mas a sociedade que tem direito aos museus que promovem e desenvolvem os seus interesses. Se como na Áustria os museus não são mais diretamente responsáveis ao Estado, às vezes tem que arbitrar o governo desse direito.

O novo Museu de Cultura da Sociedade vai combinar uma vista própria ao outro. A base material para sequer aspirar a essa tarefa é uma coleção de mais de 13 mil objetos e um número tão grande de fotografias e de outros documentos recolhidos e conservados durante dois séculos por pessoas dedicadas que não podiam prever de que maneira um dia nós iríamos lucrar com os seus empreendimentos. A preservação de tal coleção e seu uso responsável é ao mesmo tempo um desafio maravilhoso e uma carga pesada. Tão pesada que nem o governo que ainda paga pela manutenção e crescimento do museu temos os contribuintes como uma fonte suprema do nosso financiamento que no geral não querem ser lembrados. A carga consiste na responsabilidade não só para cuidar dessas coleções como patrimônio nacional, mas também um patrimônio dos povos cujos ancestrais originalmente têm produzido e utilizado esses objetos. O fato de que essas coisas não existiriam mais se não tivessem sido resgatados do esquecimento pela nossa prática rara de preservá-los, certamente faz parte do nosso patrimônio cultural. Mas não se pode negar que essas coisas adquiriram um novo

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : CONFERÊNCIAS

valor e significado em nossa própria sociedade e desde então se tornaram também importantes pelas comunidades de origem para recuperar suas realizações do passado e construir uma nova memória coletiva para eles próprios.

As contradições entre o registro histórico e a memória coletiva o resultado desse processo sendo que é preciso abordar e espero que consiga. A questão de saber que as coisas apropriadas de outro podem transformar-se em um patrimônio de apropriadores, o exemplo a seguir é muito elucidativo. Na primeira viagem de James Cook de 1768 até 1771, Joseph Banks, um botânico amador rico que foi com Cook, reuniu uma coleção significativa de artefatos etnográficos. Após a sua volta a Inglaterra, ele tinha feito um molde de uma clava da Nova Zelândia, da qual 150 exemplares em bronze foram produzidos, todos decorados com o escudo de armas de Banks, que deu de imediato para a segunda viagem de Cook para distribuir como brinde nas ilhas e costas do oceano Pacífico. Por razões que já não podem ser determinadas um dos moldes ingleses de uma clava maori acabou no túmulo de um índio yakima do oeste dos Estados Unidos, onde na década de 1920 foi escavado e entregue ao Museu Nacional de História Natural de Washington. Um caso recente da repatriação, sobre a lei de proteção da sepultura dos indígenas norte-americanos e da repatriação. Devido à reclamação, a clava foi retribuída a tribo yakima com uma oferenda e por isso um documento cultural dos yakimas. Acredito ser essa decisão boa e justa, embora se possa argumentar que a clava foi tanto um patrimônio dos maoris que produziram o original ou dos britânicos que fizeram os moldes de bronze.

No México as crianças aprendem na escola que o penacho de Montezuma, regente asteca na época da conquista espanhola está preservado em Viena. Cada visitante do Museu Nacional de Antropologia do México é lembrado desse fato por uma cópia dessa peça que parece muito mais esplêndido que o original no nosso museu. O nosso tipo [inaudível] de Montezuma [inaudível] na cidade do México é um desenho estilizado daquele penacho. A ideia está firmemente enraizada na memória coletiva do México independentemente do fato de que os regentes astecas não usavam cocares de penas, mas diademas de turquesas, enquanto cocares faziam parte dos trajes usados para sacerdotes astecas em representações dos deuses. O nosso penacho foi encontrado em 1878, em Viena, em um gabinete de artes e curiosidades que data do século XVI e foi referido no inventário de 1596 como um chapéu mouro. Em 1878, foi exibido ao lado do que foi chamado de um machado de pataia do rei poderoso Montezuma. Era suposto de ter sido um presente de Hernando Cortez ao papa. Na verdade era um machado dos tupinambás brasileiros do século XVI e não tinha nada a ver com Montezuma, Cortez ou do papa, mas permitiu a verificação daquele chapéu mouro, obviamente mexicano como o penacho de Montezuma no momento em que a cultura asteca ainda estava incipiente.

Depois da revolução mexicana em 1910, o novo governo adotou o penacho de Montezuma como um símbolo da sua ideologia indigenista, o México revolucionário ser um verdadeiro direito do império asteca. Isso foi quando a cópia do penacho atualmente no México foi feito e quando a ideia tornou-se firmemente implantada na memória coletiva do país. Hoje podemos descartar de-

finitivamente que esse penacho singular foi de Montezuma, o que eternizou o chamado dom de Montezuma enviado por ele a Cortez em 1519. Podemos traçar a sua história de uma coleção alemã da década de 1570 e possivelmente para a venda das chamadas jóias de índias do imperador Carlos V em 1560, quando dois chapéus mouros foram vendidos.

Há em Viena muitas outras peças mexicanas do século XVI que tem uma história diferente, mas nenhuma destas têm atraído a atenção menos que o penacho. O México nunca solicitou oficialmente o retorno do penacho com o argumento de que foi um dom de Montezuma para Cortez e que a exportação teve lugar antes de que houvessem leis que protegem o patrimônio nacional. Mesmo assim, várias propostas para restituição do penacho ao México foram feitas no decorrer dos anos 60 pelos políticos austríacos de todas as partes da esfera política em frente como pano de fundo uma questão relacionada com a memória coletiva da Áustria. Em 1938, quando Hitler invadiu a Áustria, o México e a União Soviética foram os dois únicos países que publicamente contestaram contra a anexação da Áustria pelo terceiro império. A restituição do penacho, então a lógica curiosa, recordaria ao mundo que a Áustria tinha sido do nazismo e não os seus acessórios.

Em frente do pano de fundo dessa discussão austríaca, o novo governo conservador do México, durante os últimos 10 anos, intensificou gradualmente os seus esforços para levantar a questão do penacho de um nível técnico ao nível político. Foi argumentado que o bi-centenário da independência do México em 2010 seria uma boa ocasião para levar o penacho ao México como um empréstimo. Visto que essas conservações completamente ignoravam os interesses do museu, eu sugeri no ano passado ao Instituto Nacional de Antropologia do México que nós devíamos reconhecer as reivindicações do penacho como parte do patrimônio cultural por parte do México e da Áustria sejam legalmente legítimas, e por isso, devam ambos os países compartilhar a responsabilidade pela preservação e o destino futuro dele. Eu ainda sugeri que uma equipe de conservadores mexicanos devam vir a Viena para estudar o estado atual do penacho frágil, a fim de decidir juntos quais medidas seriam necessárias para garantir a sua sobrevivência futura e para determinar se poderia ser capaz de viajar ao México e para trás. A partir do patrimônio cultural, certamente significa de devemos substituir a confrontação pela colaboração e que estabelecer juntos todas as decisões não deva destruir qualquer possibilidade imaginável. A minha oferta foi aceita e estamos envolvidos atualmente em um estudo técnico junto ao penacho que ao final vai verificar as necessidades da conservação.

Também decidimos publicar o primeiro livro sobre o penacho em espanhol, agora não existe sequer um artigo de confiança contando a sua história em espanhol. Pode parecer surpreendente que uma peça da histórica e simbólica do penacho mexicano, o que deveras poderá ser chamada de a Mona Lisa da história da antropologia, nunca foi devidamente estudada. E que a maioria da discussão sobre esse assunto foi baseada em boatos e de informações confiáveis, mas o caso também ilustra o que pode ser concedido como base a partir da responsabilidade pelo patrimônio cultural comum. Tem sido implantado na memória coletiva obviamente não por si resulta em uma maior compreensão do significado histórico das coisas preservadas em museus. Por outro lado, nem tudo de importância histórica é implantado na memória coletiva.

Outro objeto que Maximiliano pretendeu levar ao México foi o chamado manto de Montezuma. Um belo manto de penas preservado na Bélgica, o país natal da Carlota, esposa de Maximiliano. Foi uma circunstância feliz para os belgas que não queriam que o manto fosse para o México, sendo um dos oito mantos sobreviventes dos índios do Brasil do século XVI, dois dos outros sete mantos agora estão em Florença, em Copenhague e cada um em Milão, em Paris, em Basiléia. O manto mantido originalmente em Florença foi transferido para o museu em Berlim no século XIX e destruído durante a Segunda Guerra Mundial. Alguns dos outros, especialmente o manto que está em Milão, encontram-se em um estado precário de conservação e também mais cedo ou mais tarde o perderão. Somente o manto de Montezuma já entrou à ribalta da memória coletiva, mesmo assim, sob uma falsa identidade. Esses mantos são geralmente considerados como sendo de origem tupinambá, embora pareça que vieram de diferentes partes do leste do Brasil. E, até agora, nenhum estudo comparativo deles foi realizado para esclarecer essa questão. De onde quer que eles vieram estão com certeza entre os itens mais preciosos do patrimônio indígena brasileiro. Não têm direito a serem incluídos na memória coletiva? E uma das funções dos museus é mudar a memória coletiva. Mas podemos esperar que os museus da Itália, Dinamarca, França, Suíça, Bélgica vão assumir essa responsabilidade.

O nosso museu em Viena também preserva alguns tesouros que são parte do patrimônio tanto da Áustria como do Brasil. Além do já mencionado machado de pataia de Montezuma, possuímos um machado Tupinambá e uma clava Tupinambá de origem do século XVI. Afinal o nosso museu orgulha-se de haver a maior coleção etnográfica brasileira do mundo reunida na primeira metade do século XIX. Foi recolhida principalmente pelo zoólogo Natterer e alguns outros membros da expedição enviada da Áustria ao Brasil no ano de 1817 por ocasião do casamento de Leopoldina com Dom Pedro e consiste com quase 2.500 objetos e cerca de 70 povos indígenas, mas também da população não indígena do Brasil. Devo salientar nesse contexto que Natterer também reuniu a maior coleção do vocabulário de línguas indígenas brasileiras, algumas delas já extintas. Juntamente com os itens de zoologia, mineralogia e outros enviados do Brasil pela expedição, os objetos etnográficos foram mostrados em Viena no Museu Brasileiro que existiu entre 1820 e 1836 quando o museu foi fechado e os objetos acondicionados e guardados por muito tempo.

A importância dessa coleção foi reconhecida em Viena, no final século XIX, mas a tarefa de descrever e analisar adequadamente era tão grande que nunca foi seriamente tentada. De fato, a Áustria nunca será capaz sozinha de realizar esse trabalho tão importante sem uma ajuda do Brasil permitindo a ideia de uma responsabilidade partilhada do patrimônio comum. A complexidade do tema é reforçada pelo fato de que esses objetos não são apenas o patrimônio do Brasil e da Áustria como Estados e Nações, mas também dos muitos povos indígenas representados na coleção. Um projeto piloto que aspira a inclusão dos povos indígenas foi iniciado com a colaboração do Museu das Culturas Dom Bosco em Campo Grande que também mantém um museu local na Aldeia Bororo de Meruri, no que os Bororos mostram um grande interesse na apropriação para si do conhecimento tradicional incorporado em artefatos históricos preservados nos museus.

Com cerca de 240 objetos a coleção Bororo de Natterer é uma das maiores coleções Bororo, além de algumas peças na coleção de Alexandre Rodrigues Ferreira em Lisboa é também a coleção mais antiga. Mesmo que o projeto ainda não possua financiamento, um levantamento preliminar indicou que existem aproximadamente 8.000 objetos bororo em museus do mundo. Mais de 3.000 no Brasil e mais de 3.000 na Europa e cerca de 1.500 na América do Norte abrangendo um período de mais de 200 anos. O objetivo do projeto é criar um museu virtual incluindo nossos objetos, mas também as centenas de fotografias e outros meios visuais que ilustram o modo de vida bororo e que seja acessível tanto para os bororos quanto aos pesquisadores. De fato, esse conjunto vasto de materiais oferece uma oportunidade rara para diversas investigações, incluindo o estudo da relação entre a cultura material e a organização social. Partilhamos a opinião de que os bororos como os outros povos indígenas tem o direito de acesso ao seu patrimônio cultural espalhado ao redor do mundo.

Como nos casos semelhantes, o Museu da Cultura e Sociedade Bororo, por necessidade, teria que ser virtual, mas o avanço virtual aponta que os aspectos técnicos de tal projeto são muito menos assustadores do que o trabalho necessário para montar o material em uma base de dados. Mas acreditamos firmemente que isso pode ser feito e que os benefícios superam os custos. E pode servir de modelo para a solução de problemas que afetam milhares de comunidades em todo o mundo. Apesar do seu tamanho e complexidade a coleção de Natterer como tal não é nem uma representação verdadeira da etnografia do Brasil na década de 1820 e nem de outra coisa, mas de si mesmo, refletindo os interesses e oportunidades do coletor. Contudo, a coleção tem materiais inigualáveis ilustrando vários aspectos do Brasil como foi entre 1817 e 1835, e conta a história de um homem incomum dedicado a preservar o que teria sido perdido para sempre. O seu significado completo só será revelado por um grande esforço de investigação, combinados os recursos materiais e intelectuais, principalmente nas instituições brasileiras e austríacas e a devoção de muitos pesquisadores. Os primeiros passos nesse sentido serão, por um lado, um livro retirando essa coleção do esquecimento e restituindo à memória brasileira internacional e, por outro lado, uma exposição apresentando-o como um monumento histórico que fala ao presente sobre o passado.

A exposição será exibida em Viena em 2012 na ocasião do Congresso Internacional de Americanistas e depois, espero, também no Brasil. Eu gostaria de aproveitar a ocasião para estender o meu convite a todos para visitar a nossa exposição de Natterer no momento do Congresso. Como o museu é um dos organizadores do Congresso, também estamos planejando ter sessões relativas à questões museológicas. Ao mesmo tempo, nós estamos esperando receber uma proposta forte para assegurar o próximo Congresso Internacional de Americanistas, em 2015, no Brasil, onde o Congresso não tem sido realizado desde 1954. Se existe um direito à memória e aos museus tem que existir um direito ao Congresso. Mas todos esses direitos só se tornam efetivos se forem realmente exercidos.

Muito obrigado pela sua paciência e atenção e espero vocês em Viena em 2012.

Conferência II - Produção Simbólica e Diversidade Cultural

Dia 13/07 (terça-feira) – 18h00

Conferencista: Sérgio Mamberti, dramaturgo há mais de 40 anos, foi secretário da Diversidade Cultural e é presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte/MinC).

Coordenador da mesa: Rose Moreira de Miranda, Coordenadora do Sistema de Informação Museal do Instituto Brasileiro de Museus.

Bom, boa tarde a todos e a todas. À querida Margarete que, durante tantos anos, esteve à frente da Secretaria de Cultura de Porto Alegre realizando um trabalho que é um exemplo até hoje e que nesse momento compartilha conosco dessa missão do Ministério da Cultura. Ao querido presidente do Ibram, Nascimento Junior. À querida Eneida que tem estado o tempo inteiro nessa atitude combativa que vinha da outra gestão e que tem realizado um trabalho líder. Certamente esse fórum tem muito a dever a sua dedicação e ao brilho da sua gestão. E ao companheiro Mario Chagas que estou vendo aqui, tantas pessoas que estão aqui, mas certamente não só nossos conterrâneos brasileiros, mas também companheiros de outros países, de Cuba, da França, da Espanha, unidos que estamos em torno da cultura, realmente com perspectiva de transformação da cultura como esse elemento civilizador, desse elemento criador de novas perspectivas onde a gente possa ter realmente uma cultura de paz, uma cultura que preserve a diversidade e os valores que foram cultivados durante toda a vida, durante todo o processo histórico e que hoje certamente tem na política de cultura, nas políticas públicas que o ministério vem implementando um papel tão importante.

Certamente o Ibram, que é filho do IPHAN, foi gerado ali dentro do processo importantíssimo que o IPHAN vem desenvolvendo dentro das instituições que fazem parte do Ministério da Cultura, do sistema ali que certamente o IPHAN é o mais antigo, é quase uma célula mather e o Ibram talvez seja a mais nova. Acho que antes era a Secretaria da Identidade, da Diversidade Cultural junto com a Secretaria de Cultura e Cidadania, que hoje cuida dos Pontos de Cultura e de todo esse acervo extraordinário e de experiências que a gente foi construindo durante todo o nosso processo. E eu fico muito feliz em primeiro lugar de ver pessoas que estão aqui já batalhando. E a Margarete falou de 50 anos e realmente a minha trajetória como artista é uma trajetória de 50 anos, mas também uma trajetória de muita militância política e de militância política cultural. Faço parte de uma geração que foi criada dentro de escola pública, em um momento que a escola pública representou um papel extraordinário. Eu aprendi francês no ginásio, eu saí falando francês. Todos os nossos professores eram professores de ponta. Professores que nos ensinavam a entender melhor esse Brasil e a compreender o nosso papel na construção dessa nova nação, que vamos dizer, a gente colhia os frutos de uma grande militância que vem talvez do século XIX, mas que no século XX se consolida.

E vocês não podem esquecer de nomes como Mário de Andrade, como Oswald, como todos esses, como Pagu, que eu tive a sorte de conviver desde os 14 anos, era a minha vizinha, a gente conhecia ela como Patrícia, a Pati estaria completando 100 anos esse ano. Era uma pessoa extremamente modesta, era uma pessoa corajosa, que dedicou a sua vida à construção de uma sociedade mais justa, mas sempre pensando isso através da cultura. E com um comportamento absolutamente transgressor. Uma mulher extraordinária, talvez uma das grandes mulheres brasileiras do século XX pelo que ela significou e pelo que hoje ela continua representando. E eu não posso me esquecer durante o meu período dentro da vida do teatro de uma grande mulher também que tinha as mesmas características, temperamentos diferentes, mas a mesma coragem e o mesmo espírito que foi a Lélia Abramo. Que nos deixou não faz muito tempo, mas tem uma presença muito forte na vida política e cultural brasileira. Lélia é fundadora do Partido dos Trabalhadores. Uma mulher que até os seus últimos dias levou a sua crença na cultura até as últimas consequências, como um processo realmente de construção sólido. De construção que pudesse refletir realmente toda a diversidade e a pluralidade das opiniões e das divisões desse Brasil tão rico na sua formação.

E que hoje a gente no ministério e nós somos caudatários de toda essa luta. A grande mobilização que foi feita para eleger o nosso presidente e que a cultura teve um papel muito importante, porque justamente sabíamos que a cultura é que iria de certa maneira dar essa dimensão do processo de transformação que a gente vem, particularmente nesses últimos sete anos e meio, consolidando e construindo. Então sempre participei dessas lutas com a sociedade brasileira e tivemos oportunidade nos inúmeros encontros que a gente foi construindo e que culminaram justamente no processo que a gente vem conquistando aqui dentro do desenvolvimento das políticas públicas do ministério e com essa grande parceria que se estabeleceu entre estados e municípios do Brasil e a sociedade civil. Eu acho muito auspicioso que esse fórum esteja aqui justamente para tratar das questões políticas setoriais assim como nós na Funarte tivemos trabalhando e tratando da construção dessas po-

RELATÓRIO DO 4º FNM :: CONFERÊNCIAS

líticas. E a Funarte é muito extensa, praticamente todas as linguagens artísticas, mas claro que isso exige essa mobilização e essa participação para que a gente possa ter os resultados que a gente espera.

E eu acho que tem sido assim. Eu acho que muitas vezes essas discussões são árduas, são discussões onde as colocações muitas vezes trazem, tem um espírito polêmico. Mas eu acho que é justamente isso que faz com que as soluções e os encaminhamentos sejam tão ricos, porque não é um programa de cultura que foi feito há poucas horas. Mas realmente ele une vozes do Brasil, mas também da América do Sul, da África e de outros países europeus que têm cada um na sua forma participado. Participar das discussões da convenção, da diversidade cultural, talvez tenha sido um dos momentos mais importantes do ministério. O ministro Gil desde o início isso já fazia parte da nossa visão, da visão que nós procurávamos desenvolver, porque essas discussões que culminaram com a construção da convenção sobre a promoção e a proteção da diversidade das expressões culturais, elas já vinham se desenvolvendo particularmente desde a fundação da UNESCO. Mas particularmente depois dos anos 80 com a agressividade da política neoliberal.

Então a OMC passou de certa maneira a ser determinante e a gente viu a cultura ser tratada no plano internacional principalmente como commodities. Então isso tudo nos preocupava muito, porque descaracterizava as linguagens, descaracterizava as propostas, ela transformava através do viés do mercado essas iniciativas. E iniciativas absolutamente subjugadas por interesses que muitas vezes ocultavam ou trabalhavam no sentido justamente de uma homogeneização. E a gente sabe a importância que existe na questão da diversidade cultural no sentido de que as diferenças sejam realmente aprofundadas e reconhecidas, justamente para criar esse diálogo que é fundamental para que a gente possa realmente ter uma sociedade que tenha toda essa pluralidade e esse direito. Que quando a gente fala de cultura como direito eu acho que essa questão fica cada vez mais viva de ter a sua representação, de ter a sua identidade representada nessa nação multifacetada, nessa nação que tem esse processo tão rico. E que tem uma produção simbólica que nos orgulha tanto.

Eu acho que, talvez, esse tenha sido o trabalho mais importante que a gente tem desenvolvido. E ele torna transversal todas as ações do ministério no sentido mais profundo, porque ele dá autonomia, ele confere a participação efetiva nas políticas, a possibilidade de você ter a avaliação real dessas políticas, porque elas partem justamente de quem faz, de quem está ali no processo do fazer cultural e representando toda essa riqueza e dialogando principalmente. Porque uma das acusações que eu me lembro que foram feitas durante a votação da convenção na UNESCO, a representante dos Estados Unidos dizia que a convenção reforçava, justamente por estar trabalhando a questão da diferença, um aspecto fundamentalista e as trocas que tem necessariamente que se estabelecer durante o processo cultural não mais aconteceriam, porque as pessoas estariam voltadas para as suas identidades de tal forma que isso ao invés de ser um avanço seria um retrocesso.

Na verdade o multiculturalismo adquiriu muito essa feição, mas isso foi um momento ultrapassado e na verdade a diversidade cultural avançou no sentido justamente desse alargamento, dessa possibi-

lidade real de diálogo e através da economia da cultura a gente se livra do jugo economicista que a gente vem perpassando durante todos esses anos. Então no dia em que, no mês em que nós fomos convidados, nós já tínhamos criado nessa altura, nós já tínhamos feito a reforma estrutural do ministério. Foi criada a Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural justamente para representar e para dar voz a segmentos que jamais tinham sido contemplados com as políticas públicas, como as culturas indígenas, as culturas populares, o movimento TG, a questão de gênero, os ciganos, um leque de identidades que a gente sabe que tinha um papel muito importante, mas que não eram reconhecidos. Muitas vezes a cultura afro-brasileira, os quilombolas, a cultura para a infância, a saúde mental, a questão dos portadores de deficiência. Tudo isso tem sido abordado e nós fizemos editais e construímos políticas a partir justamente da construção de grupos de trabalho.

E tudo isso foi feito nesse diálogo, paralelamente, eu vi o Ibram sendo gestado e acho que o Nascimento já tinha uma atividade no Rio Grande do Sul. Ele trazia uma contribuição muito importante. Então tudo isso foi se construindo a partir dessas discussões e hoje quando a gente olha para o ministério e vê o que foi conquistado, e essa conquista foi feita através desse encontro e dessa participação efetiva. E eu tive oportunidade de não só estar nacionalmente me reunindo com praticamente todas as regiões do Brasil. Regiões que muitas vezes eu sonhava em conhecer e que aos poucos a gente nesse processo das discussões culturais, mas particularmente depois que entrei no ministério, a gente criou esse leque de contribuições e essa possibilidade real de fazer com que todos brasileiros pudessem estar participando dessa construção. E também isso aqui em todos os países daqui da América do Sul nós estabelecemos relações bi-laterais com a Argentina, com o Uruguai, com o Paraguai, com Bolívia, com Peru, com o Equador, com Colômbia, com Venezuela.

E essa aproximação se deu de uma forma mais aprofundada, acho que o que a gente conseguiu já conquistar nos permite dizer que hoje esse diálogo já começa a produzir realmente resultados. E os países da África que tem essa importância na nossa formação cultural, nós temos atualmente o FESTLIP, é o Festival de Teatro da Língua Portuguesa, que foi uma iniciativa pessoal, que a Tânia Pires, mas que ela hoje tem apoio do ministério do governo português. Então a gente pode ver as manifestações do teatro da língua portuguesa acontecendo no Brasil em mais de uma cidade. Começou sendo no Rio, mas certamente se estende para outras cidades e ela fez recentemente também uma grande viagem com oficinas, percorrendo os países da CPLP. Então tudo isso nos permite ter essa perspectiva de futuro, essa perspectiva de construção. Então eu gostaria de ressaltar nessa discussão que houve principalmente da contribuição que nós demos, porque havia uma distinção, talvez um pouco ainda resultado de uma visão de que as culturas populares, como eram representadas pelas classes populares, elas eram consideradas culturas de segunda classe. E que a cultura de elite é que era realmente a cultura representativa e sofisticada.

E eu me lembro que o ministro Gil, que através das reuniões que nós fizemos, e foi uma sugestão inclusive que veio, e eu fiquei muito feliz que viesse da Secretaria da Identidade, porque isso tinha surgido no Seminário de Culturas Populares e justamente essa estigmatização que havia e que de

RELATÓRIO DO 4º FNM :: CONFERÊNCIAS

repente os mestres e os artistas que participavam desse Seminário ali chegaram realmente se vendo pela primeira vez e foi um espetáculo extraordinário a gente ver aquela plateia desde os povos indígenas, a cultura afro-brasileira. Era uma coisa de uma riqueza a presença das pessoas ali e que empolgou e emocionou a todos. Isso tudo fez com que a gente sugerisse ao ministro que nós tínhamos um texto para fazer as últimas sugestões de que não poderia ser convenção sobre a promoção da proteção da diversidade dos conteúdos culturais e expressões artísticas. Nós sugerimos que fosse apenas promoção e proteção das expressões culturais. Sem nenhum juízo de valor foi assimilado, foi acatado e hoje essa convenção justamente estabelece essa visão extremamente democrática e muito abrangente, porque ela justamente cria uma perspectiva muito maior na medida em que ela não estabelece, através desses estigmas, classificações que durante anos a gente viu acontecer e que na verdade ainda existem dentro da nossa sociedade, mas que fizeram com que as políticas que a gente vem construindo e eu tive a oportunidade de ver isso nas discussões da UNESCO, o Brasil não só abraçou a convenção, como também aplicava isso e fazia com que ela se consumasse na política que estava construindo durante o processo do governo.

Então eu acho que nesse sentido a gente passou a ter um papel até muito proeminente, porque são propostas muito originais e propostas que acho que se refletem nos Pontos de Cultura, refletem em todo esse conjunto. O Mais Cultura hoje trabalha com micro projetos, nós trabalhamos agora no semi-árido, têm projetos de 300 reais e de 500 reais e é uma coisa impressionante. Nós agora estamos trabalhando, a secretária Silvana Meireles, a Funarte faz parte desse processo, está trabalhando agora a Amazônia Legal, vamos trabalhar também na periferia das grandes cidades. Ou seja, a abrangência hoje que o ministério conseguiu atingir no sentido de criar, principalmente de construir cidadania, eu acho que fez com que o ministério também hoje adquirisse esse papel estratégico que ele tem para construção desse novo Brasil. Então eu queria remarcar mais ainda, a gente participou de todas essas discussões, hoje a gente tem que enfrentar a OMC e eu acho que agora é uma hora de decisão, porque vocês sabem que dentro da OMC embora, hoje até exista diante da crise uma perspectiva de que a economia tem que ser regulada e que a economia tem que estar sendo trabalhada, sendo construída não de uma forma irresponsável como foi construída até hoje e a gente sabe com que resultados, mas agora que já começou esse novo momento que a economia começa a se reconstruir, de novo a gente volta para a mesma posição, ou seja, que era uma posição de domínio mesmo.

Acho que esses aspectos políticos talvez sejam os aspectos mais contundentes hoje dentro dessa luta, porque a gente vai ter, para fazer com que a OMC possa estar principalmente dentro de um universo digital, possa estar respeitando a convenção da diversidade cultural, é fundamental que as nações estejam prontas para essa luta e para defender esses pontos de vista. Eu acho que para isso a gente precisa de governos que realmente compreendam essa necessidade e principalmente de uma sociedade mobilizada no sentido dessas defesas. Eu acho que isso tem acontecido no Brasil. Eu acho que a gente conseguiu uma mobilização que nos permite ter a esperança de que cada vez mais essas conquistas não têm recuo, porque foram construídas durante muito tempo e hoje estão fortalecidas justamente pelo processo da participação. Então eu acho que nesse sentido o ministério tem sido

exemplar. O Ministério da Cultura hoje faz parte dessa frente de luta e tem sido reconhecido internacionalmente também como um ministério que, embora não tenha em termos de recursos, e em termos é um ministério bem mais recente que outros ministérios como o da França, mas eu diria que talvez algumas das propostas mais originais que hoje existe no campo cultural partem justamente dessa amplitude do sentido da cultura que nós vimos contemplando nas políticas do ministério e que a sociedade tem sabido ocupar e construir junto um projeto realmente inovador de construção de cidadania, de fortalecimento da diversidade cultural de uma forma que todos nós esperamos que seja irreversível. Muito obrigado.





Conferência III - Museus e Economia Criativa

Dia 14/07 (quarta-feira) – 18h30

Conferencista: Pedro Cláudio Cunha Brando Bocayuva Cunha, professor do Instituto de Relações Internacionais IRI/PUC-Rio. Trabalha com pesquisa e elaboração de projetos como: as políticas e o planejamento para a gestão e o desenvolvimento territorial, as redes e a incubação em economia solidária, as tecnologias sociais, a produção social do espaço periférico e questão urbana metropolitana.

Coordenador da Mesa: Eneida Braga Rocha de Lemos

Boa noite. A ideia é estabelecer uma relação, fazer uma relação entre o tema economia criativa dos museus e evidentemente economia criativa

é uma categoria em construção e existem pessoas, estudos e grupos que trabalham dentro desse marco conceitual, estabelecer um diálogo com ele, mas principalmente eu pensei em pegar a partir da relação entre economia, desenvolvimento, criatividade, ação, cultura e as transformações contemporâneas que articulam economia e tecnologia e cultura e falar um pouco mais disso e da relação entre isso e o tema da dinâmica produtiva que pode ser constituída a partir do campo museal. De qualquer maneira não se trata aqui de discutir sustentabilidade e a gestão econômica dos museus. Assim como não se trata de funcionalizar a atividade dos museus para o mercado. Se trata, no entanto, de entender que vivemos em um período em que as fronteiras entre economia, política e cultura sofrem uma desdiferenciação. Ou seja, toda a modernidade do mundo contemporâneo construiu uma economia separando aquilo que é da produção, do consumo, da esfera de distribuição, da esfera da cultura e da esfera da política. Hoje a política tem implicação direta com a produção e a articulação da economia. A cultura se articula e é diretamente atravessada pela economia e a economia é atravessada pela política e cultura.

Essa desdiferenciação faz parte de uma transformação onde o centro em parte está na cultura, a cultura tem um centralidade dentro da dinâmica produtiva contemporânea na medida em que a atividade econômica e a atividade produtiva é em grande parte subjetivada, ela é em grande parte linguístico-comunicativa. Como o espaço museal é um espaço de processo que trata de elementos de exposição; de constituição, de narração de formas criativas; de formas de linguagem; de formas de memória em vários âmbitos do conhecimento; do saber para entender os objetos de alguma maneira há uma relação entre o debate de inovação, de criação e economia. E aquilo que diz respeito ao fato de que os museus são espaços de produção de um complexo de exposição. Acho que o tema econômico resulta da atividade museal. E a atividade produtiva contemporânea em um mundo em que a economia, em parte o espetáculo, a informação, comunicação e linguagem é que o museu lida com esses elementos de outra maneira. Ou seja, a dinâmica de produzir, expor e manejar os objetos simbólicos, objetos de linguagem, embutir elementos culturais, elementos de desenho, elementos estéticos. Se apropriar de elementos subjetivos nos objetos e nas mercadorias faz com que a gente tenha uma conexão bastante complicada na relação que antes era separada, entre economia simbólica do valor, entre troca cultural simbólica e a troca econômica através dos preços, através do mercado.

Nós vivemos em uma época em que essa desdiferenciação entre economia e cultura afeta aquela divisão que tentava explicar uma economia regulada pelo preço, uma economia regulada pelo custo, uma economia regulada pela acumulação e lucro. É uma economia simbólica cuja produção em arte, estética e o saber tentavam dizer não, eu recuso essa ideia de custo e valor. Desde o início essa trama da economia traz discussões relevantes para a gente. Eu vou usar isso aqui como recurso que eu fiz apenas uma breve introdução, uma breve, uma breve problematização para a gente tentar discutir esse momento em que a produção simbólica de valores e a produção mercantil de objetos dentro da economia monetária de mercado, elas se confundem, porque tem uma transformação no modo de produção. Dentro da transformação do modo de produção a produção subjetiva simbólica linguística e a competência cultural têm um peso muito grande, ou seja, o museu passa a ser uma

experiência que lida com uma questão que vai muito além do que pode ser uma interlocução e tem a ver com uma sociedade que educa e transforma os processos relativos ao acesso às linguagens, ao modo de ver, ao modo de usufruir os estímulos que o sujeito tem do ponto de vista ético de saber.

Bem, uma primeira observação que eu não vou ter tempo de colocar tudo que está aqui e espero que você tenha paciência de controlar o meu tema. Que eu encontrei o tema da criatividade em um sujeito que é tido como desenvolvimentista, na realidade é mais do que desenvolvimentista, ele pensou a complexidade, autor do livro chamado Criatividade e Dependência e pensou uma filosofia desenvolvimentista. Foi ministro da cultura nesse país e a gente supunha que ele estava ministro da cultura para não ser da economia, mas na realidade ele tinha um desejo para a cultura. Desde o início ele integrou a ideia de que há uma relação entre a criatividade e o desenvolvimento. Ou seja, a ciência do desenvolvimento tem articulado desde o início os dois processos, a técnica mais instrumental, mais objetivada, mais focada nas dinâmicas de cálculo, quantidade e objeto. E a dimensão mais imaterial das formas dos estilos, dos conteúdos, das linguagens, dos valores, a dimensão existencial. Portanto, duas dimensões da criatividade para o desenvolvimento. Ou seja, o desenvolvimento não é estritamente econômico na definição do maior teórico do desenvolvimento econômico que este país já desenvolveu e não por acaso foi ministro da cultura.

Ora, mais para uma economia mais ligada à racionalidade, a criatividade própria da técnica e da economia do mercado é a descontinuidade por ruptura, por destruição. Nesse sentido a economia das trocas pela acumulação do capital, pelos grandes ciclos econômicos, pelos ciclos técnicos, pelos ciclos industriais e pelo próprio consumo ela é marcada pelos processos de descontinuidade destrutiva. É criação destrutiva de John Peter. O desenvolvimento é sempre combinação para romper, para destruir. Ora, nós sabemos que a destruição técnica parte de uma base técnica anterior. É nós ao contrário na memória restauramos o trauma da ruptura destrutiva. O trabalho da economia simbólica na memória é restaurar a base destrutiva para descobrir as potencialidades constitutivas para o sujeito no universo da linguagem nos processos e na criação. Todos os possíveis que estão presentes potencialmente na memória como forma. Então nesse sentido a relação com o processo econômico da economia simbólica e da cultura e etc. Ela está muito, valoriza muito mais o processo de criação ali onde ele não é destruição, onde ele é criação.

E eu fui ver a definição de cultura, já que muita gente identifica economia criativa com economia da cultura. Depois eu vou falar um pouco de criação e forma. A definição de cultura apareceu aqui, eu peguei uma definição do sujeito que tem o intelectual bastante relevante, que fala que a cultura é um conjunto de saberes, saber fazer regras, estratégias, hábitos, costumes, normas, enfeites, regras, valores, mitos, ideias. Quer dizer tudo isso pode ser objeto de leitura museal, objeto de classificação, nós temos que descobrir o que é a unidade. Aquilo que, digamos assim, faz o que está no centro. O objeto da criação não é a moeda, a unidade da criação é a forma. É a madeira que vira cadeira, a invenção da roda, o aqueduto, a escrita. Aliás, em geral grandes revoluções feministas, antropológicas, agrárias, industrial, da informática, quase todas elas significativamente não possuem um inventor,

são grandes processos. Os grandes processos de invenção, embora a gente possa encontrar no renascimento um conjunto de indivíduos. De qualquer maneira a produção de formas e as novas formas. E entendendo essas formas como objetos relevantes da experiência.

Nesse sentido, evidentemente a cultura nos lega que nós, tem algo de legado, mas também é o capital cognitivo. Ora, por que falar de capital cognitivo é importante hoje? Porque hoje se diz que o capitalismo é cognitivo e a economia é do conhecimento. Então dois sinônimos em geral do debate de economia criativa é a ideia de que ela está na confluência da economia da cultura e da economia do conhecimento. Então como eu disse a vocês que eu queria encontrar o que é criatividade, o que é criativo e encontrei na ideia de seres de imaginação, seres humanos trabalhamos sempre na relação entre o real, o simbólico e o imaginário e nesse processo nós fabricamos uma profusão de objetos materiais e imateriais. E essa constituição de formas se torna a chave, nós sempre quando fazemos uma exposição, quando fazemos algo, quando fazemos uma curadoria, quando montamos uma coleção, quando classificamos objetos, somos intérpretes que permitem ao sujeito viver a experiência radical da surpresa e da transformação da forma. Não de um evento instantâneo, de um espetáculo, de um gozo, mesmo que a gente tenha na contemporaneidade o instantâneo performático, o espetáculo imediato. Essa experiência do espetáculo, da performance na contemporaneidade está ligada evidentemente a produzir o efeito reflexivo sobre a forma e sobre o domínio da dimensão estética e linguística contemporânea.

Ora, como eu disse tem a economia das trocas simbólicas, que serviam para pensar religião, questão indígena, os antropólogos tratam isso, isso é um tema de certa sociologia, de certa antropologia. O que ela faz essa economia? Ela cria, principalmente ela é feita através do que a cadeia de objetos e troca de valores e signos estão relacionados a estratégias de conhecimento. Que no geral tem por função como na arte, dizer não tem preço. Como no amor dizer não tem preço. Mas tudo tem um extraordinário custo de trabalho, mas é fundamental se eu dou um presente eu não digo o preço mesmo que a gente tenha todas as festas comerciais e de consumo. O consumo para operar e funcionar precisa de um conjunto de justificativas simbólicas e subjetivas que não são ligadas ao desejo. Então evidentemente que parte do tema da economia contemporânea, parte do capitalismo cognitivo, parte da máquina do controle de capital é a capacidade da captura do desejo. Parte da experiência é permitir que o indivíduo capturado pelas cadeias desejantes de mercadoria possa entender o conjunto das linguagens da sociedade e olhar de outra maneira, sem tencionar. Então haverá sempre uma tensão entre a dinâmica da cadeia da simbólica e a dinâmica mercantil.

De todo modo nós vivemos em uma época em que a avaliação e mensuração do capital das empresas pelo seu peso de capacidade cognitiva não é pelos objetos que faz, não é pelos produtos que faz. É pelas relações que monta, pela inteligência que articula. É pela capacidade de gerar novos processos permanentemente. Não é por cada objeto, mas é pela capacidade de construir processos e relações, cadeias e redes, toda experiência contemporânea quando alguém quer desenvolver propriedade intelectual, quer capturar o potencial das inteligências. Agora nós já sabemos que os indicadores

quantitativos do saber mudam, as formas do saber mudam, e nós temos que, de certa forma, um dos trabalhos museais, um dos trabalhos críticos, um dos trabalhos chave é mapear processos de constituição e compreensão de como são constituídos lugares. Até porque um lugar museológico está influenciado pelas novas formas de captura do saber. E quem captura o saber define e enuncia novos lugares. Nesse sentido para poder dominar o poder de enunciação, o poder de criação. Qual o novo capital fixo desse capitalismo, desse processo de acumulação, que é constituído por um conjunto de relações sociais vitais, que articula aquisição de informações, que está ligado em grande parte à desmaterialização? E o que tem a ver conosco?

Claro, nós constituímos lugares. Nós vivemos a experiência museal, constituímos e construímos lugares. Lugares virtuais, mas se situam em casas, lares, territórios. Ela se articula com as dinâmicas de construção de parcialidades, o espaço do campo visual, o espaço perceptivo, o espaço da estrutura das linguagens, o espaço constituído pelas exposições. Claro que não é uma experiência sensorial só do olhar, mas existe uma espacialização. Essa definição da relação da espacialidade é fundamental para poder lidar com a dinâmica da velocidade temporal, com a dinâmica da velocidade do fluxo de capital, com a imposição da dinâmica do consumo, com a imposição da dinâmica que deteriora e envelhece todos os processos. Reconstruir espaço para lidar com o tempo, isso evidentemente significa a capacidade progressiva de utilizar recursos sócio-culturais. Porque para lidar com o capital global só mesmo uma inteligência global que opera na rede. Para lidar com macro impacto nas cidades, nos territórios, nas metrópoles de processo, só atuando em vários pontos em rede. A desterritorialização significa que os indivíduos têm que lidar com as dinâmicas de territorialização da espacialidade.

Os museus disputam os espaços de captura, economias de fluxo dos espetáculos, do entretenimento, as agendas e querem se conectar a uma economia permanente de fluidez, que é a dinâmica do consumo. O fluído, do financeirizado. A maneira de fazer isso em grande parte passa pela possibilidade dos sujeitos em utilizar os recursos contemporâneos e tecnológicos que permitam construir o espaço e as ferramentas de construção desse processo. Disputando no modo de produção aquilo que é comum, a economia do espetáculo, a economia do consumo, da publicidade ao marketing, ao financeiro e a experiência museal quer disputar em grande parte o complexo da exposição. A capacidade de captura de convite no olhar, a interlocução nos modos de ver. A vivência única, vamos dizer, o virtual em grande parte o museu auditivo e visual. A capacidade então de produzir narrativas, que o peso das narrativas é importante, que todo mundo aprende que a pós-modernidade é a crise da grande narrativa. No entanto, que evidentemente nós constituímos nas experiências e nas práticas de montagem de relações, de montagem de dinâmicas de exposição, de processos de classificação, construção de acervos, de definição de valores, porque em um dado momento a moeda não sabe o seu valor, a incerteza, a circulação capitalista é enorme, o capital volta para o ouro, volta para a arte.

A estética tem que se relacionar novamente para a ética no sentido daquilo que é da prática do comportamento humano e não no sentido da moralidade, até porque, no sentido da moralidade, a

própria cadeia simbólica virou espetáculo, as novas igrejas têm cadeias do simbólico e do religioso que vendem cura, profecia, soluções. E mesmo elas têm a crise. Não se trata de uma narrativa de reconstrução do sagrado e nem de uma verdade, porque de alguma maneira toda verdade é também uma ficção. Mas nós sabemos que do grande trauma da memória - o Museu do Holocausto - a ciência da tortura, os indivíduos têm que conviver com a perda da memória, a reelaboração da história, a construção de outros possíveis e lidar com o trauma. Trauma da escravidão, trauma da imigração, o trauma da remoção, o trauma da guerra, todos eles se inscrevem, o trauma da desigualdade, o trauma da discriminação, nas velocidades traumáticas das transformações nas relações institucionais. Até porque nós sabemos que a velocidade fundamental hoje é a metamorfose das instituições. O tempo todo nós falamos de parceria, rede, aliança, etc., mas o tempo todo nós estamos criando novas institucionalidades.

Dizia um cara que a principal tecnologia humana é a capacidade de criar instituições. E os museus, em parte, lembram, são instituições que lembram isso. Até porque são instituições que abrigam uma vasta complexidade de possibilidades, inclusive da auto-negação. Os museus também são espaços de auto-negação, o lugar da memória e da anti memória. E é o lugar que está convidando a experimentar permanentemente um conjunto de pressões, mas que tem toda uma história. Um lugar onde é valorizada a tradição e a ruptura, a criatividade e a tradição. Evidentemente que existe uma escrita, uma aprendizagem. E de alguma maneira os museus são espaços de elaboração da capacidade de diálogo de múltiplas temporalidades dos múltiplos sujeitos, da múltiplas eras e das diferentes formas de narrar isso. O que não quer dizer que eles não sofram as hegemonias dos períodos. Nós sofremos a hegemonia da ideia do museu projeto, quer dizer, o museu que tem que se auto-sustentar na economia da cidade de projetos, vivendo a economia de projetos. A economia real da sustentação de todas as atividades econômicas passa em grande parte pela economia do mercado de projetos, mesmo dentro do Estado. Portanto, é um conjunto de experiências fragmentadas. Já nós não temos políticas, nós não temos programas, nós temos projetos. Nós não temos orçamento, nós temos projetos.

Os orçamentos estão em crise conforme a gestão macro da economia. São definidos em função dos efeitos globais dos circuitos financeiros, da taxa de inflação, da estrutura do câmbio, das correlações das balanças de pagamento. E, portanto, nós trabalhamos em prazos com espaços curtos em tempos curtos. Evidentemente no museu nós não encontramos um tempo longo. Não que o tempo longo não seja legal. O tempo longo pode ser o tempo longo do império, o tempo longo da colônia, o tempo longo do domínio patriarcal, o tempo longo do machismo. Não quer dizer que os tempos curtos sejam bons, porque há tempos curtos do fascismo, da barbárie, da crueldade de todo modo. O que parece ser interessante, eu achei lendo, que para me preparar aqui eu tinha que achar alguma relação com o texto museal. Eu peguei algumas revistas e achei legal esse texto da Paradise, que de alguma maneira, ao discutir a experiência da Índia, iguala a essa categoria que para mim responde um pouco essa ideia de onde está a interação em uma zona de fronteira, onde quem trabalha no museu tem a ver com quem trabalha no espaço do trabalho produtivo real, nas mídias, nas tecnologias, nos espaços das ciências.

As habilitações que eu preciso para operar a economia real do mercado em uma empresa não são diferentes das que me exigem hoje no espaço produtivo da área da cultura. A capacidade de captar e gerir recursos, a capacidade de elaborar projetos. A capacidade de definir grau de originalidade, especificidades. Capacidade de produzir parcerias, alianças e sustentação de fontes diversas. Uso e manejo de recursos e de formas de registro e controle, jurídico e contábil. O uso de formas e capacidade de gestão por meio de mídias eletrônicas, informacionais, comunicacionais que estão no controle, no comando. Formas de transparência, visibilização. O que nós temos mais e cada vez mais é a visualização dos processos na crise do segredo, a hiper exposição, o hiper espetáculo, o atravessamento dos espaços. Então as experiências que são comuns do ponto de vista do modo de conduzir o modo de produzir além de linguístico, comunicativo, informático, telemático, cibernético, ele em grande parte exige modos de organização da exposição de uma feira, uma amostra, um mercado, um supermercado, um museu.

Além disso, na cadeia produtiva de valores na crise, que nós sabemos que muitas vezes o objeto estético, a dinâmica estética, o elemento de arte, a linguagem. Esse aparente de valor e o anti-valor se tornam o elemento fundamental para redefinir a cadeia de valores, principalmente também quando se trata de definir o que é patrimônio e valor do objeto. Nós continuamos o que se valorizou mais nos últimos tempos no mundo? As patentes que tem a ver com a vida e a tecnologia, etc., geradas pelo código genético por uma escrita, por uma forma de conhecimento e a economia ligada a isso, as dinâmicas midiáticas, as dinâmicas de construção da cidade, dos objetos da cidade, o ouro e o conjunto de formas que não eram consideradas significativas do ponto de vista econômico anterior. As áreas de grande valorização mercantil contemporâneas são ligadas à cultura, educação e saúde. Já com algum papel fundamental correlacionadas com a estrutura do entretenimento, o lazer do tempo livre, o [inaudível] da economia da copa, os jogos, da construção das cidades, a especulação financeira.

A relação entre arquitetura e museu, arquitetura, museu e turismo demonstram um conjunto de condicionalidades desse complexo de exposição e dos modos de valorização. Nesse sentido os museus constituem um complexo expositivo, no qual o espetáculo, disciplina e poder do Estado interligam entretenimento, educação e controle. Além disso, eles se articulam com a experiência de comunicação de massas. O exemplo deles na Índia: o sujeito na escola não tem um conjunto de saberes de dentro dos museus suficiente para fazer uma operação guia da leitura. A relação entre as massas precárias, informais e a visita aos museus define uma experiência singular que é mediada pela articulação das mídias. Então a experiência popular, o modo de organização da exposição museal, as suas narrativas e a experiência midiática podem falar de monarquia, império e as consequências serão as mais variadas. Interagem essas dinâmicas tanto na ficção quanto na publicidade.

Bom, eu aqui li essa moça, Ana Carla Fonseca Rebouças, uma pessoa que editou um livro importante, teve um encontro e tal cultural e eu fui ler. Quem quiser um debate mais ligado a dinâmicas de sustentabilidade, mercado e etc., existem, têm caminhos, têm leituras a fazer, tem gente que

vai nessa via. Evidentemente que eu não vou falar no campo museal dizendo a vocês como vão ganhar dinheiro com museu. Muito embora, hoje nós sabemos que todos os espaços estão com um reengaje, uma relação diferente com a renda. Mas nós sabemos que parte da renda é derivada da propriedade intelectual, que é uma forma nova de propriedade, e não do poder dos objetos e da propriedade material. O capital é mais remunerado, tem mais poder. Não é pela quantidade de aspirinas que vende, é pela patente da aspirina. Evidentemente que quando você vai fazer um modelo de linguagem e discutir a experiência urbana, reconstruir a cidade e pensar a cidade você utiliza e tenta mercantilizar e estabelece relação com arquitetura e urbanismo, as dimensões de projetos de cidade do interesse do capital, os processos de valorização e, muitas vezes, vai chamar a experiência museal.

Há espaços que são propriamente criativos na moda, no design e no cinema como espaços de produção e há elementos que estão ligados à experiência das artes, à experiência da criação, etc., que falam da economia da cultura e há toda uma ideia de economia do conhecimento. Ora, então para não dizer que eu não falei em uma definição que eu fui procurar ao me preparar para vir aqui, uma definição para economia criativa como um conjunto, um aglomerado de atividades, que tem a criatividade como um componente essencial, inseridas no projeto industrial e sujeitas à proteção de direitos autorais. Então nós já sabemos que o código proprietário se articula com as atividades consideradas do âmbito criativo. Isso vale na publicidade, no desenho, na moda, no vídeo, etc. Que todos jogam com o híbrido de identidade, a moda joga com o híbrido, o marketing joga com o híbrido. A criação, a publicidade se premia e se auto premia pela sua criatividade, se valoriza e investe, subjetiva objetos, mesmo que às vezes seja uma repetição um pouco débil da experiência industrial e fordista, como você apresentar um carro com muitas cores, repete, ainda não é a superação do carro, mas é uma tentativa de salvar ainda em tempo o automóvel.

Mas a economia criativa também tenta salvar, maquiagem, customizar, segurar, mas têm áreas em que ela preside, customiza e tem relação com a indústria de massas e com a seletividade. A customização beira à arte, como a gente encontra em um debate sobre moda e outras áreas. Mas a gente pode ter a mesma experiência quantificada e qualificada para objetos museais. Eu posso dizer, uma cidade com 100 mil habitantes, disse um especialista na área, construtor de museu de ciências, deveria ter um museu de ciências. Então isso vai gerar uma demanda e uma economia, há uma relação de oferta, o projeto de museu de ciências corresponderá a um conjunto de demandas e desejos que vão constituir. Se os museus têm que constituir público, certas ofertas têm que construir demandas se eu ofereço um museu. Que uma coisa é um museu comunitário que brota da organização comunitária. Um museu científico brota da dinâmica da ciência. Um museu que brota da demanda da economia e da dinâmica da construção de interesses na área da cultura é evidentemente outro fator, porque é uma área de rápida valorização, tolerância, aceitação, conhecimento, tem uma função.

E ajuda a crise do capital, porque no curto prazo é inseguro, ele precisa alongar. E aonde que eu alongo mais investimento? De todos os investimentos, um dos mais longos seria, por exemplo, de construção de um museu significativo. Ou se vocês quiserem para ser mais modesto, a fábrica do

samba ou da música. Minha cidade construiu um grande centro em nome da música e outro em nome do samba. Constrói-se equipamentos, todo lugar você tem um centro de convenções. A escala não precisa ter proporções, porque aqui se espera que eu possa colocar 4 mil pessoas, 2 mil ou 500. A cidade tem que ter um centro de convenções, faz parte da economia institucional, faz parte da visão da população. Ele também tem que ter dinâmica e justificativa. Gera renda? Circula economia? Constrói e tem investimento a economia dos eventos? Então evidentemente nós lidamos em todas as áreas. Não existe, nós aprendemos isso e refletimos sobre isso. A dinâmica da economia não tem um ajuste racional. Ela produz equilíbrio no desequilíbrio. O que nós aprendemos é lidar com uma nova teoria econômica no desequilíbrio.

E o que nós aprendemos na cultura? A experiência da diversidade e do conflito, a experiência da singularidade. A economia criativa é entendida como sendo uma abordagem holística e multidisciplinar, operando em interface entre a economia, cultura e tecnologia. Seria um momento em que as formas da produção das riquezas, dos modos de produção para responder à escassez articulam uma valorização da produção cultural, no sentido estético, simbólico, linguístico das formas da memória e dos mitos da história da ciência e do conhecimento das artes pelos lugares, da arquitetura e das formas da paisagem, do patrimônio natural estético, histórico com as ferramentas tecnológicas. Como eu disse criando uma área a mais, porque as outras se saturam. Tem o limite da produção automobilística, tem o limite do consumo eletro-eletrônico. Tem coisas, no entanto, que a fronteira do limite é mais elástica.

Bom. Para não dizer que eu vendi e disse a vocês “sejam todos e todas criativos e criativas e usem as suas competências museais e as suas capacidades de produzirem o complexo de exposição e a capacidade de lidar com a produção simbólica como forma de gerar nova propriedade intelectual ao mercado e acumulação de capital”. Obviamente vocês podem pensar e tencionar ainda um pouco isso pensando no que é o capitalismo que maneja o conhecimento e que é o trabalho e a tensão entre o trabalho e a criação desse capitalismo. A diferença entre a capacidade de captura e controle que o código do proprietário exige e a exigência de autonomia e cooperação que o novo trabalho intelectual subjetivo linguístico precisa, isso gera uma grande contradição. Só para lembrar, quando eu estou falando do plano do capitalismo em geral é o plano dos monopólios, é o plano do global. O plano da economia política geral é o plano nacional. Em geral está ligado ao Estado e ao mercado nacional. E o plano das trocas é o lugar cotidiano que nós estamos.

De uma maneira é preciso sempre lidar com uma visão desse debate, dessa ideia, ou seja, não necessariamente troca. Por exemplo, eu preciso de um objeto simbólico estratégico fundamental que é a capacidade de reciprocidade, reconhecimento e confiança. E nós sabemos que teoricamente a acumulação de capital e as formas competitivas, elas na realidade se solidarizam. Evidentemente que você não vai fazer nunca e não vai expor os objetos culturais e linguísticos e escamotear os conflitos de raça, a criação dessa categoria berrante, raça, lidar com o diferencial da etnicidade, o diferencial de classe, diferencial linguística, a conquista, o domínio. Grande parte dos museus são museus de

dominação. São museus de constituição de identidade nacional de poder e de projeto. Os holandeses com suas camisas laranjas comemoravam nos jardins ao lado do Museu do [inaudível]. Os espanhóis naquele país dilacerado têm a grande produção estética da república no Museu Rainha Sofia. O proletariado à esquerda e a república estão dentro do Museu Rainha Sofia. Nós sabemos, ou seja, o espaço de produção dessa capacidade analítica, dessa capacidade expositiva de construção dessas narrativas precisa de uma enorme autonomia mesmo quando financiado por uma empresa, pelo capital ou pelo governo, mas essa atenção é fundamental.

Ora, o que se chama de capitalismo cognitivo como nós vimos tem um debate com aquilo da economia da criação, na medida dos cruzamentos das mídias, no marketing, na publicidade, nas formas de produção áudio-visual a inter mídia sempre fica nas infovias que são reordenadas por forças empresariais globais que ordenam o espaço informacional comunicacional. Capturam o IG, capturam o Google, centralizando os processos de controle das novas formas de valorização. Claro que, no entanto, esse capitalismo para funcionar precisa da liberdade cooperativa da rede, precisa da dinâmica do comum. Porque a potência criativa que vai solucionar da crise do Golfo a gerar renda na hiper mídia, tem na integração da mídias exige o engajamento das pessoas, o aprendizado, sua ativação, chama até de redes sociais. A acumulação flexível especializada, telemática, do espaço integrado pela circulação e conexão da relação de máquinas programadas, inteligência artificial, fluxo de informação, comando humano, cibernética, ciberespaço.

Aliás, a chave para nós lidarmos e repensarmos nos objetos tecnológicos, repensarmos a relação entre museu e cibernética, entendendo a cibernética como mecanismo de leitura, crítica dos processos em rede no espaço cultural marcado pela pós modernidade em rede líquida de consumo. Ora, o processo de valorização não é mais uma esfera atomizada em mecanismos de integração de massas como era na indústria dos bens chamados de modelo americano. A dimensão cultural, desmaterialização formacional, o controle da produção simbólica parece ser a principal dimensão da produção de mercadorias. Mais do que uma mercadoria entre outras, a cultura é a expressão de um novo real simbólico que condensa a tendência do caráter produtivo e crítico, mas que corresponde também a uma metamorfose não só do capital, mas do próprio processo de trabalho que precisa de bases intelectuais. O museu tem, independente de tudo, tem uma função que nós já vimos, decisiva, estratégica nos mecanismos de leitura consecutivos nesse capital intelectual, quer para deles, quer por capital, que precisa dos trabalhadores que tenham capacidade dessas múltiplas leituras. A leitura escolar, a leitura do consumidor, mas a leitura reflexiva onde o museu, ouso dizer, tem um espaço contemporâneo de produtor de uma estratégia de reflexividade em múltiplas camadas.

Tem um autor que quando fala da experiência japonesa da tecnologia e da cultura diz que os japoneses, com seu diferencial de cultura com o ocidente, desenvolveram a relação por tecnologia por camadas. Por exemplo, para eles foi muito difícil fazer um hino nacional. O hino nacional era um paradigma de racionalidade simbólico, estético, musical e uma gramática de escrita e um modelo, mas não dava na articulação militar moderna eles precisavam do hino. Para produzir o comando,

por exemplo, as tensões que existiam no navio. A passagem de um tipo de chão na loja de departamento de tatame, que se tirava, imagina uma loja de departamento onde milhares de pessoas tiram as sandálias para andar descalças. E as grandes escalas de departamentos, as grandes escalas de massa, com vão as experiências tecnológicas, a experiência cultural, a experiência da pressão dos novos formatos. Essa tensão que o mecanismo de assimilação faz por camadas. Eu ousou dizer que a gente tem camadas de múltiplas significações e produção do sentido que fazem parte da experiência no mundo museal, que fazem de certa sensibilidade cognitiva que não ser só a cara do sujeito, que não vai ser só os jovens do big brother que vão trazer uma energia intelectual e emocional suficiente. Falta pregnância técnica criativa.

Nós sabemos que os grandes cientistas foram em parte também sempre ligados aos grandes temas éticos e filosóficos. É característica comum deles. E certamente a experiência tecnológica hiper tecnificada e reificada precisa de um retorno tencionado para análise das formas, e para a capacidade de descobrir modos de criação e não para produzir um novo produto que capture o desejo do sujeito repetindo a cadeia, como mudar de um celular para outro mais potente. E isso é uma experiência que o processo museal certamente pode fazer e esse tencionamento vai continuar. Bom, certamente para concluir, eu acho que nós podemos dizer que tanto nas redes, tanto nos espaços constitutivos de estratégia de reconstrução dos lugares e quanto em um lugar particular, um lugar de condensação do imaginário, lugar de elaboração de simbologia, o homem precisa elaborar experiência traumática do genocídio, precisa do Museu do Holocausto.

Até para ver a impossibilidade de narrar aquela experiência, porque o museu é a prova viva de que é impossível narrar, é como a experiência da escravidão ou da tortura. É muito mais para não se repetir, é muito mais para que a memória não fique prisioneira daquela derrota, para que a utopia se desenvolva, a ficção se desenvolva, para que outra leitura se gere. Mas também não tem outra leitura se o sujeito não ler a experiência traumática. Porque se for pela lógica do capital, pela destruição criativa não tem progressão, porque a progressão precisa de linguagem, porque a progressão precisa de cultura, porque a progressão precisa de confiança, porque a progressão precisa de receptividade, porque a progressão precisa de um conjunto de competências. E quanto mais os sujeitos são fragmentados na cidade e mais conectados na rede fica mais clara essa contradição. As competências linguísticas para operar na rede são indispensáveis, senão as redes sociais não funcionam. O sujeito tem que ter o que dizer, tem que ter o que produzir. Nesse sentido toda vez que se tenta capturar todo esse poder, evidentemente se limita a ele. Toda vez que se drena uma parte da inteligência se cobra um preço, se limita o fluxo dela e da conexão tem um custo.

Há um debate, portanto, do direito do debate daqui que é o direito de acesso, mas na realidade criamos condições estratégicas de acesso e suas competências linguísticas que lidam com a capacidade de produzir as formas de produzir identidade, de produzir o reconhecimento, de produzir as conexões, de lidar com os mitos, de produzir os elementos e as obras, porque nada é mais complicado que a obra, hoje nós temos o urbano, não temos cidade. Evidentemente isso tem a ver com direito

à cidade, que é outro grande direito. O que é direito à cidade? A estratégia museal é a chave do direito a cidade. O direito à cidade é permitir que todos os lugares sejam o centro, não por acaso todos os centros tem que ser. Se as periferias querem ser centro, elas têm curiosamente desejo de educação, etc., e tem um desejo de museu, têm um desejo de memória. Bem, evidentemente que os significados que podem ter, que tinha uma questão que gera trabalho e renda como foram, nós vimos que aprendizagem contemporânea, o desenvolvimento de competências linguísticas comunicativas, o uso das ferramentas tecnológicas, a capacidade de ter, de estar relacionado com o universo da informação e comunicação, os elementos que não subordinam o desejo e puramente a surpresa como objeto de consumo com o instantâneo de um ato aberrante em um jogo qualquer, em um reality show ou como uma nova crueldade do sujeito em geral que serve para violar ainda mais o corpo pobre.

Em geral se diz agora que a grande questão é que os pobres não são competentes para enriquecer, porque os ricos não são cruéis. É o contrário, é a entrada no mundo dos ricos que gera o valor da crueldade. Não é porque ele é pobre que não tem competência para lidar com o mundo dos ricos. Que a história demonstra que a crueldade é correlativa às grandes experiências dos poderes de segregação. As grandes crueldades coletivas são estratificadas de castas e classes. Ela é reveladora de que cinco minutos na prepotência no alto claro trouxeram uma ilusão, então ele não passou para o status simbólico. Ele não virou um igual, porque se ele virasse um igual era alguém que podia ser psicanalisado. Evidentemente que as experiências contra hegemônicas são dolorosas, as experiências de produção de identidade ou de outros lugares, passagem para o mundo, ou seja, a experiência museal não é a experiência da facilitação, tem o entretenimento, tem o espaço lúdico, mas ela precisa enxergar o sujeito, mexer com a sua subjetividade, mas o capital precisa disso também. O sujeito para decidir correr o risco do investimento, da compra, da aquisição também precisa dessa mobilidade. Pois a mobilidade do conhecimento, a mobilidade da cultura, a mobilidade estética na experiência museal podem ter um custo de outro tipo de sujeito e reduzem extraordinariamente as incertezas e buscas. O que [inaudível] o capital são as incertezas, é o Golfo Pérsico e o Golfo do México.

Evidentemente que a experiência museal pode trazer ao sujeito potencialidades cooperativas nunca vistas, possibilidades de dialogar e de olhar renovados. Competências linguísticas, potencial de criação. Alguns propõem até que o museu seja um lugar onde se liberte dos próprios espaços de constituição de definição de discípulos, escolas, etc., mas de qualquer maneira nós vamos sempre precisar narrar algo. Bom, o que é o poder e uma ferramenta para gerar renda, gerar cidadania, gerar espaço, poder cultural e simbólico do trabalho vivo. Esse trabalho vivo vai ter que lidar com potencial de convergência de meios técnicos e mídias, vai ter que lidar com essa nova potência. Claro, o precário, as favelas não viram [inaudível] sem a experiência escolar, mas a experiência museal e outras experiências culturais ajudam. Claro, eu não vou conectar o sujeito às máquinas, computadores, às grandes competências gráficas e deixar ele nos universos vocabulares, estéticos e impossibilidades que limitem ele de lidar com as outras linguagens, de lidar com outras possibilidades da ciência, da literatura, da arte.

Os aspectos de mercantilização da cultura, a cultura como mercadoria não pode esconder esse conflito de que a inteligência coletiva é a fonte principal da riqueza humana. Que abre oportunidades extraordinárias de disputa política, de construção de alternativas baseadas na sócio-diversidade, na construção de novas comunidades, federação de cidadãos e produtores, possibilidades novas múltiplas que não são contra formas diferenciadas de propriedade, sistemas mistos de economia. Então na realidade a gente pode dizer de todo modo que a experiência da diversidade, mas dentro dessa capacidade de produzir exposição com um determinado tipo de etnicidade, é o capital constitutivo do desenvolvimento e a condição do sujeito operar sem a sua renda.

Vou terminar com Celso Furtado de novo, que dizia se o Brasil parasse 10 anos e as pessoas estudassem e, uma parte das pessoas ainda voltasse para o campo, que o único lugar do mundo que o sujeito quer voltar para o campo, os sem terra, que nem todos querem ir para a cidade. E devia se premiar quem quer ir para o campo, que a cidade está saturada. E pode ser muito útil para a diversidade sócio-biodiversidade a produtividade. E ele terminou trabalhando com bioética, que não era alguém do atraso, alguém que não tinha ido muito além. Então dizia dessa possibilidade extraordinária que é, o que diz o capital? O que dizem os empresários? O que dizem todos? Que a condição de acesso à renda é o conhecimento. Ora, se o sujeito não é dotado dos conhecimentos culturais ele não tem direitos econômicos. Se no passado o direito ao trabalho viabilizava a correlação com a cidadania, porque a base da identidade produtiva cidadã se correlacionava com a cadeia do trabalho formal, hoje o acesso à renda depende em grande parte dos direitos sociais e culturais como pré-condição. Direito social de circulação, de saúde. Direito cultural de conhecimento, direito à educação como pré-condição.

Então nesse sentido há uma economia museal que faz parte de uma economia da cultura, que faz parte de uma economia do conhecimento. Que é ao mesmo tempo infra e superestrutura no desenvolvimento. E nós voltamos, sabemos que toda experiência de produção, reprodução e desenvolvimento que é baseada no excedente e nos modos de sua distribuição está ligada ao processo básico, a teoria do desenvolvimento o Celso Furtado dizia também. Quais são os valores do processo decisório? A distribuição de renda depende da capacidade de fazer as experiências, de fazer os atributos e os potenciais de quem decide e certamente da democratização da cultura é uma ferramenta estratégica para que todos possam participar da decisão, nesse sentido qualifica a democracia como condição para a sociedade do conhecimento supondo que no novo milênio o conhecimento deva substituir as formas anteriores de valorização mercantil e deva ser um instrumento produtivo sendo a forma principal da produção e tenha a centralidade do conhecimento. E o conhecimento na relação entre economia e política e cultura ele está vivendo essa situação de desdiferenciação. Mas como a experiência anterior não foi boa na política da economia e trouxe, e até hoje traz, extraordinários problemas, na realidade a desdiferenciação traz novos problemas. Então pensar criativamente os novos problemas é a principal opção econômica para os quadros produtores das práticas intelectuais cognitivas, estéticas e políticas do campo museal.

Como vocês veem eu fiz um esforço de trazer uma ideia, uma discussão sobre a centralidade da cultura no espaço contemporâneo das transformações do modo de desenvolvimento tanto no trabalho, tanto no capital, atualizando um conflito e ao mesmo tempo trazendo um problema e um deslocamento dentro do processo de valorização. Depois da era da profusão dos objetos técnicos, agora, essa profusão de objetos técnicos e a própria tecnologia tem que ser relida. E uma das coisas que elas têm que fazer é reler a crise da sociedade tecnológica. Que aquela sociedade que vai precisar de novas tecnologias para definir novas prioridades e para isso tem que desenvolver a capacidade imaginária de novos possíveis e para isso precisa lidar com a memória e para isso precisa ter acesso. E a memória é viva na medida em que ela lida e possibilita a retomada da experiência criativa em novas bases com a retomada de experiências e de outras possíveis. E de alguma maneira o museu pode trazer ou não, pode ter essa função ou não, ter esse papel ou não, pode ser uma instituição que por ter a solidez da ideia da institucionalidade, que seja o espaço também da criatividade.

Isso valerá, portanto, para todos os atores no conflito futuro, na sociedade, nas soluções que nós vamos encontrar na formulação de problemas. Que nos museus nós também encontramos os problemas de outras sociedades e seus enigmas, de outras histórias, de povos com histórias e povos sem histórias, da formação da escrita, da formação da tecnologia, do cosmos, da arte e até da crise e da lacuna estética e ética e até o do vazio contemporâneo, até do mal estar contemporâneo que a gente enfrenta e lida de alguma maneira e essa experiência a gente tem que enfrentar.

Conferência IV - Museus, cidade e cidadania



Dia 15/07 (quinta-feira) – 18h30

Conferencistas: *Jorge González*, coordenador do Complexo de Laboratórios do Programa de Epistemologia da Ciência e Cibercultura do Centro de Investigação Interdisciplinar da Universidade Nacional Autónoma do México;

Graça Filipe, subdiretora do Instituto de Museus e da Conservação, em Lisboa;

Inés Lourdes Ferrera González, museóloga, diretora do Museu de Guisa e Granma e deputada na Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba.

Coordenador da Mesa: Rose Miranda

Jorge González

Muito boa tarde a todos e todas. Vou tentar falar em espanhol – portunhol, para tentar ser o mais claro possível. Agradeço o convite que me traz a este congresso do Ibram, para mim representa uma parte muito importante do desenvolvimento da América Latina, deste processo que vou falar entre as redes, os sistemas e a institucionalização de movimentos mais importantes que estão se sucedendo em toda a América Latina particularmente, especialmente aqui no Brasil. Quero compartilhar com vocês alguns pontos da experiência que estamos fazendo há dez anos no México, trabalhando em diferentes partes do país. Vou falar de três coisas hoje, redes, museus e memória e de uma categoria que se desenvolve há 11 anos, frentes culturais e desenvolvimento da cultura. Então, começaremos com as redes.

Parte do que queremos tratar é do problema entre a convergência das instituições e as políticas públicas que são: sistema, ordem, clareza, precisão. Um sistema tem que ter estas características. E outra parte: como conectam com a energia social que emana e nutre todas as possibilidades de relação. Algo que se pode chamar de nação com a palavra desordem. Como fazer para que as iniciativas institucionais organizadas, sistematizadas, sistêmicas, legitimadas encontrem essa energia social, essa capacidade de relacionar tudo com todos. Que todas as sociedades, as mais rígidas e as mais crucificadas têm como força básica. Ou na parte de sistemas, a parte da sociedade que é a ordem, transparência, precisão, sistemas. E, por outro lado, a virtualidade de qualquer relação. Tudo pode passar também. Esse matrimônio não é fácil de trabalhar, entre ambas as redes. E, há as redes que são mais institucionais, claras, precisas e ordenadas como um ministério, como um instituto e outras redes que são totalmente inativas. Uma capacidade de relacionar tudo com todos, ao menos virtualmente. A partir daqui, as primeiras redes institucionais, sistêmicas fazem possível o planejamento estratégico. Na gestão de pressupostos, os financiamentos, nas avaliações, na capacitação e consolidação legítima do que se chama campo museológico, claramente.

O problema, também, está quando essas infraestruturas existem e repito: qual é a conexão? Como podem conectar? Como podem retroalimentar-se? Como fazemos para que não haja “elefantes brancos”? Grandes auditórios vazios, grandes museus vazios. Que são a reserva dos ouvidos acumulados. Ou que são a cristalização, a consolidação de movimentos sociais, que alguma vez foram movimentos sociais e hoje são fotografias. Hoje são pedras. As segundas redes mais inativas diante do desenvolvimento da imaginação criativa e todas as possibilidades de relação e vinculação garantissem a geração e divide a vida diária destas disposições que se necessita para tornar-se público. Os públicos não existem em si mesmo. Vão-se construindo. Porque uma instituição para ser pública necessita forçosamente do desenvolvimento destas capacidades, dessas disposições cognitivas, sem as quais não há público. Então, frente a isso aparecem instituições que tem direito e o dever de garantir, especialmente no México e na América Latina, a estes conjuntos de classes sociais historicamente desenergizadas. Digamos que em toda a sua vida não tenha podido exercer o direito a recordar. Seu

direito a recordar e seu direito inclusive a recordar contra a memória oficial. Este processo não é fácil em meu país, o México, sobretudo nos últimos 20 anos que tem havido um retrocesso das partes institucionais e um avanço da parte inativa. A sociedade mexicana está viva, está em evolução, está organizando-se e aí, um problema muito grave também, é impossível entender o problema da violência, o tráfico, as máfias, sem entender esse processo de separação e divórcio entre as instituições que deveriam garantir a memória de todos e a ação que acontece ao largo do país.

É preciso garantir o direito à memória e também se deve garantir o direito a ser ouvido. Neste caso, falando dos setores populares das classes subalternas, os museus não são populares nem por sua localização, que esteja no Piauí ou numa favela, não são populares por isso, nem por sua origem, nem pelo seu conteúdo. Porque são peças do povo e, nem tampouco, para o povo ou pelo povo. Se não são populares, quando o povo, esse conjunto de classes subalternas instrumentais, os sujaram e não os incorpora em suas vidas, porque vai de acordo com o seu modo de ver o mundo e a vida. E normalmente essa sociedade está contraposta a forma de ver o mundo de outras classes que dominam e dirigem a sociedade. Então, frente a essas questões, os problemas podem ser muito graves porque geram um grande divórcio. Essas formas inativas, essas formas devassas de qualquer e de toda sociedade podem tomar praticamente qualquer configuração. As redes inativas refrescam as instituições. As instituições correm o perigo de congelar-se. De ser um grande cano bem conectado pelo que passa dentro do cano. Do que venha a fluir dentro dessas redes. Esse perigo que se corre de grandes inversões, que não tem o público, porque foram eleitos pela gente. Foram eleitos para a gente. Estamos trabalhando nesse caso no Deserto de Potosi no México. Estamos fazendo história de famílias. E essa parte de história de família implica o cuidado com a própria gente e com suas histórias de família. Gente sem memória, sem rosto, sem história, sem passado. E nem sempre é agradável recordar. O parente direto da memória é saber ouvir. Também, teremos que ter o direito a ouvir. O direito a recordar de outra maneira o quanto nos contaram. O direito a reescrever. A recontarmos e narrarmos de outra maneira o que nos contaram e como nos contaram. Então, o problema está quando esse direito é decidido quando a gente converte esse direito em energia ativa e empoderante. E se converte em empoderante porque confronta ativamente o desígnio do conhecido desenhado para ser ouvido. Desenhados para desconhecem-se a si mesmos e desconhecem o seu ser social. Então, o que chamamos memória pode ser entendido como um produto de largo processo de tensões e lutas às vezes passivas, às vezes muito veladas e escondidas e às vezes muito abertas entre contingentes politicamente desiguais. Para poder apropriar-se de suas capacidades, para estruturar e transformar essas instituições. E ao mesmo tempo modular e estimular essas redes vivas, abertas, combináveis, em ativas. Não é um conceito de memória como algo que ficou no passado, mas sim, resulta-se que com memória, ela sempre é o produto de uma edição, como na televisão, como na imprensa, implica um recorte. Às vezes essa edição é imposta, às vezes é legitimada, às vezes é impugnada, contestada, mas sempre é operante dentro das ecologias simbólicas que configuram essa natureza recriada, somos a única espécie conhecida na face da Terra que para sobreviver precisamos construir, recriar uma natureza que é totalmente simbólica. Em outras palavras, vivemos de contos, mas não só de contos; dizem por aí: “não só de pão vive o homem”, mas sem pão não se vive. Basi-

camente, não posso comer contos, não posso comer discursos, não posso vestir um discurso ou um signo. Então, essa segunda natureza é fundamental e se relaciona com essas ecologias simbólicas, para nelas habitar. E nessa habitação, na vivência dessas ecologias simbólicas, a memória é fundamental. A memória, dizia eu, como registro seletivo e situacional, toda memória é sempre seletiva e sempre é situacional. Não nos lembramos de tudo sempre e a todo momento, só nos lembramos de algumas coisas e depende do momento. As instituições, do estado, por exemplo, fixam uma agenda: é preciso lembrar-se disto, você precisa lembrar-se disso, nós temos que nos lembrar disso. E ao fazê-lo recortam, e isso pode mudar o que é a memória em outro tempo, pode ser condenada ao esquecimento. Então a memória opera como uma zona estratégica, uma zona estratégica de um território simbolicamente ocupado. Não falo somente do território terreno, falo de um território, de uma segunda natureza, que está necessariamente ocupado, cheio. Cheio de quê? Cheio do produto da elaboração discursiva, simbólica, dialógica da sociedade, das instituições e das redes, das zonas inativas. As redes fazem esse processo de mediação entre instituições e entre ação. De todas as formas, essa zona estratégica de território simbolicamente ocupado também está em permanente desocupação, ou seja, não foi ocupado de uma vez e para sempre. Lembro-me quando trabalhamos há 20 anos em Medellín, Colômbia, em uma das zonas mais pobres e conflituosas da cidade, na época mais forte do narcotráfico, onde a esperança de vida de uma criança recém-nascida não chegava aos 18 anos. Dezessete anos era o que poderia viver uma pessoa. Com esse conhecimento perfeito em sua cabeça, uma criança dessas crescia sabendo que toda a sua vida tinha sido uma merda. A sociedade dizia: “você é uma merda, você não vale nada, você vai morrer” e eles acreditam. Com US\$ 50,00, uma arma e uma motocicleta podem matar a qualquer um. Há um grupo maravilhoso trabalhando em Medellín com crianças pequenas em escolas públicas para recuperar a memória de uns 80 anos para cá. Crianças pequenas, de 8, 7, 6, 5 anos, falando com seus avós, recuperando o quanto custavam as coisas, como era onde viviam, o que acontecia antes, porque as crianças crescem sem memória, em um território simbolicamente ocupado pela desqualificação dos outros. O processo foi muito interessante pela recuperação pouco a pouco, pela reocupação: desocupação e nova ocupação. Voltar a encher esse território simbolicamente ocupado com algo que dependa mais de nós mesmos e não de outros. A memória então é um produto sócio-histórico de tensões e lutas, ocupável e ocupante, pois nos preenche também.

Passo à última parte, que é a proposta na qual trabalho há muitos anos, uma proposta de trabalho teórico e empírico que chamo “frentes culturais e desenvolvimento de cyber-cultura”. Começo por esta parte, há uma letra k, uma letra c e uma @. Um exemplo de ecologias simbólicas: dando aulas nos EUA, em Texas, em Austin, eu perguntei aos meus alunos como se chamava esse símbolo (@) em inglês, e eles diziam at, apenas at. E eu perguntava pra eles se sabiam como se dizia, como soava em espanhol ou em italiano este símbolo: arroba, em espanhol, escargot, em francês, em catalão ensaimada, que é um doce, em Noruega se chama rolo de canela. Esses quatro ou cinco exemplos, e arroba no Brasil. Essa forma de sentir é parte da ecologia simbólica. Então, seguindo, esse processo que mencionei antes, esse processo de lutas, tensões e configuração sócio-histórica sedimentada da memória, pode ser estudado com a categoria de frentes culturais, pois a criação dessas frentes cultu-

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : CONFERÊNCIAS

rais documenta a construção da hegemonia, que aglutina consensos consolidados, alguns parciais, precários, sobre a forma em que a sociedade percebe-se a si mesma. Como nos percebemos? Não só trabalhamos e lutamos, mas temos um sentido para isso. E esse sentido tem a ver com a forma como nos percebemos a nós mesmos, como sociedade, como grupos, como classes. Em especial concentro-me nos setores subalternos, historicamente abandonados, não escutados, emudecidos e negativamente visualizados. Por isso, dizem no México: “ao artesanato, para ser arte, ainda falta um nível”. Há uma bebida pré-hispânica que se chama pulc. Ao pulc, para ser carne, lhe falta um nível. O que as produções populares fazem, lhes faltam quase um nível.

Que interessante, que ingênuo! E por trás disso há toda uma história de produção, um imaginário que se concentra em manifestações, em bonecos, em um monte de produções, em canções, em tradição oral cantada e não cantada etc. Mas essa visibilidade negativa é uma forma de ocupação do território simbólico. Não estão incluídos na história como cidadãos, este é o problema. Nossas democracias latino-americanas costumam ser, eu digo no México, democracias parciais a médias, nas quais muito poucos somos cidadãos, temos direitos e obrigações. Mas há enorme quantidade de pessoas que não foram incluídas como cidadãos. São subalternos precisamente porque desenvolveram seu imaginário dentro de uma importante contradição, isso se chama oximoro, uma figura de retórica. Têm uma auto-percepção héterodeterminada, sua percepção foi determinada por outros, foi desenhada e processada por outros, não por eles mesmos. Então, por uma parte, o Estado teria que garantir esse processo de empoderamento cultural. Essas ações do Estado institucional têm que ser percebidas por todos. O direito à memória, que é parte do tema desta mesa, e também ao esquecimento, está diretamente relacionado ao direito aos museus. Porque os dois são capazes, através desse empoderamento cultural, de gerar um tipo de cidadania cultural que pode desembocar em uma cidadania plena. Sem cidadania cultural não há cidadania plena, porque a cidadania cultural obriga a reconhecer o diferente, a incluir as diferenças, obriga a trabalhar e a escutar as distintas vozes, rostos, comidas, sabores, cheiros, que fazem a vida de um país, de um Estado. Como fazer isso? Como tornar possível esse empate entre as ações institucionais e os processos sociais que durante muito tempo, na América Latina, têm sido profundamente castigados, esquecidos, explorados etc.?

Bom, não há nenhuma receita oficial especial, não. O que estamos fazendo no México, em várias partes, somos uma rede há muitos anos, é trabalhar com o seguinte: mediante o desenvolvimento coletivo da capacidade de auto-determinação, potencializada pela inteligência, frente a problemas concretos. Disso, no México, pelo menos, e em grande parte da América Latina, às classes subalternas mais exploradas, dominadas, totalmente instrumentalizadas, somente sobra a última parte, os problemas concretos: problema de água, de lixo, problema de migração, de violência, de alcoolismo, de saúde pública; e a parte do desenvolvimento coletivo, dessa capacidade de auto-determinação potencializada pela inteligência, não está em suas atribuições, não está em seu território simbolicamente ocupado por outros. Então, este símbolo que aí está é o que eu entendo por cyber-cultura, nada a ver com computadores, nada a ver com celulares, nada a ver com jogos pela internet, tudo a ver com essa capacidade que é um momento. E por que falo assim? Por uma parte a palavra cyber

vem de kibernetes, que é o timão que dirige uma navegação mediante a escuta atenta que permite modificar a rota. Cultura nos indica essa capacidade de auto determinar o rumo e se pode desenvolver, é cultivável, pode-se gerar e não é patrimônio de apenas alguns. E a arroba (@), em duas dimensões, representa, para mim, um caracol de retroalimentação positiva, que dizer, é um círculo virtuoso, um helicóide, representa a inteligência, o conhecimento, porque o conhecimento permite romper a situação que é fechada. Isto é o que faz o conhecimento, e sempre o tem feito em toda a história, nunca foi diferente. Então o parente mais pobre deste processo cultural nestes países latino-americanos é o conhecimento. Somos países e continentes desenhados para sermos objetos de estudo. Nós somos estudados, vêm Lévi-Strauss, Malinovski, Rumboldt estudar negros, índios, latino-americanos, pobres. Estudam, estudam e se vão. Somos um país com um desejo de objeto de estudo. Rumboldt caminhou três ou quatro anos por México e classificou metade do país, era um sistema de informação que anda, porque ninguém se havia ocupado disso.

Há uma flor muito bonita, à qual chamamos *noche buena*, que é vermelha e aparece no inverno, em dezembro, janeiro, no inverno do norte, de origem norte-americana, e a classificação é *poinsettia*, porque o embaixador dos EUA no México, nessa época, gostou da flor e a registrou com seu nome, e isso fazem com as substâncias da Amazônia, a Bayer e outras empresas. Esse fluxo de conhecimento: somos países feitos para serem estudados, não para estudar. Há 20 e tantos anos o Brasil decidiu criar um Ministério de Ciência e Tecnologia e depois um Ministério da Cultura, porém meu país, que está mais perto dos EUA, dizia Porfirio Dias, um ditador muito importante no México: “pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos EUA”, pobrezinho. Claro que há algo no ciberespaço, e vamos nós e somos fluxos da internet, somos rede, mas essa capacidade de autodeterminação, a palavra *cyber*, não tem nada a ver com um computador, tem a ver com essa capacidade de dirigir.

Guber é da mesma raiz, *gubernare*, governar, *kiber*, a mesma raiz: é dirigir, governar. Então, a ideia é que essa capacidade pode ser desenvolvida coletivamente pelo conhecimento, frente a problemas concretos e se faz possível mediante a criação de comunidades emergentes de conhecimento local, que podem desenvolver um processo de conhecimento do seu entorno biopsicossocial. Ou seja, é perfeitamente possível que por meio do conhecimento não se tenha que ir a uma universidade, nem ter um título de doutor, e as pessoas possam desenvolver zonas de conhecimento que reocupam o território simbolicamente ocupado. Por que alguém bebe água, por exemplo, e morre? Porque Deus quis, porque teve azar, porque fez o mal durante a vida. Mas e que tal se analisamos a água? E se podemos entrar e ver o que acontece lá? Por que há inundação? Um furacão que passou por Monterrey, a segunda maior cidade do México, e causou um desastre impressionante. Por quê? Quem permitiu? E há culpados. Quem permitiu habitar o leito de um rio seco? Um rio sempre será um rio, quando chove muito vem a água e todos morrem. Então, este processo de autoconhecimento é perfeitamente construtível. Minha tarefa, como cientista da Universidade Autônoma do México, é estudar quais são as mudanças cognitivas que existem quando algo não acontecia e passa a acontecer. O que muda e como muda? Epistemologicamente: como se constrói o conhecimento? Mas minha tarefa como promotor cultural, como gestor cultural, que não posso entender separada da do pesquisador – não os investigadores que estão todo o tempo “guardados”, vendo o que pensar: é cognoscível o ser? É provável a democracia? Esta parte de ação e reflexão é muito importante para nós.

Então é provável e é possível que essas comunidades possam organizar-se em redes de comunidades emergentes de conhecimento local e através dessas redes é possível gerar um conhecimento situado: nunca perco meu local, porém repleto de relações que implicam o ato de conhecer. Conhecer é ser capaz de estabelecer diferenciações e integrações, a isso se reduz basicamente o conhecer. Como diferenciar o que não é diferenciado ou que parece indiferenciado? Como estabelecer diferenças e como integrá-las? Este processo de diferenciações e integrações é perfeitamente possível e potencializado por redes de comunidades emergentes de conhecimento local. Último exemplo: o problema da água no México é muito grande, no mundo é muito grande. É um problema que é totalmente mundial, global, como o da Amazônia não é local, é totalmente mundial. O problema da água é mundial, mas os indígenas do Golfo da Califórnia, os de Guajaca, os suburbanos de Guadalajara e da Cidade do México, no deserto de Potosí, cada um deles vive um pequeno pedaço disso, cada um vive uma pequena parte, e um não tem nada a ver com o outro.

Porém, ao se construir conhecimento local, essas relações começam a aparecer e da particularidade dessa diferenciação do conhecimento local, ao haver a interação com outras comunidades que enfrentam problemas parecidos, começam a tecer uma forma de conhecimento que não é mais somente local, um conhecimento situado e isso permite um processo de empoderamento. Porque se tornam capazes de voltar a se narrar, de se recontar, capazes de voltar ao passado, de recuperar tiras, migalhas, pedaços do passado e tecê-los novamente, editados em uma memória que os permite definir seu presente e abrir mundos possíveis, novos mundos possíveis. Significa que através dessas comunidades emergentes de conhecimento local podemos não apenas estudar, mas formar frentes culturais para que se possa construir outra hegemonia, outro mundo mundial, mais amoroso, mais dançarino, mais lúdico e divertido. E muito mais conversado e compartilhado, mais jogo bonito. Muito obrigado.

Graça Filipe

Muito boa noite a todos e a todas. É um ato de coragem vocês estarem todos aqui a ouvir-nos. Quero agradecer a Rose Miranda, agradecer particularmente ao José Nascimento e, também a Eneida Lemos e quero dizer que para mim é um privilégio estar partilhando estes dias e este 4º Fórum Brasileiro de Museus. Sem dúvida que nesta minha fase um pouco de transição contra o percebido pela apresentação que a Rose fez há alguns meses. Eu trabalhei durante duas décadas seguidas, sobretudo, num contexto territorial local, sempre bastante preocupada com as repercussões e interações entre o territorial e o nacional. E nestes últimos meses tenho tentado me reenquadrar e me encontrar num outro serviço público como parte da equipe de direção do Instituto dos Museus e da Conservação do meu país. Eu seguramente não vou ser poética e provavelmente não tão criativa como foi o orador anterior. Dentro da temática que nos foi pedida e proposta a ideia era trazer um pouco de reflexão que chamei de Museus de construção identitárias e práticas de cidadania. E, portanto, são breves contribuições. São algumas reflexões e algumas propostas de aproximação a esse

tema. O tempo está um pouco desproporcional à quantidade de ideias e de aproximações que eu tentei trazer. Então, vou ser bastante sucinta na apresentação ou pelo menos assim tenciono. Dividi em 3 tópicos falando de princípios de política museológica em Portugal e pontuando um pouco da estratégia do Instituto de Museus e da Conservação para o período de vigência que vou usufruir da direção. Mas, no sentido de partilhar com vocês aquilo que nosso propósito de reflexão e de contribuir para reflexão sobre políticas públicas envolvendo as pessoas.

Num segundo ponto trago alguns aspectos de relacionamentos de museus com os territórios ou com as cidades firmando a necessidade de compararmos experiências de questão patrimonial e de construirmos estruturas em rede.

E num terceiro ponto falo um pouco de práticas de cidadania e de trabalho de museu no sentido de continuar questionando os conceitos e comparando práticas, avaliando e qualificando os museus. Começando pelos princípios de políticas museológicas e sem vos maçar muito com contextos históricos, gostaria muito brevemente de recordar que a maior parte dos museus com que nós lidamos neste momento em Portugal tem percurso em que os supostos principais museus nacionais tem um contexto de criação que nos leva praticamente até o final de 1800 e ao início do século XX. Neste momento em Portugal há um grande esforço de investigação e também de memória sobre o centenário da República. Portanto, não me atrevera e não seria aqui o contexto, mas penso que será muito interessante uma reflexão próxima e bastante participada sobre o papel da Primeira República na constituição e definição de políticas de património em nosso país. Há muitos investigadores e muitos museólogos trabalhando e os museus estão dando material muito fértil para este conhecimento, no entanto, com algum pudor, mas, atrevo-me a dizer que o papel da Primeira República terá sido relativamente limitado nesta matéria.

E, também gostaria de recordar que ao longo do Estado Novo e gosto particularmente dessa expressão da Raquel Henriques da Silva que nos referiu que os museus viverão fundamentalmente de si mesmos, ao longo desse período de Estado Novo. E que viverão das capacidades das suas direções e das cumplicidades solidárias que conseguiram estabelecer com as comunidades suburbanas e órgãos envolvidos. É uma leitura que, talvez, os surpreenda. Como disse não vou aprofundar esta matéria de contextualização histórica dos museus, mas penso que o raciocínio vos será bastante claro, um pouco mais adiante.

Em Portugal, em 1965, houve um regulamento, portanto, ainda estamos em pleno contexto de Estado novo, e em 1965 no regulamento geral dos museus de arte, história e arqueologia, um decreto que praticamente se manteve até meados dos anos 2000, curiosamente encontramos alguns princípios que nos podem surpreender para a época. Nomeadamente o princípio de que os museus se deviam tornar um organismo cultural a serviço das comunidades. Tal como o princípio do desenvolvimento de um esforço persistente de estímulo e aconselhamento junto aos museus municipais e análogos que era esforço de ser exercido pelos museus nacionais e, principalmente do museu nacio-

nal da arte antiga que era chamado museu normal. O que eu queria revelar um pouco é que a partir da década de 80, portanto num contexto pós-revolução democrática de 25 de abril, que emergem as iniciativas descentralizadoras. E, sobretudo, nas décadas de 80 e 90 que os próprios museus nacionais conhecem um grande esforço de renovação e qualificação, principalmente graças a eventos e exposições de caráter internacional que contribuíram para dar visibilidade a esses museus. Portanto, aqui acentuo a relação dos próprios museus com o exterior. E, ainda nos anos 90 e praticamente até 2008 foi ainda graças à influência do exterior, nesse caso muito graças a muitos fundos comunitários que canalizados principalmente através de um programa operacional da cultura que se verificou um universo de ações e de qualificação, renovação arquitetônica e expositiva dos museus que até hoje está parcialmente por avaliar.

É nesse contexto que se passa, no plano das políticas públicas, da gestão dos museus históricos, daqueles museus originários do final de 1800 e princípio do século XX, para um alargamento do âmbito da museologia e para verdadeiros compromissos de salvaguarda e de valorização cultural dos patrimônios nos casos os originais. Como todos nós sabemos a natureza dos regimes pesa bastante e isso é algo que as nossas histórias nos têm mostrado e pesa na construção histórica das políticas de patrimônio. E em Portugal foi um desenvolvimento cultural descentralizado e territorializado que vai se relacionando e ligando a construção identitária dos territórios à construção das maiorias coletivas e ao incremento da consciência patrimonial. E foi tudo deste movimento que, afinal de contas, nós vimos refletido por ação de várias instituições. E, portanto, foi bastante participado todo o processo que levou primeiro ao estabelecimento de uma lei de bases do patrimônio cultural em 2001 e a seguir em 2004 a uma lei quadro dos museus. Portanto, uma lei quadro que vai dar respostas a todo um vazio de atualização legal que não existia desde a década de 60. E se vos falo da política museológica é porque eles são um referencial bastante interessante e com grande potencial de definição, ainda hoje, das políticas públicas para o patrimônio no quadro da lei de 2001 e para os museus.

Esses princípios que não vou detalhar pormenorizadamente, mas que são princípios, como vos digo, de referência para as atualizações tanto em nível local, territorial, como em nível nacional. E são princípios realmente de bastante potencial para o nosso trabalho. Entre esses princípios, como vocês viram, de fato a cidadania e a importância do direito à cidadania no universo dos museus têm uma grande relevância, tal como o princípio da descentralização, da valorização dos museus, de incidência territorial e da importância do papel dos museus no acesso à cultura, aumentando e diversificando a frequência e a participação de públicos, promovendo a correção das simetrias neste domínio. E, vários outros destes princípios que têm grande premência e que se interligam com um conceito hoje em dia praticamente plasmado nas nossas práticas. É um conceito que deriva da definição universal do museu, por exemplo, do Icom. E que também, no quadro dos museus portugueses evidencia o potencial dos museus para fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa, o desenvolvimento da sociedade.

Curiosamente chamamos apenas a atenção disso e mais adiante voltarei a este ponto. Quando refletimos sobre os enquadramentos locais e a definição das políticas pelos enquadramentos locais, encontramos, muitas vezes, algumas incongruências que no momento em que o legislador e quem participa do processo de consulta, nem sempre se dá conta. No caos da lei quadro dos museus portugueses, o museu é definido e é considerada a instituição mundial toda aquela que lida com o patrimônio cultural, imóvel, ambiental, paisagístico, tanto como o patrimônio imaterial. O Instituto dos Museus e da Conservação tem de fato uma missão que o remete para os domínios dos museus e da conservação e do patrimônio cultural móvel e do patrimônio imaterial. Entre a lei quadro e as atuações do Instituto há uma restrição porque de fato se compartimentaram as competências do ponto de vista administrativo e no caso do Instituto dos Museus não é reconhecida a competência sobre o patrimônio imóvel. Mais adiante eu vou me referir a isto e vocês irão entender o meu raciocínio.

E, é neste pano de fundo, dos princípios da política museológica definidos pela lei quadro de 2004, como eu tentei evidenciar, foi uma espécie de corolário de toda uma emergência de atuações de novas práticas no campo museológico em nosso país, que nesta conjuntura e nesta legislatura de 2009/2013 se definiram os principais domínios de intervenção do Instituto e nossa visão para esta atuação. Nomeadamente no sentido de identificar e conhecer as diversidades culturais na mudança. Promover a participação e a cidadania e integração dos recursos. Explorar afinidades em políticas públicas que se complementem. Portanto, tudo isto é bastante coerente com os tais princípios da política museológica que a lei nos consagra. Enfim, os eixos do plano estratégico respeitam a toda esta diversidade e passando para as questões de relacionamento dos museus dos territórios e com as cidades, eu vou falar um pouco do que considero serem as necessidades de comparação das tais experiências e de construção de estruturas, enfim. Os museus que o próprio Instituto dos Museus da Conservação tutela, eles são museus muito diferentes. Já falei um pouco das origens e do contexto de criação desses museus e reúnem patrimônios e coleções muito diversificados. Um pouco de todo o país de norte a sul. Com diversidade de coleções e de patrimônios, há também uma grande diversidade de oferta de serviços. E uma grande diversidade de públicos a quem os museus destinam estes mesmos serviços.

Então, temos pela frente o propósito de provocar alguma reflexão sobre o percurso de vida das nossas instituições museais e o relacionamento destes museus com os territórios e com as cidades. E perguntamos no nosso cotidiano. Será que cada um desses museus segue afirmantes como protagonista ou como parceiro de dinâmicas culturais? Será que cada um desses museus explora a sua integração em espaços históricos, como é o caso da maioria deles e de grande densidade identitária, nomeadamente os museus mais relacionados com os espaços urbanos? Será que seguem desenvolvendo uma consciência patrimonial sobre a sua envolvente? Será que estão disputando ações de salvaguarda e de valorização patrimonial? Será que estão usando todo o potencial comunicacional e junto que tem? E, pensamos ser então necessário adotar a confluência de prática de cidadania com vertentes de programação museológica e de trabalho dos museus. O fato é que a questão de progra-

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : CONFERÊNCIAS

mação museológica nem sempre tem sido um campo muito explorado por esses museus mesmo nos últimos anos de bastante investimento em sua qualificação arquitetônica e expositiva.

Eu digo programação museológica no sentido profundo dos museus se questionarem à luz deste tipo de reflexão e não apenas de se questionarem do ponto de vista das suas propostas expositivas centradas nas suas coleções. E lembrando o conceito de identidade. Um conceito bastante difícil e ingrato com o que nós tentamos lidar em nosso dia a dia. Lembrando que toda identidade é paradoxal e que só existe identidade pessoal e social indissolúvelmente com esforço constante de unificação, de integração e de harmonização que rapidamente é admitida e sempre alcançada. E que esse esforço constante de diferenciação, de afirmação, de singularização logo em seguida é limitado pela tentativa inversa de filiação que pertença, de identificação em relação ou não com a equação e a convivialidade. A identidade, como disse também, outro ator e que temos recorrido frequentemente, identidade é um trabalho de grupo sobre si mesmo, para se distinguir e dar a ver aos outros a sua diferença. Para agregar os seus membros e os levar a participar numa comunidade de cultura. Nem sempre os museus têm feito esse exercício. A maioria dos museus portugueses hoje em dia, muito para além deste pequeno conjunto de museus que eu falava e sobre os quais estava desafiando a refletir, a maioria dos museus é de tutela municipal. E a de criação e qualificação recente. Neste caso teremos que sistematizar um conhecimento mais estruturado sobre as políticas culturais e sobre as parcerias que lhe têm estado associadas.

Em nível central, de fato como sabemos e constatamos isso, uma gestão de património em função de categorias e de tutelas administrativas. Era um pouco isto que eu identificava agora a pouco, quando mostrei como competências do Instituto de Museus, por exemplo, não abrange exatamente o mesmo campo, o mesmo âmbito de ação que foi definido pela definição na própria lei quadro. Mas, no plano municipal e local temos tido experiências que avançam melhor as fronteiras. De que prevalece uma apreensão holística dos patrimónios. Uma apreensão de identidade do território administrativo, porque mesmo assim, no âmbito municipal há um território administrativo definido pelas fronteiras dos municípios. Em nível regional nós não podemos nos pronunciar, porque em Portugal não há uma definição de regiões. Neste momento há um repto daquilo que as direções regionais de cultura que os institutos públicos podem tentar constituir. E assim falando de museus e construções identitárias perguntamo-nos e em que medidas os objetos museais, aqueles que são conservados e apresentados pelos museus, tornam ou não os museus lugares privilegiados de promoção e de defesa das identidades. E lembramos aquela expressão que muitos de nós já relemos inúmeras vezes, de Rivier, sobre o museu ser um espelho que a população se olha, se vê e se dá a ver. Neste sentido, de fato, neste momento é uma grande aposta pública para os museus em Portugal, o esforço e o aprofundamento da rede portuguesa de museus. Os objetivos estão relativamente bem definidos e pensamos que, sobretudo, por via dessa rede portuguesa de museus que se pode agenciar a descentralização, aprofundar a mediação com as comunidades, qualificar os museus e explorar todas as possibilidades de cooperação entre os museus. A rede portuguesa de museus, de fato, hoje em dia é um universo com potencial que nunca antes tinha constituído de articulação entre dife-

rentes patrimônios, entre diferentes coleções, uma vez que congrega mais eu digo mais porque neste momento porque há possibilidade de mais algumas dezenas de museus se integrarem nesta rede e como vos digo, é um projeto que nós consideramos estruturante da política museológica nacional.

Nestas últimas décadas, de fato tem se verificado a patrimonialização com fins identitário e de desenvolvimento das comunidades principalmente ligada a museus de iniciativa municipal ou de iniciativa associativa. E, é este desenvolvimento conceitual sobre a missão e o papel dos museus que nos leva a refletir e reconhecer pertinente a avaliação sobre algumas dessas experiências. Experiências que se construíram muito na base da museologia dita museologia comunitária ou da nova museologia que hoje importa ouvir até que ponto as comunidades e mesmo as sociedades locais se veem ou não nesses projetos. E cabe-nos questionar as formas como se tem constituído essas redes em âmbito geográfico e temático, com se tem articulado organismos e como tem ou não feito parte das intenções e dos modos de construção de diretores municipais, por exemplo. Se tem ou não tem havido a elaboração de cartas culturais e de patrimônio com a colaboração dos museus, apesar de toda esta dinâmica de patrimonialização e de ligação às construções identitárias.

Portanto, pensar museu relacionado com as cidades leva a questionar o museu e a compreender o museu com a dimensão histórica e patrimonial que o museu tem. Até que ponto os museus têm contribuído para estudar as cidades, para questionar as práticas de cidadania nas cidades? Para servir de motor da qualificação urbana? Para serem os próprios produtores do espaço urbano? E para tantas outras questões que, nesse momento, nós consideramos necessário que os museus façam sobre si próprios e sobre suas práticas. Falando de prática de cidadania e de trabalho de museu, nós sabemos que os museus são espaços e organizações ativadores de memória. Sabemos que os museus são produtores de conhecimento. Que refletem ou devem refletir e interpretar a mudança. Que interliga cultura e proporciona a convivência de pessoas em contexto de diversidade cultural. Sabemos que o museu público moderno é um dos elementos de produção de cidadania. Pensamos e acreditamos que os museus são aceleradores culturais.

Mas, também pensamos que a cidadania é um conceito ambíguo. Que a valorização da cidadania é, portanto, um repto das sociedades habituais. Entendemos que em cidadania, sobretudo numa perspectiva sociológica, se conjugue práticas e se defina uma pessoa como membro de uma sociedade. E, então, pensamos que a ideia de práticas pretende ajudar compreender melhor a perspectiva de uma construção ativa. E queremos enfatizar a importância do exercício dessas práticas com base nas interações entre os indivíduos e da relação destes com a comunidade política dentro de uma sociedade. Neste caso dando um exemplo de atuação que pensamos ser muito importante refletir no âmbito dos museus e do trabalho dos museus e refletir sobre todo o processo de aprendizagem num museu. Aquilo que muitas vezes falamos ser a educação num contexto museal. E, de fato neste sentido, pensamos que a educação em contexto museal deve ser entendida como uma experiência transformadora, destinada a desenvolver atitudes, interesses, ideias ou valores num contexto informal e voluntário focado em objetos museais. Neste âmbito, digamos que há três ideias bases sobre as quais nos propomos fazer refletir os próprios profissionais dos museus.

Uma ideia é que os museus tenham papel na educação dos públicos dos cidadãos. Outra ideia é que a função educativa e cultural dos museus deve ser uma linha de articulação entre as várias funções museológicas. E, portanto, que não deve haver um esforço de educação museal e patrimonial desligada das outras funções museológicas, da pesquisa, da conservação, da interpretação, da exposição. E pensamos que os profissionais, os mediadores de museu que estão incumbidos dos serviços públicos ou serviços da educação cultural e educativa têm de adquirir competências específicas. E que têm que estar adequados ao contexto museal em que atuam. E têm que pensar nas realidades contemporâneas com que convivem. Os museus devem viver e propor às sociedades a refletir sobre a mudança e sobre a sociedade contemporânea.

Essas questões das profissões que eu vou saltar um pouco penso que é algo que hoje em dia nos faz refletir bastante sobre. E fala-se muito das profissões museais. Profissões em diferentes campos de atividade e aos profissionais perguntamos hoje se pode continuar a falar apenas profissionais de museus. Como contabilistas do trabalho e da ação mundial. Mas, hoje aos profissionais pede-se um olhar atento sobre o mundo, pede-se cumplicidade e responsabilidade face à consequência dentre os olhares e o universo passados. Nós encontramos nos museus o reflexo de outras construções identitárias que não são as da sociedade contemporânea. Aos profissionais de museus pede-se uma curiosidade infundável e pede-se uma visão determinada e solidária com o futuro capaz patrimonializar toda a diferença.

E no mundo em constante mudança se queremos que os museus possam, de fato, encorajar a responsabilidade e que privilegiem a cultura da sustentabilidade para poderem acrescentar valor à sociedade, perguntamos como identificar e como responder às necessidades culturais das populações. Como medir as consequências culturais dos programas dos museus, como avaliar o impacto das atividades dos museus no bem-estar da população. Na lei quadro dos museus e, a pouco falei da programação e a questão da reflexão sobre o que hoje a programar um museu, se olharmos para a lei quadro dos museus parece que tudo está muito sistematizado e demasiado simples para ser levado à prática. As funções estão definidas e parece que tudo se interliga de forma harmoniosa, por um lado a arquitetura e por outro lado os espaços e as funções dos museus. Mas será que isso é suficiente para depois pensarmos os museus? Não será que temos que antes pensar os museus nos específicos territórios, nas cidades com projetos culturais dinâmicos, tratando de temas e conteúdos ligados aos seus acervos e às suas coleções, mas numa relação direta com a investigação e com a pesquisa que seja inclusiva e que seja ativadora de práticas de cidadania? Que seja interligada com os grupos de interesse e de participação com as comunidades interessadas e a quem pertence esses acervos e esses patrimônios. E, neste caso pensamos que a maior parte de nossos museus não está ainda preparada para trabalhar nesta dinâmica de programação. E falando de programação, fala-se de avaliação.

Falar de avaliação é falar não só de comunicação, mas de preservação. É falar de interpretação. É falar dos visitantes e das suas relações com as exposições através das quais os museus principalmente se comunicam. Sabemos que a avaliação surgiu no início do século XX no contexto mundial, sobre-

tudo, devido a uma crescente preocupação de racionalização e de otimização do trabalho de exposição. Mas, esse percurso evoluiu muito ao longo do século XX. Mas, nós sabemos que hoje em dia cada vez mais os estudos de públicos e de visitantes são de fato resposta, expectativas e perspectivas de reflexão e de avaliação dos museus muito mais exigentes. E pensamos que essa definição dos objetos de avaliação sobre os museus devem contribuir elas próprias para a democratização dos museus. No sentido de um paradigma dos museus explorarem e compreenderem o mundo contemporâneo, de contribuírem para o diálogo entre culturas e fala-se hoje em dissociado momento, quando se fala de diversidade cultural e de valorização de diversidade cultural. Será que hoje deveremos questionar a definição universal do museu, mesmo uma definição que praticamente todos estamos adotando, nomeadamente em nossas leis de museus? Será que o museu não deve ser redefinido como uma instituição destinada e tendo por premissa explorar e compreender o mundo, em vez de ser uma instituição centrada na preservação, na conservação, na interpretação e na exposição dos nossos patrimônios e acervos?

E, concluindo, a avaliação com a preocupação das qualidades nos museus, com a preocupação da mudança, com a preocupação das mudanças, com a preocupação da inovação deve nos levar a pensar os museus como ferramenta de políticas públicas de desenvolvimento, para promover o uso criativo do patrimônio cultural e das maiorias sociais, mas um patrimônio cultural visto de forma holística, o que nem sempre as políticas públicas e o que nem sempre as estruturas e os sistemas administrativos de gestão de patrimônios possibilitam. Favorecer a compreensão crítica da realidade e da formação de uma cidadania ativa e democrática. Agenciar e promover aprendizagem ao longo da vida servindo como movimento estratégico de transformação social. Garantir e valorizar diversidade cultural, sem dúvida continuar a investigar, a preservar e a difundir bens culturais, mas que são pertences das comunidades. E integrar e reforçar redes, constituir bases de projetos e de parcerias em prol da coesão e da harmonia social. Obrigada.

Inés Lourdes Ferrera González

Bueno, muchas gracias. Me gustaría, antes de empezar mi intervención, agradecer a todos los organizadores de este evento y a toda la gente que encontré en Brasil, para mí es un placer poder compartir con ustedes, pero no quería empezar sin dar el reconocimiento a todos los que organizaron este evento.

A mí, más que una propuesta teórica, me gustaría intervenir, hacer una reflexión con ustedes acerca de todo el trabajo que hacen los museos de Cuba, especialmente los enclavados en las regiones de montaña, en regiones de difícil acceso, para reafirmar los sentimientos de identidad en nuestros pobladores. Empezando por analizar, en primer lugar, el carácter históricamente determinado de la identidad como resultado de las relaciones sociales y la percepción de esto que tiene el hombre en cada momento y lugar histórico. De ese modo, se expresa que la identidad es una construcción

social que comienza a ser construida desde el núcleo más elemental, que es la familia, y se desplaza por las diferentes estructuras y grupos humanos. El estudio sistemático del tema ha expresado reiteradas veces el concepto de que es un sentimiento de los miembros de la colectividad. Es un proceso abierto, en primera instancia, en el que el hombre se reconoce en su comunidad más inmediata. Es la identidad del hombre que se reconoce en una comunidad más amplia. Es un proceso abierto, del devenir histórico que va añadiendo, progresivamente, nuevos y enriquecedores elementos. Eso se expresa al afirmarse que la identidad es un conjunto de signos históricos que determinan la especificidad de la región y posibilitan su reconocimiento con respecto a la comprensión del nexo entre lo igual y lo distinto.

Como yo decía, tras hablar de estos temas, consideramos que los museos tienen que desempeñar un importante trabajo en la promoción de la historia, de la cultura de nuestros pueblos y contribuir para el fortalecimiento de la identidad, ya que son los museos las instituciones que más arduo trabajo realizan después de la educación. Es por eso que en nuestras regiones – soy la directora del Museo Municipal de Guisa, que está ubicado en la provincia de Granma, al este de Cuba, en una región de difícil acceso, donde existen comunidades que están aproximadamente a 60, 70 km de la cabecera municipal y con difícil acceso a transporte. Es por eso que nos hemos dado a la tarea, entonces, de realizar un grupo de actividades que permitiera fortalecer eso. Empezamos con la creación de un proyecto que se llama “La Historia del Barrio”.

En ese proyecto se ha seleccionado, en cada una de las 60 comunidades que están enclavadas en el Plan Turquino, a la persona con más conocimiento sobre la historia, la cultura, que tratara de investigar todo lo que estuviera relacionado con el nombre, origen, primeros habitantes, hechos históricos y culturales, tradiciones, combatientes de la región y otros aspectos de interés y, a partir de entonces, realizar un taller con todos los habitantes de la comunidad que nos permitiera ir enriqueciendo esta historia.

Otra de las actividades que realizamos es el evento de historiadores serranos, donde nos encontramos con todos los historiadores de la montaña con el objeto de debatir sobre la museología y la museografía en las regiones de difícil acceso. Otra actividad que realizamos está relacionada con las radios, pues tenemos un programa de radio y un programa en la televisión, con niños, en los cuales se dramatizan hechos y acciones históricas y culturales que por ahí empiezan a ser transmitidas. Del mismo modo, se ha creado un CD con una visita virtual al museo, con todas sus exposiciones, que permitiera que los niños interactuaran. Cada vez que los niños pasaban por una sala, había un juego que permitía saber si aprendieron algo sobre nuestra historia, entre otras cosas más. Además de todas esas ideas que les estoy presentando, tenemos el privilegio de que Guisa cuente con una de las dos “Escuelas Tropa” de Cuba. Es una escuela en la que toda semana pasa por la región un grupo distinto. Es una escuela diferente, donde los alumnos aprenden sobre los hechos históricos, culturales y el patrimonio material de la provincia; y esa escuela pasa una semana haciendo recorridos, rescatando el patrimonio al andar por todas las comunidades y sitios históricos etc. Ustedes

pueden ver, entonces, el trabajo con los niños en plena montaña, promocionándose este trabajo con la “Escuela Tropa”, entre otras cosas.

Además, me gustaría compartir con ustedes una idea sobre la que muchas personas me han preguntado hoy, desde que he llegado al plenario. Soy directora de museo y también diputada en la Asamblea Nacional, función que realizo en mi institución, en mi centro de trabajo. La Asamblea Nacional de Cuba tiene 614 diputados y todos somos trabajadores y en nuestras entidades representamos el pueblo en el parlamento. Por lo tanto, yo me convierto en los ojos, en los oídos y en corazón del patrimonio ante la Asamblea, pues tengo la misión de defender el patrimonio ante el parlamento. Es por eso que tengo una experiencia. Recientemente, en diciembre de 2009, se aprobó una nueva ley de los museos, la Ley 106, que viene a derogar la Ley 23 de los museos. Esa ley fue ampliada a causa del desarrollo vertiginoso que tuvieron los museos. Se inició con una propuesta, un proyecto de ley que fue presentado en todas las instituciones culturales y museos del país, cuando nosotros tuvimos entonces la responsabilidad de escuchar las principales inquietudes de cada trabajador del patrimonio para, posteriormente, llevar a la Asamblea y, desde allí, defender el museo.

Esta es una experiencia extraordinaria y comento eso porque, para muchas personas con las que charlé, eso fue un asombro: hay algo que nos diferencia, y es que en su país el diputado está liberado totalmente, y en nuestro país no sólo tenemos la misión de dirigir un museo y llegar hasta las regiones más intrincadas de nuestro país, sino también de defender el patrimonio en el Congreso, en la Asamblea Nacional, de defender los museos, pues desempeñan un papel muy importante en defensa de nuestra historia, que la historia es la maestra de la vida, testigo de los tiempos y luz de la verdad. Por eso, creo que es un papel muy importante lo que hoy todos los museos tenemos que hacer en la defensa de la identidad, pues los museos son la esencia cultural de la historia, son su espíritu y su carne, son las épocas que están en ellos, dispuestos a que sean hallados por unos y recordados por otros. Si llegamos a un museo y encontramos a un eficiente comunicador, que logra arrancarnos una lágrima o una sonrisa, entonces estaremos seguros de su necesidad. Por lo contrario, si encontramos a un comunicador que usa métodos obsoletos, puede que la historia y la cultura estén allá, pero que no tengan fuerzas para trascender. Por eso, defendamos mucho la identidad, defendamos a capa y espada. Y a ustedes, a todos los brasileños que hoy he conocido, hago una promesa: cuando piense que voy a olvidarlo, prometo que voy a recordarlo. Muchas gracias.



Painéis

Apresentações Simultâneas (1ª Parte)

I - Museus, Comunicação e Democracia

*Renina Valejo é coordenadora do Núcleo de Multimídia e Interatividade/MinC⁵
Leonel Kaz é curador do Museu do Futebol, Museu de Arte do Rio – MAR, Museu do Amanhã e
Aprezíveis Edições, PUC/Rio*

Renina Valejo demonstrou como o Ministério utiliza as redes sociais como o Twitter⁶, YouTube⁷, e o blog do Ministério da Cultura⁸. Renina informou que esses recursos são utilizados como serviço de utilidade pública, divulgação das ações do Ministério e uma forma de interagir diretamente com o cidadão, recebendo críticas e sugestões de temas relacionados à cultura, contribuindo para o debate e servindo como um contraponto entre a grande mídia e a população.

Leonel Kaz apresentou um filme sobre o Museu do Futebol⁹ e a forma como o museu mostra a história do Brasil no século XX pela ótica do futebol. Na oportunidade, ele falou sobre o projeto do Museu de Arte do Rio, que faz parte de um programa de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro e que conta com um teleférico que liga o museu ao Morro da Conceição.

II - Museus, Acessibilidade e Direitos Culturais

*Isabel Portella, Museu da República;
Regina Cohen, Núcleo Pró-Acesso da UFRJ;
TT Catalão, Secretaria da Cidadania Cultural/MinC;*

Isabel Portella relatou sua vivência como portadora de necessidades especiais e como usuária das adaptações ocorridas no Museu da República, relatando os problemas encontrados e os recursos utilizados pela equipe do Museu para contorná-los.

5 Renina Valejo substituiu Daniel Merli, coordenador de Comunicação Social do MinC.
6 <http://twitter.com/culturagovbr>
7 <http://www.youtube.com/user/ministeriodacultura>
8 <http://blogs.cultura.gov.br/>
9 <http://www.museudofutebol.org.br>

Regina Cohen apresentou os resultados de uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo Pró-Acesso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e apoio da FAPERJ. A pesquisa consiste em um Diagnóstico das Condições de Acessibilidade de Pessoas com Deficiência aos Museus do Ibram localizados no Estado do Rio de Janeiro. O trabalho foi elaborado por meio de abordagem interdisciplinar do “acesso aos museus”. O propósito foi repensar os conceitos de “desenho universal” e de “arquitetura inclusiva” utilizados internacionalmente, trabalhando com aquilo que o ambiente faz emergir ao nível das emoções mais primárias, conforme tratados atualmente pela equipe no Estado do Rio.

TT Catalão detalhou a política implantada pelo Ministério da Cultura, sobre o Programa Cultura Viva e sobre os Pontos de Cultura. Segundo ele, atualmente a cultura é tratada pelo Ministério como um processo e não tanto como o predomínio das artes como produto, quando passa a valorizar as diversas linguagens culturais, que muitas vezes, são oprimidas e asfixiadas por fugirem ao padrão. De acordo com o painelistas, na gestão atual, o que se celebra é a diversidade e o respeito às diferenças através de uma linha conceitual de respeito ao outro.



III - Museus Sociais: Construção e Apropriação de Narrativas

Maximo Castells, Museu Provincial de Granma, Cuba;
Caroline Soares, Ponto de Memória da Estrutural – DF;
José Afonso Filho “Zuca”, Ponto de Memória Museu de Periferia - MUPE– Sítio Cercado,
Curitiba- PR;

Maximo Castells destacou a existência do diálogo teórico entre o museu e a apropriação cultural. Segundo Castells, as práticas culturais podem ser definidas como um conjunto de ações realizadas por um indivíduo ou grupo cujo objetivo e meios específicos são determinados tanto pelas condições objetivas de ação, quanto pelas redes de significados construídos pelos seres humanos no âmbito da ação social. Assim, o conjunto das relações sociais constitui a essência humana e as representações sociais são a produção de imagens que orientam as formas de percepção dos sujeitos, a interpretação e simbolização de aspectos da experiência social.

Caroline Soares relatou a sua experiência com o Ponto de Memória da Estrutural a partir da relação entre aprendizado e vivência. Com base na premissa de que o saber está relacionado a determinações históricas e à relação entre as pessoas, deduz-se que o conhecimento está além das nossas instituições, não está preso à escola ou à universidade, mas sim à idéia de que se aprende das mais diversas formas e nos mais diferentes ambientes. Caroline ressaltou a importância dos saberes alternativos que são marginalizados por não serem organizados e a riqueza de se ter espaços comunitários, de tradição e de cultura, fundamentais para se guardar experiências e valorizar o passado. Por fim, falou sobre o contexto social e político da Estrutural e sobre a presença do museu na comunidade como um espaço de valorização da história da cidade e de troca de informações entre diferentes gerações.

José Afonso Filho “Zuca” explanou sobre a sua experiência, vivida por ocasião da construção do Museu de Periferia (MUPE). Após uma breve contextualização histórica do bairro, Sítio Cercado, em que se localiza o museu, Zuca relatou o processo de criação do MUPE, que começou com a sensibilização da população através de reuniões que discutiam a importância do museu na localidade. O MUPE, segundo Zuca, foi pensado não apenas como um ponto de preservação da memória, mas também como um movimento cultural. Com uma linha conceitual de considerar a memória como um direito coletivo, o MUPE desenvolveu projetos como o “Conhecendo Seu Bairro”, em que as crianças e adultos faziam desenhos a fim de mostrar como elas viam o próprio bairro. Por fim, apresentou, por fotos, algumas pessoas que fizeram parte do processo de ocupação do Sítio Cercado.



IV - Museus: Modelos de Gestão e Financiamento

Fernanda Menezes Balbi, coordenadora de Acervos do BNDES/Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo;

Angela Gutierrez, Museu de Artes e Ofícios – BH;

Luiz Carlos Prestes Filho, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS;

Kleber Rocha, Secretário-Adjunto de Fomento e Incentivo à Cultura do Minc;

Fernanda Menezes Balbi, coordenadora de Acervos do BNDES, apresentou as modalidades de apoio à cultura oferecidas pelo Banco. Segundo a representante da instituição financeira, o início da atuação do BNDES em relação à cultura ocorreu em 1995, com foco nas restaurações de Patrimônio Histórico. Somente em 2006 é que foi criado o Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo, que estava vinculado à Presidência do Banco passando a ser regido pelas mesmas regras das unidades operacionais.

Angela Gutierrez destacou a criação de museus a partir da doação de acervos pessoais ao patrimônio público. Ressaltou os exemplos relativos ao Museu do Oratório que foi criado em 1998, por meio de doação de sua coleção particular de oratórios, constitui a base do acervo do museu e ao Museu de Artes e Ofícios – MAO, que revela a riqueza da produção popular, os fazeres, os ofícios e as artes que deram origem a algumas das profissões contemporâneas.

Luiz Carlos Prestes abordou a importância dos recursos da iniciativa privada para fomento das atividades museais, considerando que os museus têm ativos econômicos interessantes e que os acervos devem ser contemplados não só pelo foco antropológico. Hoje, de acordo com o expositor, verifica-se a incapacidade de motivação para os hábitos culturais, constatando-se que somente 1% da população visita museus.



O secretário-adjunto de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, Sr. Kleber Rocha, na ocasião representando o secretário de Fomento e Incentivo a Cultura, Sr. Henilton Parente de Menezes, abordou vários tópicos, com destaque para Leis de Incentivo à Cultura e o papel do Governo Federal no Financiamento à Cultura Brasileira.

Apresentações Simultâneas (2ª Parte)

V - Museus, Promoção e Turismo Cultural: Caminhos Possíveis

Telma Lasmar, professora assistente do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense/UFF – RJ;

Elaine Carrilho, diretora do Museu Benjamim Constant;

Marcelo Gonçalves Martins - Triple M – Agências de Viagens e Turismo;



Telma Lasmar abordou a relação de museus e turismo cultural, tendo como foco o exemplo da cidade de Bilbao, que se tornou destino turístico a partir da inauguração de um ousado projeto arquitetônico para abrigar um museu, e do Rio de Janeiro, que já é um destino turístico de sol e mar consolidado e que está investindo na construção de dois museus, ambos com projetos de vanguarda, para refazer-se como atrativo.

Elaine Carrilho destacou o projeto do Museu Casa de Benjamin Constant, em parceria com o Museu da República, cuja proposta consta da realização de circuitos turísticos. Do projeto resultaram os circuitos Familiar, representado por meio dos ambientes de uma típica moradia do séc. XIX, dos hábitos e costumes familiares, República, contextualização do período de transição da Monarquia para República. Essa iniciativa possibilitou melhor entendimento das duas instituições museológicas supracitadas, bem como possibilitou a integração entre o universo dos Museus e o trade turístico, observando e respeitando suas dinâmicas e peculiaridades.

Marcelo Gonçalves Martins relatou as estratégias utilizadas para aumento do interesse da população em alguns atrativos turísticos: Sítios Históricos da República, Triple M Social e Fazendas do Café Turismo. As ações foram voltadas para apresentação de um rico patrimônio edificado e imaterial, serviços e equipamentos turísticos com políticas e planos de qualidade, com o objetivo de consolidar sua marca, tornando-se referência em Turismo Cultural.

VI - Memória e Trabalho

*Nicolas Monquaut, Confederação Geral do Trabalho no Ministério da Cultura da França;
Silvana Winckler, Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ/SC;
Arlene Renk, docente e pesquisadora da UNOCHAPECÓ/SC;*

A experiência da CGT, a primeira Organização Sindical Confederada da França foi apresentada por Nicolas Monquaut. A confederação nasceu da fusão de dois ramos: as federações de ofícios e a federação das bolsas do trabalho, ambas criadas em 1892. Monquaut explicou sobre as bolsas de trabalho que eram, inicialmente, agências de colocação. Nas bolsas de trabalho se encontram as origens das duas grandes preocupações da CGT, que foi associar, mesclar e organizar a luta solidária para a melhoria vital e sustentável da condição dos trabalhadores e instaurar uma sociedade solidária, em luta pela emancipação dos assalariados.

A Professora Silvana Terezinha Winckler, pesquisadora do Centro de Memória da UNOCHAPECÓ, Mestre e Doutora em Direito, ressaltou os sentidos do trabalho. Levou para discussões algumas abordagens de pensadores do século XX sobre o tema nas atividades modernas. Apresentou um resumo da autora Hannah Arendt sobre a fragilidade e faculdades humanas que foram estudos em duas importantes obras: A Condição Humana e a Vida do Espírito.

Arlene Renk, docente e pesquisadora da UNOCHAPECÓ, lembrou que não se pode dissociar memória, trabalho e história e que tudo que for dito neste espaço deve-se levar em conta que temos uma história, trajetórias e que estamos em uma sociedade com pontos de vista divergentes. Não existe no mundo social, no mundo acadêmico e no mundo cultural um irenismo profundo. Muito pelo contrário, ter diferenças é muito bom, assim como saber respeitá-las.

VII - Museus, Educação e Criatividade

José Ricardo Araújo, Ponto de Memória Jacintinho – Maceió/AL;
Monica Hoff, coordenadora do Programa Educativo da Fundação Bienal do Mercosul;
Patrícia Canetti, artista e coordenadora Geral do Canal Contemporâneo;

O painalista José Ricardo Araújo demonstrou a diversidade cultural do estado de Alagoas e contou um pouco da história do bairro Jacintinho, lugar em que cresceu. Destacou, ainda, o projeto “Escola como pólo cultural da comunidade” que tinha o apoio da Secretaria de Estado de Educação de Alagoas e que utilizava o teatro como metodologia pedagógica.

Monica Hoff apresentou as ações da Fundação Bienal do MERCOSUL, que realiza desde 1997 as Bienais do MERCOSUL com mostras de arte contemporânea. O foco das Bienais era somente a exposição das obras de arte até 2005. A partir de 2007 iniciou-se o processo de descentralização do projeto e em 2008 começou o projeto pedagógico, que utiliza a arte como ferramenta permitindo maior integração com a comunidade e os diferentes públicos, com a realização de uma ação educativa permanente.

Patrícia Canetti finalizou as apresentações comentando como os meios digitais estão inseridos no cotidiano das pessoas. Navegou por páginas da internet, mostrando, a título de ilustração, vídeos no Youtube. Argumentou que a metodologia de arquivamento utilizada atualmente nos museus está ultrapassada e que ferramentas digitais deveriam ser utilizadas.

VIII - Museu, Diversidade e Diálogos Interculturais

Lourdes Carbonnel, diretora do Centro Provincial do Patrimônio Cultural de Granma, Cuba;
Luiz Mott, presidente de honra do Grupo Gay da Bahia;
José Carlos Capinan, presidente da Sociedade Amigos da Cultura Afro-brasileira – AMAFRO;

Lourdes Carbonnel expôs sobre a história museológica de Cuba, ressaltando que, até 1959, o movimento histórico dos museus não possuía uma política coerente e integrada que mostrasse

RELATÓRIO DO 4º FNM :: PAINÉIS

a expressão da evolução do homem, suas lutas, suas contribuições à arte, ciência e tecnologia, sua relação harmoniosa com o meio ambiente o conhecimento dos fenômenos naturais. Abordou aspectos como: “La Nacionalidad Cubana y los Museus”; “La diversidad museológica de Cuba”; bem como sobre a representação simbólica da cultura e da história nacional.

Luiz Mott falou sobre o museu da sexualidade, que está atualmente na sede do Grupo Gay da Bahia. Inaugurado no dia 2 de setembro de 1998, contando com rico acervo de peças provenientes de diversas culturas, tais como esculturas, desenhos e objetos utilitários. O projeto foi iniciado pelo bacharel em História, Marcelo Cerqueira, curador do Museu, com assessoria do Professor Luiz Mott, mestre em etnografia pela Sorbone de Paris e Titular do Departamento de Antropologia da UFBA.

José Carlos Capinan falou sobre o MUNCAB, museu nacional da cultura afro-brasileira, que tem por objetivo promover a preservação, a difusão e a fruição do patrimônio cultural dos afro-descendentes. A instituição desenvolve ações culturais e educativas de caráter afirmativo e de inclusão social, oferecendo serviços e atuando em rede, tendo se tornado referência nacional e internacional de instituição integrada ao Sistema Brasileiro de Museus. A constituição do MUNCAB, reivindicação histórica de comunidades afro-descendentes, consta de projeto de renovação da política cultural do Ministério da Cultura.





Plano Nacional Setorial de Museus

“As melhorias (dos museus no Brasil) estão acontecendo de forma gradual, resultado de um processo participativo que vem ocorrendo em nosso país, desde o planejamento e implantação da Política Nacional de Museus. Teremos um Plano Nacional (Setorial) de Museus, referencial importante para a elaboração e desenvolvimento dos nossos programas, planos e projetos.” (Maria Célia Teixeira Moura Santos)

Plano Nacional Setorial de Museus - PNSM

O PNSM é decorrência do Plano Nacional de Cultura - PNC e da II Conferência Nacional de Cultura – II CNC, bem como do seu conjunto de reuniões setoriais, particularmente, a 1ª Pré-Conferência de Museus e Memórias. Ademais, o PNSM compartilhou do mesmo espírito democrático e participativo presente na proposta de construção do PNC.

O Regimento Interno do 4º Fórum Nacional de Museus, por sua vez, estabeleceu as regras desse debate democrático e participativo que ao final do processo fosse possível apresentar como resultado um conjunto de propostas que deveriam compor o PNSM. Assim, e de acordo como Regimento do 4º Fórum, a discussão sobre as propostas estruturou-se em dois enfoques, um estruturante e outro setorial. Pelo enfoque estruturante, propunha-se uma discussão que tivesse como fio condutor, os cinco eixos estruturantes da II Conferência Nacional de Cultura. E, dessa forma, estimular os participantes a trabalharem com uma visão mais geral sobre o setor pensando em seu futuro. Já pelo enfoque setorial, propunha-se uma discussão que tivesse como alinhamento as especificidades das dinâmicas de determinados setores de museus (eixos setoriais) relacionados a temas transversais. E, nesse caso, fazer com que os participantes refletissem as condições necessárias a partir das quais os museus, em cada setor, pudessem não apenas cumprir plenamente as suas funções como preparar-se para atuar e contribuir efetivamente para o processo de transformação a que o setor museal se propõe conforme o PNSM.

Eixos estruturantes – II CNC

- I. Produção simbólica e diversidade cultural
- II. Cultura, cidade e cidadania
- III. Cultura e desenvolvimento sustentável
- IV. Cultura e economia criativa
- V. Gestão e institucionalidade da cultura

Eixos setoriais

- I. Museus de arte
- II. Museus de história
- III. Museus de culturas militares
- IV. Museus de ciência e tecnologia
- V. Museus etnográficos*
- VI. Museus arqueológicos*
- VII. Museus comunitários e ecomuseus
- VIII. Museus da imagem e do som e de novas tecnologias
- IX. Arquivos e bibliotecas de museus

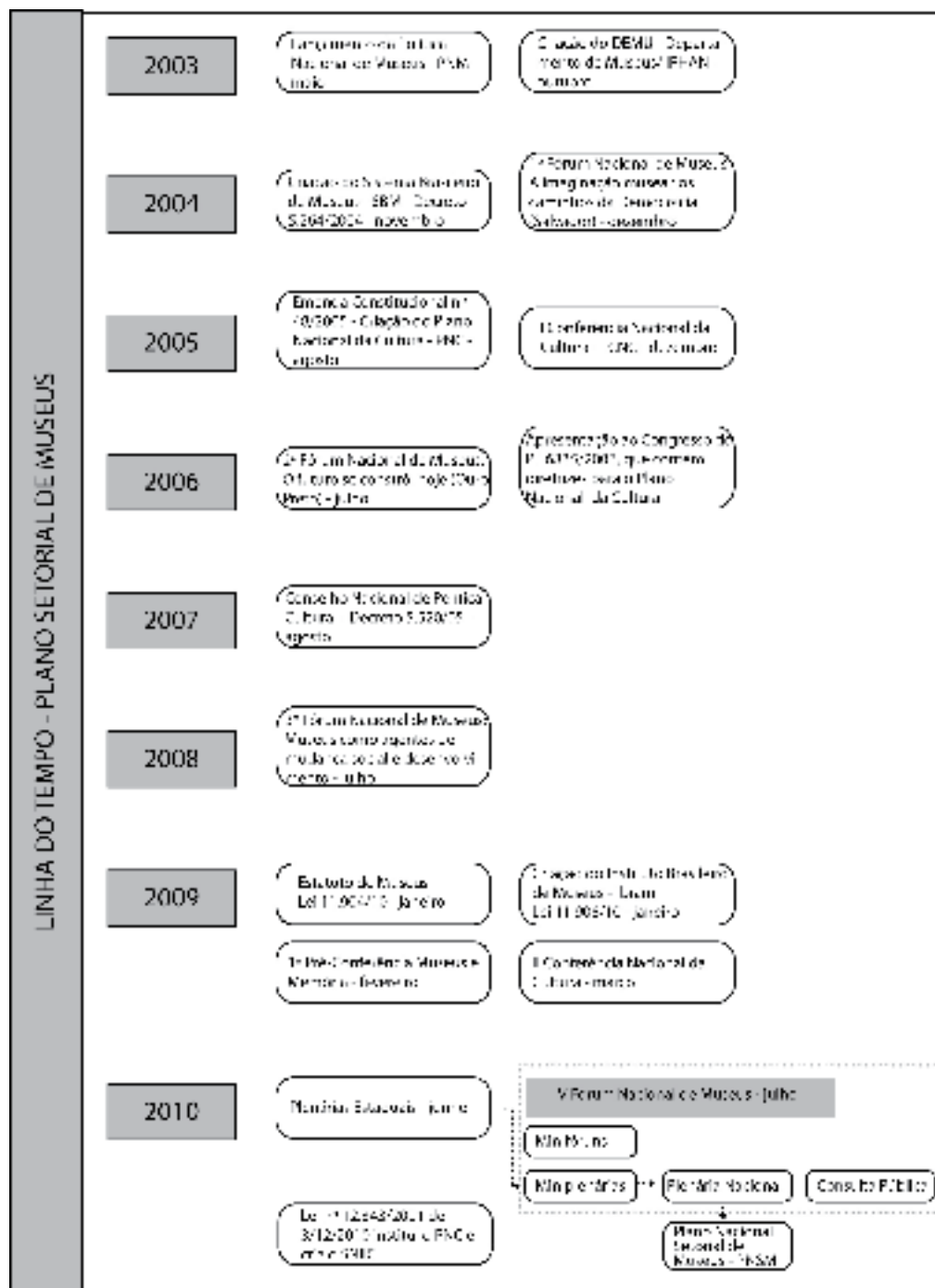
Temas Transversais

1. Gestão Museal
2. Preservação, Aquisição e Democratização de Acervos
3. Formação e Capacitação
4. Educação e Ação Social
5. Modernização e Segurança
6. Economia dos Museus
7. Acessibilidade e Sustentabilidade Ambiental
8. Comunicação e Exposição
9. Pesquisa e Inovação

Deve-se destacar nessa estratégia de construção democrática do PNSM as diferentes etapas de discussão que culminaram no conjunto de propostas elaboradas para o setor durante o 4º FNM, realizado de 12 a 17 de julho de 2010, em Brasília, Distrito Federal. O 4º FNM – Direito à Memória Direito a Museus foi antecedido pelas plenárias estaduais, realizadas no período de 1º de maio a 28 de junho de 2010. Nessas plenárias estaduais, foram mobilizados 796 representantes da área museológica, da sociedade civil e do poder público, que apresentaram propostas que balizaram as

RELATÓRIO DO 4º FNM ::: A CONSTRUÇÃO DO PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS

discussões sobre as propostas relativas aos eixos estruturantes do PNSM. Durante o 4º FNM, os participantes, reunidos inicialmente nos minifóruns setoriais e, na sequência, nas miniplenárias, concluíram o processo de debate e de deliberação sobre as propostas para o PNSM, respectivamente, sobre os eixos estruturantes e setoriais da política setorial.



“São nove temas que estão sendo discutidos. Ontem, a gente discutiu gestão museal, a questão de acervos, de preservação, disseminação do acervo, educação, ação social e formação e capacitação. São temas bastante densos, a discussão foi muito boa. Por exemplo, a discussão de museus de história aponta, em primeiro lugar, você refletir que história você está passando no museu. Tem a história dos heróis e tem a história dos esquecidos. Nos museus municipais, nos museus no interior, tem a figura do dentista, do doutor, ou do político mesmo, estão lá. Estes estão presentes no museu. Então isso é uma das coisas que estamos buscando debater. (...) o museu da história da atualidade acho que tem um papel fundamental que é o papel de identitário do cidadão.” (Magaly Cabral, Diretora do Museu da República)

Minifóruns Setoriais

Divididos em nove (9) Minifóruns setoriais¹⁰, os participantes do 4º Fórum Nacional de Museus debateram propostas de diretrizes relativas aos nove (9) temas transversais para compor o Plano Nacional Setorial de Museus. Os trabalhos em cada minifórum setorial foram conduzidos por (2) profissionais das áreas com experiência e importante atuação na área para atuarem como coordenadores de minifóruns.

Coordenadores de Minifóruns:

I – Museus de Arte

(**Coordenadores:** Luiz Guilherme Vergara, Departamento de Arte da Universidade Federal Fluminense / UFF–RJ, e Renata Azambuja, Instituto de Artes da UnB)

II – Museus de História

(**Coordenadores:** Magaly Cabral, Museu da República/Ibram, e Marlúcia Santos, Museu Vivo de São Bento)

III – Museus de Culturas Militares

(**Coordenadores:** Armando de Senna Bittencourt, Museu da Marinha, e Brigadeiro Márcio Bhering Cardoso, Museu Aeroespacial)

¹⁰ No início dos trabalhos dos minifóruns setoriais, os participantes do minifórum setorial “Museus Etnográficos e Museus Arqueológicos” estabeleceram que deveriam trabalhar as propostas para o PNSM do setor de museus etnográficos em separado do setor de museus arqueológicos. Nesse sentido, esse minifórum setorial foi dividido em dois: minifórum setorial “Museus Etnográficos” e minifórum setorial “Museus Arqueológicos”.

IV – Museus de Ciência e Tecnologia

(**Coordenadores:** Marcelo Firer, Diretor do Museu Exploratório de Ciências - Unicamp e Denise Studart, Museu da Vida /Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz)

V – Museus Etnográficos e Arqueológicos

(**Coordenadores:** Eduardo Góes Neves, Sociedade de Arqueologia Brasileira, e Antônio Motta, Associação Brasileira de Antropologia – ABA, Laboratório de Estudos Avançados de Cultura Contemporânea e Universidade Federal de Pernambuco – UFPE)

VI – Museus Comunitários e Ecomuseus

(**Coordenadores:** Kátia Loureiro, Museu de Favela – MUF, e Terezinha Resende, Ecomuseu da Amazônia)

VII – Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias

(**Coordenadores:** Rafael Maldonado, Museu da Imagem e do Som – MIS/ MS, Maria Thereza Kahl Fonseca, Museu da Imagem e do Som – MIS/ SP e Cristina Lodi, líder do projeto do MIS/ RJ – FRM)

VIII – Arquivos e Bibliotecas de Museus

(**Coordenadores:** Vera Mangas, Museu da República/Ibram, e Ivana Parrela, Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade e Museu Padre Toledo – MG)

Metodologia:

Divididos em nove minifóruns setoriais, cada minifórum setorial se organizou em subgrupos, em acordo com os temas transversais, para elaborar diretrizes por tema transversal e eleição de relator para apresentação das propostas de diretrizes. Em seguida, os subgrupos retomam suas atividades para complementar as propostas de diretrizes relativo às suas estratégias, ações e metas e consequente validação.

Objetivo:

Elaborar 1 proposta de diretriz para cada um dos 9 temas transversais.

Miniplenárias

As miniplenárias dão continuidade ao processo de sistematização e priorização das propostas de diretrizes que foram formuladas no âmbito das plenárias estaduais e do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus. As propostas de diretrizes oriundas das plenárias estaduais e do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, por sua vez, foram organizadas no documento denominado ‘Caderno de Sistematização de Propostas’¹¹ e disponibilizadas aos participantes. Nesse caso, os participantes do 4ºFNM se dividiram em cinco miniplenárias, correspondendo a cada um dos cinco (5) eixos estruturantes do Plano Nacional de Cultura. A condução dos trabalhos nas miniplenárias ficou por conta da equipe composta de diretores e coordenadores de diferentes áreas do Ibram.

Coordenadores de Miniplenárias:

I – Miniplenária Produção Simbólica e Diversidade Cultural

(**Coordenadores:** Mario Chagas, Diretor do Departamento de Processos Museais/Ibram, e Margarete Moraes, assessora especial Gabinete Ibram)

II- Miniplenária de Cultura, Cidade e Cidadania

(**Coordenadores:** Cláudia Storino, Coordenadora de Arquitetura, Expografia e Espaços Museais/DPMUS e Ena Colnago, Coordenadora de Difusão e Desenvolvimento de Parcerias/DDFEM)

III- Miniplenária de Cultura e Desenvolvimento Sustentável

(**Coordenadores:** Cícero de Almeida, Coordenador de Patrimônio Museológico /DPMUS e Bruno Sadeck, Coordenador de Produção e Análise da Informação /CGSIN)

IV - Miniplenária Cultura e Economia Criativa

(**Coordenadores:** Eneida Braga Rocha de Lemos, Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus /Ibram e Álvaro Marins, Coordenador Geral de Pesquisa e Inovação Museal/DPMUS)

V - Miniplenária Gestão e Institucionalidade da Cultura

(**Coordenadores:** Jane Mendonça, Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão Interna/Ibram e Rose Miranda, Coordenadora Geral de Sistemas de Informação Museal do Ibram de Produção e Análise da Informação /Ibram)

¹¹ Para o processo de sistematização das propostas, que redundou no Caderno de Sistematização de Propostas, foram adotados os seguintes procedimentos: b) as propostas originais vindas das Plenárias foram ordenadas por eixo estruturante, com os respectivos registros de procedência; b) a inclusão de todas as propostas encaminhadas; c) a fusão, no caso das propostas de teor semelhante, absorvendo todas as idéias em nova redação ou de forma complementar; d) a manutenção isolada, quando representativa de idéia original ou exclusiva; e) a nova redação para esclarecer ou corrigir erros gramaticais.

Metodologia:

Divididos em cinco miniplenárias, os participantes debruçaram-se sobre as propostas oriundas das plenárias estaduais e apresentadas no Caderno de Sistematização de Propostas que foi distribuído a todos os inscritos no referido evento. De acordo com a metodologia adotada, cada miniplenária, submeteu as diretrizes dos respectivos eixos estruturantes à apreciação dos participantes, podendo ser aprovada sem ressalvas ou aprovada com ressalvas. Uma vez a diretriz tendo sido aprovada, os demais elementos, estratégias e ações, não sofriram qualquer alteração: a proposta era aceita na íntegra. Quando a diretriz era aprovada com ressalva, essa poderia sofrer ajustes em sua redação, ser integrada a outra proposta em parte ou no todo, ou, ainda, serem fundidas com outras diretrizes. Ao final, os participantes de cada miniplenária elegeram, por meio de votação, as diretrizes a serem apresentadas na Plenária Nacional bem como os respectivos relatores para a apresentação e defesa dessas diretrizes na referida Plenária Nacional.

Objetivo:

Deliberar sobre as propostas de diretrizes, constantes do ‘Caderno de Sistematização de Propostas’, e eleger até 15 propostas para serem apresentadas na Plenária Nacional.

Plenária Nacional – Encerramento do 4º FNM

Na Plenária Nacional os participantes do 4º FNM tiveram a oportunidade de apresentar as diretrizes estabelecidas pelos minifóruns e pelas miniplenárias bem como a procederem com a eleição de diretrizes denominadas prioritárias no âmbito do PNSM. Tratou-se de estratégia prevista na metodologia de construção do referido Plano qual seja priorizar, de forma democrática e transparente, diretrizes relativas aos eixos estruturantes. Registre-se que o conjunto de diretrizes do PNSM estão sistematizadas em publicação específica, ‘Plano Nacional Setorial de Museus – 2010 a 2020’. O processo de votação, se deu por cada eixo estruturante: os participantes votaram em até 5 diretrizes, a partir de cédulas de votação previamente elaboradas. Em seqüência, deu-se início à apreciação das moções. Nessa etapa apenas uma moção foi apresentada “permanência do Museu Nacional das Gemas na Torre de TV em Brasília”. Aprovada por unanimidade pela plenária.

A condução dos trabalhos da Plenária Nacional se deu pelo corpo diretivo do Ibram, encabeçado pelo seu Presidente.

Composição da mesa de condução da Plenária Nacional:

José do Nascimento Junior, Presidente

Eneida Braga Rocha Lemos, Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus

Mario de Souza Chagas, Diretor do Departamento de Processos Museais

Rose Miranda, Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal

Jane Carla Lopes Mendonça, Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão Interna

Cássia Ribeiro Bandeira de Mello, Chefe de Gabinete

Margarete Moraes, Assessoria Especial

Moção:

Proponente: *Arranjo Produtivo Local de Gemas e jóias DF (APL)*

Instituições: *ABRAGEM/AJODF*

Título/Moção: *Permanência do Museu Nacional de Gemas na Torre de TV*

Moção: *Solicitamos o apoio do IBRAM e do Ministério da Cultura na defesa da permanência e revitalização do Museu nacional de gemas instalado no mezanino da torre de tv, em Brasília – DF, com o montante de cerca de 3.500 exemplares de pedras preciosas que compõem o ACERVO desde sua fundação em 1996, juntamente com o Laboratório de Análise e Certificação de Gemas.*

Diretrizes Priorizadas:

Eixo I – Produção simbólica e diversidade cultural

01 Diretriz: Assegurar fomento para pesquisas que contemplem a produção simbólica, a diversidade cultural no espaço museológico e para o desenvolvimento de ações educativo-culturais e formação na área dos museus.

02 Diretriz: Estabelecer e ampliar políticas culturais voltadas para o campo museológico nas esferas municipal, estadual e federal que atendam as demandas de estruturação e formação em museus, por meio de convênios e parcerias com instituições públicas, privadas e comunitárias.

03 Diretriz: Promover e garantir a identificação e o registro de memórias, manifestações culturais, saberes e fazeres dos diferentes segmentos sociais priorizando pequenas comunidades com ênfase na cultura étnica e popular e comunidades indígenas, afro-descendentes, valorizando o patrimônio imaterial brasileiro.

04 Diretriz: Fomentar e aprofundar teórica e metodologicamente a pesquisa sobre a documentação e o acervo museológico.

05 Diretriz: Estabelecer contínua interlocução cultural de caráter fronteira entre os países sul-americanos, valorizando as manifestações artísticas, históricas e sociais, levando em conta realidades locais de formação e desenvolvimento para reflexão, intercâmbio de experiências e divulgação de ações de preservação.

Eixo II – Cultura, cidade e cidadania

01 Diretriz: Estabelecer o espaço do museu como mecanismo dinâmico de referência cultural para as cidades, como um bem simbólico necessário para a afirmação de identidades, valorizando a memória e os saberes, promovendo a integração das comunidades locais.

02 Diretriz: Estabelecer uma política de acessibilidade universal para museus e centros culturais.

03 Diretriz: Desenvolver programas de apoio à revitalização e adequação de uso de espaços públicos ociosos para que sejam utilizados por programas museais.

04 Diretriz: Ampliar e fortalecer a função social dos museus reconhecendo e identificando a relação entre coleções, comunidade, cidade, rede de pesquisa e cooperação técnica, fortalecendo a manifestação das identidades.

05 Diretriz: Fomentar a relação museu-comunidade, através do incentivo à criação de museus dedicados à memória comunitária.

Eixo III – Cultura e desenvolvimento sustentável

01 Diretriz: Fortalecer, ampliar e democratizar as formas de obtenção de recursos e instituir os mecanismos legais necessários para o uso dos recursos próprios obtidos por meio de bilheteria, doações e serviços prestados.

02 Diretriz: Assegurar que os museus e espaços de memória sejam importantes ferra-

mentas de educação, conscientização e ações transversais de desenvolvimento cultural, social e econômico, regional e local.

03 Diretriz: Garantir a transformação dos sítios paleontológicos e arqueológicos em museus de território, como forma de preservá-los e propiciar a geração de renda para as comunidades do entorno.

04 Diretriz: Estimular o desenvolvimento do turismo sustentável por meio do reconhecimento, valorização e fortalecimento da identidade cultural local, incluindo a capacitação de pessoal para o atendimento ao turista, adaptação dos espaços museais e de memória, de forma a atender aos visitantes, inclusive portadores de deficiência, contribuindo para o desenvolvimento, inclusão social e econômica da comunidade.

05 Diretriz: Promover políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal, direcionadas às ações museais que garantam o fomento de ações de divulgação, valorização, preservação e difusão dos diferentes tipos de manifestações culturais, associando estas ações a sustentabilidade cultural, ambiental e econômica.

Eixo IV – Cultura e economia criativa

01 Diretriz: Ampliar as políticas de editais da área de museus, adequando a diversidades regionais, possibilitando maior descentralização dos recursos, estabelecendo o reconhecimento do “custo amazônico”.

02 Diretriz: Criar Fundos Setoriais de Museus em âmbito Federal, Estadual, Distrital e Municipal para fomentar a relação museu-

comunidade, produzindo novas perspectivas de geração de renda para comunidade e receita para os museus, pautadas em produtos e serviços que aproveitem potencialidades, saberes e fazeres.

03 Diretriz: Assegurar a participação de associações junto aos museus e espaços de memória de modo a garantir a sustentabilidade destas instituições.

04 Diretriz: Ampliar parcerias entre os museus e o setor turístico, propiciando a inclusão, o respeito e a valorização da diversidade cultural.

05 Diretriz: Conscientizar e divulgar a função do museu como agente ativo da cadeia produtiva da cultura, capaz de gerar e estimular a capacidade criativa de futuras gerações.

Eixo V – Gestão e institucionalidade da cultura

01 Diretriz: Fortalecer o Sistema Brasileiro de Museus, consolidando-o como sistema de participação social na gestão da política pública para museus, integrado com o Sistema Nacional de Cultura.

02 Diretriz: Garantir a continuidade da Política Nacional de Museus e a consolidação do Estatuto de Museus, respeitando a diversidade regional, com a ampliação dos investimentos na área.

03 Diretriz: Promover a criação de redes de integração dos museus com a participação do poder público, com o objetivo de fortalecer e ampliar o campo de ação dos mecanismos de desenvolvimento museológico.

04 Diretriz: Fomentar a capacitação de profissionais que atuam em museus nas áreas técnicas e administrativas e de outros agentes locais para a modernização e revitalização dos museus.

05 Diretriz: Fortalecer as políticas públicas para museus em âmbito municipal, estadual e distrital.



Ementas dos Minicursos



“As oficinas a meu ver são da maior importância. Eu sou oficinaira do Ibram e me identifico muito, pois a gente conhece uma realidade nacional em razão desses deslocamentos, vamos lá e conhecemos as pessoas, as dificuldades, as realidades museológicas; e isso é importante, pois essas pessoas conseguem se aproximar desses oficinairos; nesse momento que a gente se encontra e com toda essa integração é que se consegue galgar e buscar novos rumos e novos caminhos.” (Rosana Andrade Dias do Nascimento, Professora da Universidade Federal de Santa Catarina e Chefe do Departamento do Curso de Museologia da UFBA)

RELATÓRIO DO 4º FNM :: EMENTAS DOS MINICURSOS

Os minicursos, complementaram, no período de 12 a 13 julho, a programação do 4º Fórum. Foram 11 (onze) temáticas que mobilizaram a atenção de 1.245 participantes. De maneira geral, os minicursos seguiram dinâmica similar para o desenvolvimento dos temas, qual seja: salas com capacidade para acolher entre 100 e 120 pessoas, integrados por alunos, professores, profissionais e técnicos em museu, e exposições que buscaram instigar os presentes à participação.

I – Plano museológico: implantação, gestão e organização de museus

Inscritos: 170

Ementa	Oficineiro
<p>Conceitos de museologia, museografia e museu. A trajetória dos museus no Brasil. As três funções básicas dos museus: preservação, investigação e comunicação. Conceitos de projeto, programa e plano museológico. Exemplos nacionais e internacionais. O Plano Museológico como ferramenta estratégica de gestão museal. O Plano Museológico e o Estatuto de Museus. O diálogo entre Plano Museológico, a Política Nacional de Museus e o Plano Nacional de Cultura.</p>	<p>Márcio Ferreira Rangel – museólogo, pesquisador adjunto do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MAST e professor do Mestrado em Museologia e Patrimônio da UNIRIO</p>

II – Elaboração de projetos e fomento para a área museológica

Inscritos: 166

Ementa	Oficineiro
<p>Conceitos de museologia e museu. Definição de museus adotada pelo Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/2009). As três funções básicas dos museus: preservação, investigação e comunicação. Projeto e fomento: conceitos básicos. O passo a passo para elaboração de projetos. A importância do planejamento e da metodologia. A política de editais: exemplos práticos. Fontes de financiamento e captação de recursos: Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac (Fundo Nacional da Cultura e Mecenato). A nova lei de apoio à cultura. O papel das associações de amigos e de apoio aos museus.</p>	<p>Átila Tolentino – especialista em gestão de políticas públicas de cultura e em gestão governamental, atua na Superintendência do IPHAN na Paraíba.</p> <p>André Resende – especialista em gestão de políticas públicas de cultura e chefe da coordenação de fomento e financiamento do Ibram.</p>



III – Segurança em museus

Inscritos: 21

Ementa	Oficineiro
<p>Os museus e suas três funções básicas: preservação, pesquisa e comunicação. A importância da segurança nos museus. Planejamento e elaboração de projeto de segurança: contra roubos e furtos; contra incêndio, enchentes e outras calamidades; contra vandalismos e atos terroristas. Elaboração de Planos de Segurança, Planos de Emergência e Planos de retirada de pessoas e obras. Treinamento de recursos humanos para a segurança e o uso de novas tecnologias.</p>	<p>Alan Raison – membro do Comitê de Segurança de Museus do ICOM, já atuou como chefe do serviço contra incêndios do Museu do Louvre em Paris</p>

IV – Estudos de público

Inscritos: 51


Ementa	Oficineiro
<p>Conceito de museu. As três funções básicas dos museus: preservação, pesquisa e comunicação. Museus clássicos e museus contemporâneos. O conceito de público (visitante, usuário, frequentador, beneficiário etc.). A importância das pesquisas de público. Objetivos e finalidade das</p>	<p>Rosane Carvalho – museóloga, relações públicas e professora da UERJ. Já atuou no IPHAN, Museu da República e Museu Histórico Nacional – MHN/Ibram</p>

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : EMENTAS DOS MINICURSOS

<p>pesquisas de públicos nos museus e instituições afins. Pesquisa de público qualitativa, quantitativa e quali-quantitativa. Reflexão sobre os públicos dos museus e de outros setores culturais. Um panorama da pesquisa de público no Brasil. Elaboração de projetos de pesquisa. Do levantamento de necessidades, passando pela construção de instrumentos de coleta de dados, até a elaboração do relatório final.</p>	
---	--

V – Ação educativa em museus

Inscritos: 158

<p>Ementa</p>	
<p>Cultura e educação: o problema dos conceitos. Museu e museologia: o problema dos conceitos. Teoria e prática da ação educativa em museus. A dimensão educativa dos museus. Antecedentes históricos da relação: educação e museu. Museus, educação, memória e patrimônio: desafios contemporâneos. Ações educativas nos museus e correntes pedagógicas. Programas: museus e escolas, museus e professores, museus e trabalhadores, museus e terceira idade, museus e comunidades e outras possibilidades. Os museus e o ensino das artes, dos ofícios e das ciências. Museu, educação e cidadania: o compromisso social.</p>	
<p>Oficineiro <i>Aparecida Rangel</i> – museóloga, responsável pela área educativa do Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa/MInC</p>	

V – Ação educativa em museus

Inscritos: 158

<p>Ementa</p>	<p>Oficineiro</p>
<p>Cultura e educação: o problema dos conceitos. Museu e museologia: o problema dos conceitos. Teoria e prática da ação educativa em museus.</p>	<p><i>Aparecida Rangel</i> – museóloga, responsável pela área educativa do Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa/MInC</p>

A dimensão educativa dos museus. Antecedentes históricos da relação: educação e museu. Museus, educação, memória e patrimônio: desafios contemporâneos. Ações educativas nos museus e correntes pedagógicas. Programas: museus e escolas, museus e professores, museus e trabalhadores, museus e terceira idade, museus e comunidades e outras possibilidades. Os museus e o ensino das artes, dos ofícios e das ciências. Museu, educação e cidadania: o compromisso social.

VI – Conservação de acervos

Inscritos: 118

Ementa	Oficineiro
<p>Os museus e suas três funções básicas: preservação, pesquisa e comunicação. Breve histórico da preservação e restauração de bens culturais. Conceitos de preservação, conservação e restauração. Plano Museológico: aspectos relativos à conservação. Conservação de acervos: materiais e tipologias; procedimentos técnicos e rotinas de acondicionamento, manuseio, embalagem e transporte; acervos em exposição. Fatores de degradação: ação humana, condições ambientais, ataques biológicos e reações químicas. Conservação arquitetônica: edifícios adaptados e edifícios construídos para museus. A relação entre os espaços arquitetônicos e os bens culturais móveis. Documentação e conservação: elaboração de diagnóstico e plano de conservação. Noções de conservação preventiva.</p>	<p>Jacqueline Assis – chefe do Núcleo de Preservação e Segurança da Coordenação de Patrimônio Museológico do Ibram.</p> <p>Cláudia Storino – coordenadora de Arquitetura, Expografia e Espaços Museais do Ibram.</p>

VII – Museus e turismo

Inscritos: 97

Ementa	Oficineiro
<p>Conceitos básicos: museu e turismo. Fenômeno turístico e atividade turística: relações. Relações históricas entre museu e turismo. Turismo cultural, turismo social, turismo ecológico e suas relações com os museus. Literatura de referência (“Normas de Quito”, “Carta do Turismo</p>	<p>Lana Guimaraes – especialista em Turismo Cultural, dirige a empresa Tríade Patrimônio Turismo Educação.</p> <p>André Angulo – museólogo, responsável pela reserva técnica do Museu da República/Ibram</p>

RELATÓRIO DO 4º FNM : : : EMENTAS DOS MINICURSOS

<p>Cultural”, “Carta de Burra”, “Carta de Sofia”, “Encontros de Trujillo”). Os museus como atrativos turísticos. Cidades, cidadãos, turismo e lazer. Lazer é prazer. Hospitalidade e respeito: saber receber e saber ser recebido. A comunicação com o visitante: estratégias de divulgação e marketing. Museus: formadores, incentivadores e dinamizadores das práticas de turismo.</p>	<p>e coordenador do Circuito Sítios Históricos da República.</p>
--	--

VIII – Redes e sistemas de museus

Inscritos: 40

Ementa	Oficineiro
<p>Museus, redes e sistemas: examinando os conceitos. O campo museal brasileiro pós-ditadura militar. Redes e sistemas de museus no mundo. A criação do Sistema Nacional de Museus (1986) e de outros sistemas. A Política Nacional de Museus. A criação do Sistema Brasileiro de Museus. Sistemas estaduais e municipais de museus: alguns exemplos. Subsídios para a criação e a dinamização de redes e sistemas de museus.</p>	<p>Simone Flores – coordenadora do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul.</p> <p>Gilson Nunes – coordenador do Sistema de Museus de Ouro Preto e do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.</p>

IX – Gestão e documentação de acervos

Inscritos: 123

Ementa	Oficineiro
<p>Museu, museologia e museografia. A importância da documentação museográfica. Gestão de acervos museológicos: política de aquisição, inventário e catalogação. Elaboração de Projetos de documentação museológica. Documentação museológica e pesquisa nos museus. Gestão da informação: a construção de bases de dados. Sistemas informatizados para tratamento e acesso às informações do acervo.</p>	<p>Rosana Nascimento – museóloga e professora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, já atuou como chefe do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA</p>

X – Planejamento e gestão de exposições*Inscritos:* 169

Ementa	Oficineiro
<p>Conceitos de museu, museologia e museografia. O que é expografia? Exposição e comunicação museal. Topologias de exposição. Exposições de curta, média e longa duração. A linguagem das exposições nos museus. Elementos e recursos expográficos: espaço, suportes, forma, cor, som, luz, texturas, imagens, textos e outros. Técnicas e materiais apropriados para exposição. O discurso expográfico. Exposição e conservação. As exposições e seus diferentes públicos. Diferentes processos de documentação e divulgação da exposição. Pesquisa e avaliação: usuários e beneficiários, resultados alcançados e impacto social das exposições.</p>	<p>Daniela Estrela – artista plástica e produtora cultural, sócia proprietária da Bloco A Promoção de Eventos Culturais.</p>

XI – Sociomuseologia*Inscritos:* 132

Ementa	Oficineiro
<p>Conceitos básicos: museu e museologia; museu social, museologia social e sociomuseologia. Antecedentes da sociomuseologia no Brasil e no mundo. Os museus e os movimentos sociais a partir da segunda metade do século XX. Os seminários regionais da Unesco a partir dos anos 50. O impacto dos movimentos negro, estudantil, feminista, ambientalista e de outros movimentos nos museus. Os museus na era pós-colonial. A Mesa Redonda de Santiago do Chile. A Declaração de Quebec. A definição evolutiva de ecomuseu. A Eco 92 e o primeiro Encontro Internacional de Ecomuseus (Rio de Janeiro). Parcerias entre Portugal, Brasil e Holanda na construção do campo da museologia social. A definição evolutiva da sociomuseologia. A sociomuseologia e a museologia social hoje no Brasil.</p>	<p>Mario Chagas – museólogo, poeta, professor da UNIRIO e diretor do Departamento de Processos Museais do Ibram.</p> <p>Paula Assunção – Diretora do curso de mestrado em museologia da Reinwardt Academy/Holanda</p>





Comunicações Coordenadas

Comunicações Coordenadas – propostas aprovadas

Na sequência, nos dias 14 e 15 de julho de 2010, fizeram parte da programação das Comunicações Coordenadas a apresentação de 52 trabalhos selecionados pela Comissão de Avaliação dos Trabalhos do 4º FNM, sendo 26 para apresentação oral e 26 para pôster. A Comissão promoveu uma avaliação conjunta dos trabalhos, em acordo com os critérios de seleção informados no período de inscrição: a) clareza do texto e da proposta; b) pertinência da proposta; c) alinhamento com o tema central do 3º FNM; d) descentralização dos grandes campos da museologia; e) (1) proposta para cada objeto de análise.

As apresentações orais foram divididas em duas sessões e contaram com expressiva audiência, demonstrando o grande interesse do público sobre os trabalhos desenvolvidos pela comunidade museológica acadêmica. Os trabalhos selecionados para exposição na forma de pôsteres, por sua vez, ficaram à disposição dos participantes do 4º Fórum, durante todo o período do evento, em uma área específica de exposição. Desse modo, o Fórum Nacional de Museus cumpre o seu papel como um espaço para troca experiência e de divulgação da produção científica da área museal.

Apresentação Oral (1ª Sessão)

Acessibilidade tátil e inclusão de deficientes visuais nos museus de arte

Juliana de Moura Quaresma Magalhães

*Juliana Magalhães é bolsista PIBIC/
UFRJ/CNPQ*

Orientadora: *Virgínia Kastrup*

Instituto de Psicologia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

NUCC Núcleo de Pesquisa Cognição e Coletivos.

Projeto: *Práticas artísticas e construção da cidadania*

com pessoas deficientes visuais.

Apoio FAPERJ

Atualmente, é quase um consenso que as pessoas com deficiência visual têm o direito de realizar visitas a museus de arte e usufruir de suas obras. No entanto, ainda não se sabe muito bem como tornar concreto este direito. Parte desta dificuldade reside na proibição do toque nas obras, fundamentada no argumento corrente de que o toque danifica o acervo dos museus. O objetivo deste trabalho é apontar que a questão da acessibilidade de pessoas cegas requer uma discussão mais profunda e complexa acerca do toque nas obras de arte. Buscaremos argumentar, fundamentados em autores que hoje se ocupam deste tema, que há diversos outros motivos, além do dano das obras, que sustentam sua proibição. Também procuraremos sublinhar a importância do acesso tátil para a construção de uma acessibilidade de qualidade para as pessoas com deficiência visual.

Para Classen (2007) existem consideráveis evidências de que os primeiros museus europeus disponibilizavam seu acervo ao toque do público e de que a proibição do toque emergiu apenas no princípio do século XIX. Este é o momento em que os museus se tornaram públicos. Com a expansão do público, foi considerado que seria inviável permitir o acesso físico às obras e o toque foi banido dos museus. As classes economicamente mais favorecidas sempre tiveram acesso tátil às obras, sem que a questão do dano fosse colocada. Em contraponto, o toque das classes mais baixas foi considerado como desregrado e portador de sujeira. Mesmo com o toque proibido ao público em geral, o final dos dias era reservado ao toque de artistas e da elite.

Candlin (2004) aponta que o maior motivo para se restringir o acesso ao toque dos cegos não é que este pode danificar as peças, mas o medo de que o vasto público vidente sintasse também no direito de tocar. Por outro lado, a questão em jogo não é apenas o potencial danificador do toque, mas o valor atribuído a quem toca. O toque é hierarquicamente condicionado e condicionante. Um sujeito toca aquilo sobre o que tem relativo poder; ao mesmo tempo, o ato de tocar estabelece seus direitos sobre o objeto. Assim, por exemplo, o dano provocado pelo toque dos curadores não é colocado em questão, como se o toque destes experts fosse neutro.

Pye (2007) argumenta que a disponibilização das obras à apreciação visual envolve riscos de danos pelos efeitos da luz, mas como a visão é o modo dominante de se experienciar os objetos,

estes riscos são considerados aceitáveis. Os riscos decorrentes de empréstimos de peças de uma instituição para outra, com o grande potencial de dano do transporte e mesmo da exposição do objeto a diferentes climas, também são tolerados, porque se considera importante a ampliação do acesso do acervo a outras audiências. No caso do acesso tátil às obras de arte, entretanto, comumente a proibição se dá de modo a priori, sem que os custos e benefícios sejam pesados.

Geisbusch (2007) afirma que o toque funciona de forma recíproca: ao mesmo tempo em que um visitante toca em uma peça, ele é tocado por ela, o que torna porosa a divisão entre sujeito e objeto. O toque não apenas suscita conhecimentos racionais, mas também possibilita a experiência estética, precipita curiosidade, investigação, desejo e engajamento com os objetos. Suscita, por exemplo, a conexão e identificação com os proprietários originais ou criadores, a emoção de tocar em um objeto bem antigo e o gosto por saber se a peça é original ou réplica. O toque anima o passado, o objeto, e, conseqüentemente, o visitante. (Candlin, 2008b). Em suma, a disponibilização de obras de arte à fruição tátil é uma das questões a ser enfrentada pela agenda das políticas de acessibilidade, que é um ponto fundamental na construção de um museu para todos.

Acessibilidade para pessoas com deficiência visual: a experiência dos museus de Paris

Virgínia Kastrup

Virgínia Kastrup é doutora em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Hoje em dia tem sido reconhecido por grande número de países do mundo que os museus devem ser locais de acolhimento de todo e qualquer tipo de público. No entanto, a criação de estratégias e dispositivos de acessibilidade adequados a públicos específicos ainda constitui um desafio a ser enfrentado. No que tange a pessoas portadoras de deficiência, a noção de acessibilidade remete de imediato a dispositivos técnicos que facilitem o acesso físico aos prédios públicos e assegurem o conforto dessas pessoas. Num sentido mais amplo e político, a noção de acessibilidade indica o reconhecimento da existência dessas pessoas e o valor de sua participação social, indo no sentido inverso das práticas de exclusão. No campo cultural, um dos maiores desafios é como desenvolver dispositivos e estratégias de acessibilidade para que pessoas com deficiência visual compartilhem o patrimônio no espaço dos museus. Criar museus acessíveis para pessoas cegas não se limita a colocar etiquetas em braille diante das peças. A acessibilidade estética é o grande e principal desafio (ARNHEIM, 1990; CARIJÓ, ALMEIDA E KASTRUP, 2010). Os museus são tradicionalmente instituições voltadas para a apreciação visual, onde tocar as obras é, na maioria das vezes, terminantemente proibido. Há considerações, ao longo da história da filosofia, sobre uma suposta superioridade da visão para a experiência estética, chegando a ser questionada a própria possibilidade de uma experiência estética tátil. Sendo assim, do ponto de vista dos museus, a acessibilidade para pessoas cegas é quase sempre complicada e polêmica, pois problematiza tanto a lógica tradicional da conservação quanto crenças estéticas e cognitivas, ambas muito arraigadas. A preocupação com a proteção dos objetos não é a única causa da proibição do toque nos museus. Há diversos obstáculos políticos, subjetivos e coletivos, que

precisam ser revistos (CANDLIN, 2004). Somente realizando uma ampla discussão, da qual devem participar museólogos, curadores, educadores, pesquisadores e os próprios deficientes visuais, o museu pode desempenhar plenamente seu papel de espaço de aprendizagem inventiva (KASTRUP, 2007a; 2007b; 2008).

Na França, uma lei de fevereiro de 2005 obriga todos os museus a acolherem pessoas com deficiência. Ela representa um avanço considerável e coroa uma discussão iniciada no final da década de 70. A lei fez crescer a sensibilização dos museus e instituições culturais à questão do acolhimento dos diferentes públicos e fomentou o desenvolvimento de diferentes dispositivos táteis e estratégias verbais que visam não apenas atender às demandas de pessoas cegas e com baixa visão, mas também da formação desse tipo de público. O objetivo desse trabalho é apresentar alguns dos resultados de uma pesquisa de campo realizada em 2009 sobre alguns dos programas de acessibilidade dos principais museus de Paris. O intuito da pesquisa foi conhecer os dispositivos e estratégias que vêm sendo empregados, analisando seu alcance e limites. Foi também buscar subsídios para o desenvolvimento e ampliação de programas de acessibilidade para pessoas com deficiência visual no Brasil. A pesquisa foi realizada em sete (07) museus da cidade de Paris: Centre Georges Pompidou, Cité des Sciences, Musée du Louvre, Musée Nationale d’Histoire Naturelle, Musée du Quai Branly, Musée des Arts et Métiers e Musée Rodin. Foram realizadas visitas técnicas e entrevistas com responsáveis pelos programas de acessibilidade. A conclusão é que não há regras prontas, mas recomendações que apontam para o funcionamento cognitivo e estético do tato.

Museus locais como promotores do direito à memória na Andaluzia Democrática

Lavínia Cavalcanti T. dos Santos

Museu Pedro Gilabert, Almeria, Espanha

Objeto:

A partir da análise da evolução dos museus andaluzes durante as últimas três décadas, propõe-se uma reflexão sobre o papel dos museus locais como importantes promotores do direito à Cultura.

Objetivos:

Compreender os processos, avanços, logros e também as dificuldades e carências do sistema andaluz no âmbito museístico, como elemento de referência para o debate homólogo no Brasil.

Metodologia:

Análise da legislação andaluza e documentos de planificação em matéria de museus das últimas três décadas. Análise do papel desempenhado pelos chamados “museus locais” como promotores do direito à memória através do caso concreto do Museu Pedro Gilabert (Arboleas, Almeria)

Resultados:

Espera-se que os conteúdos tratados possam ser úteis para a reflexão sobre as diretrizes para a Política Nacional de Museus (PNM) e para o Sistema Brasileiro de Museus (SBM).

Sinopse:

Desde a aprovação da Constituição de 1978, a Espanha tem sido o cenário de grandes avanços alcançados com respeito ao direito à “Cultura” em seu sentido mais amplo, abrangendo todas as instituições a ela vinculadas (museus, bibliotecas e arquivos, entre outras) e todas as modalidades artísticas (cinema, música, artes plásticas, dança, teatro etc).

Durante esses trinta anos desenvolveu-se também o sistema político-administrativo baseado nas chamadas Comunidades Autônomas, regiões que se organizam em torno do governo central, guardando porém um alto grau de autonomia plasmada em documentos intitulados Estatutos Autônômicos. Este sistema, muito além de uma simples estrutura administrativa, significa o reconhecimento de uma Espanha plural e diversa, incumbindo a cada Comunidade a função de preservar e difundir seu patrimônio, sua identidade e sua memória que durante décadas foram reprimidas, ignoradas ou reduzidas a estereótipos.

O papel dos museus nesta tarefa tem sido fundamental, e o aumento tanto do número de instituições como de seus visitantes dão prova deste novo cenário. Além disso, os usuários estão conscientes de que visitar um museu é hoje um direito adquirido, e não um privilégio de elites. No entanto, proliferaram centros que não reúnem as características mínimas do que, hoje em dia, se entende por museu: instituições que muitas vezes mal conseguem garantir umas condições mínimas de conservação de suas coleções, muito menos de desenvolver programas de educação, difusão, pesquisa etc. Esta é a problemática que a nova legislação andaluza em matéria de museus pretende reconduzir.

Como estudo de caso propomos uma breve análise do Museu Pedro Gilabert, situado no município de Arboleas (Almeria), avaliando seu esforço por adaptar-se às novas exigências legais e, ao mesmo tempo, buscando desenvolver uma atividade comprometida com a sociedade na qual se encontra.

Quando o Marajó é museu: o percurso museológico de Padre Giovanni Gallo

Lucia das Graças Santana da Silva

*Projeto Tecendo a Museologia Local na Amazônia
Paraense: mudanças, perspectivas e ações
Orientadora: Dra. Maria Cristina Bruno
ULHT- Lisboa, Portugal
MPEG, Belém, Brasil*

As autobiografias são narrativas de memória, por si só podem suscitar vários riscos: o enaltecimento do personagem como um herói, a desconfiância dos seus feitos, entre outros, mas se for costurada com outras referências teóricas e documentais, esses riscos tendem a diminuir. No caso aqui, é tentar compreender como o padre Giovanni Gallo descobre o Marajó e o transforma em um lugar de memória, se utilizando de todo um processo de musealização que implica a viagem, o diário de campo autobiográfico e o a criação do museu no maior arquipélago fluvial ao norte do Pará, Brasil.

A metodologia se baseia em dois movimentos: análise documental da obra de Gallo, principalmente a partir do livro Marajó: a Ditadura das Águas (1979) e os recortes dos jornais do Pará sobre a sua imersão na Ilha, onde nos narra os desafios de transformar o Marajó num museu,

não à deriva da coletividade, pelo contrário deposita na instituição uma ponte que permite traçar caminhos em prol da região. O outro movimento é a percepção do percurso do padre em consonância com o movimento da Nova Museologia da década de 80 do século XX, período emblemático para a epistemologia da Museologia que vai romper como uma ciência do museu e redefinir sua filosofia e prática diante da relação do sujeito com seu território e patrimônio, numa perspectiva de desenvolvimento social, ambiental, econômico e cultural.

Em tempos de direito à memória, e direito a museu, a figura de Gallo representa um ícone para uma museologia local e inovadora, os seus feitos se aproximam de *Rivière*¹², quando acredita na força do objeto etnográfico e arqueológico como testemunho cultural de um povo, de *Freire*¹³ e *Varine*¹⁴, quando é capaz de pensar nos direitos e na cidadania do ser humano, sendo a educação a principal vetora dessa ação e de *Mayrand*¹⁵ ao vislumbrar uma transmuseologia, em que a sociedade seja capaz de realmente protagonizar o seu destino, porque o museu estará vivo em suas atitudes, configurando caminhos edificantes para a Amazônia. Caminhos estes que possam contribuir para a diminuição da pobreza, da violência e de tantos outros problemas sociais que impossibilitam o desenvolvimento e o progresso comprometidos com a qualidade de vida do ser humano e do planeta. A transmuseologia

não pode ser vista como utopia, deve ser incorporada como uma marca desafiadora do museu contemporâneo, promotor da memória dos povos.

Museus virtuais ou páginas de museus como democratização do acesso

Bruno Cesar Rodrigues e Giulia Crippa

Universidade de São Paulo

Escola de Comunicações e Artes

Bruno Cesar Rodrigues

Orientadora: professora Dra. Giulia Crippa

Objeto:

O museu tem lugar no imaginário comum como uma instituição de cultura e lazer guardiã da memória sócio-cultural. Estas memórias são representações, em geral iconográficas, de determinados períodos, eventos, movimentos sociais, políticos, científicos e/ou artísticos que, de algum modo, marcaram uma época da sociedade. No entanto, sabe-se que na atualidade ainda é fácil encontrar cidades que não possuem museus, principalmente as pequenas e distantes das grandes capitais. Esta falta é sentida ainda mais quando o museu de que se fala é o museu de arte.

12 Georges Rivière, etnógrafo e museólogo Francês, juntamente com Hugues de Varine foram os precursores do movimento da Nova Museologia que se consolidou na década de 80 do século XX e fundadores do Ecomuseu na França. Rivière fala da importância da documentalidade do objeto na imagem do museu laboratório, como instrumento de educação e de referência cultural dos povos. Cf. RIVIÈRE, G. H. (1989) *La Museologia*, trad. Anton Rodrigues Casal. Akal p. 223-249.

13 Paulo Freire: educador brasileiro que propõe uma teoria da educação baseada na prática da liberdade, onde o sujeito tomasse a consciência dos seus direitos e deveres no cerne da sociedade. A sua filosofia constitui a base do movimento da nova museologia, que centra suas atenções não no objeto, mas no desenvolvimento do ser humano. Cf. FERNÁNDEZ, L.A (1999) *Introducción a la nueva museologia*, Aliança Editorial, Madri p. 109.

14 Hugues de Varine juntamente com Georges H. Rivière foram os precursores do movimento da Nova Museologia que se consolidou na década de 80 do século XX. Formulou o conceito de Museu Integral. Cf: SANTOS (2008) *Museology and Community Development in the XXI Century*. Caderno de Sociomuseologia, Vol.29, No 29 (2008), Lisboa-Portugal, p. 47-70.

15 Pierre Mayrand museólogo canadense, fundador do Ecomuseu Haute-Beauce que teoriza sobre a formação dos ecomuseus em diferentes comunidades, identificando vários estágios do processo museológico: a prémuseologia, museologia, para-museologia, pós-museologia e transmuseologia, sendo este último considerado como o estágio utópico onde o indivíduo não precisaria mais dos serviços do museu. Cf: SANTOS (2008). *Museology and Community Development in the XXI Century*. Caderno de Sociomuseologia, Vol. 29, No 29 (2008), Lisboa-Portugal. p. 79-102

Por outro lado, assiste-se ao desenvolvimento ininterrupto das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's – na sociedade atual, doravante sociedade da informação. Ao mesmo tempo, sabe-se que para a Internet, uma das principais TIC's, não há fronteiras e nem barreiras geográficas.

No cenário cultural museológico, o uso da Internet tem crescido imensamente, assim como a utilização dos recursos apresentados pela mesma naquela que se classifica como Web 2.0. Através destas aplicações têm surgido ambientes digitais/virtuais que se denominam como museus virtuais ou são apenas interfaces de museus físicos. Desse modo, a associação possível entre a internet e os museus vem possibilitar ainda mais o acesso.

Objetivo:

Objetiva-se apresentar e discutir as possibilidades de acesso a museus e à arte através dos espaços digitais/virtuais dos museus virtuais ou páginas de museus na Internet.

Metodologia:

O presente trabalho é um estudo exploratório, fundamentado em uma pesquisa bibliográfica na qual se pretende estudar os temas descritos. Uma pesquisa bibliográfica pode fornecer definições e elementos condizentes com a realidade, portanto, o cuidado e o rigor científicos dos quais toda pesquisa requer não devem ser desconsiderados.

Resultados:

A Internet tem possibilitado novas formas de produção, circulação, recepção e mesmo de

apropriação de informação nos mais diversos contextos. No cenário cultural, mais especificamente os relacionados aos museus, não tem sido diferente. Os espaços museológicos que se desenvolvem na internet (páginas de museus; museu virtual) vêm democratizar, facilitar o acesso aos museus. Neste sentido, as cidades que não possuem museus podem aproveitar-se destes ambientes digitais/virtuais para proporcionar o acesso como forma inicial.

Ao pensar o acesso à arte como um direito à cultura, os museus virtuais ou páginas de museu em arte também vêm colaborar com os processos de ensino de artes. Os processos de ensino de artes podem ser repensados nas escolas e ao mesmo tempo em que se dá o acesso às artes, proporciona-se o direito aos museus.

Culturas museais – culturas escolares – similitudes e diferenças na tessitura de seus projetos educativos

Soraia Freitas Dutra

Soraia Freitas Dutra é professora CP/UFMG

Orientadora: *Silvania Sousa do Nascimento*
professora associada FaE/UFMG

O projeto de pesquisa:

Titulo: *O fenômeno da escolarização/descolarização dos museus e a construção de novas parcerias entre museu e escola*

Local: *FaE-UFMG - 3º ano*

Aproximações entre escolas e museus colocam em contato projetos educacionais institucionais, evidenciando afinidades e tensões em suas experiências educativas.

Ao longo do tempo, a escola produziu uma forma própria de ação e um modo de transmissão

cultural que invadiu diferentes instituições sociais alcançando os espaços museais que, muitas vezes, foram vistos como apêndices da escola e criticados por incorporarem formas escolarizadas em suas ações.

Mobilizadas por transformações em seus campos de ação, escolas e museus desenvolveram percursos próprios, construíram linguagens específicas e propostas pedagógicas com marcas de distinção.

Nessa comunicação, discutiremos as formas de interação entre museu e escola a partir das experiências práticas dos sujeitos envolvidos nas ações educativas orientadas para a escola em um museu histórico, bem como as formas de apropriações e “usos” que os professores e alunos fazem desse museu.

Interessa-nos compreender os caminhos trilhados pelo museu na construção de uma “cultura museal” naquilo em que se diferencia e/ou se aproxima da cultura escolar e de que modo o contato entre esses sistemas culturais permitem trocas, absorções e transformações.

Por meio de uma pesquisa documental e etnográfica das ações educativas voltadas ao público escolar, desenvolvidas no Museu Histórico Abílio Barreto (BH-MG), pretende-se investigar as experiências de interação entre esse museu e escolas. Com base em notas de campo e referenciais da literatura especializada, buscaremos compreender de que modo esses espaços se diferenciam, se complementam ou se excluem.

Projeto Escola de Bamba – ação cultural e preservação da memória do carnaval como prática de qualidade da escolarização?

Maximiliano de Souza

Programa de pós-graduação - UniRio

Mestrado em educação

Orientador: Professor Doutor Sul Brasil Pinto Rodrigues

Resumo:

Neste trabalho apresento o desenvolvimento da pesquisa que tem por objetivo compreender as concepções de educação atrelada às relações com memória cultural na cidade do Rio de Janeiro, qualificando educação básica fundamentada nas práticas pedagógicas da Educação Integral e Experimental. Através do projeto “Escola de Bamba”, um dos quatorze programas pedagógicos implantados pela Secretaria Municipal de Educação – Rio de Janeiro – está sendo analisada a experiência e ação educativa que consolida a concepção de que as práticas culturais, como preservação da memória e identidade cultural do samba e do carnaval, podem contribuir no processo de aprendizagem das crianças e na extensão do horário escolar, elevando o nível da qualidade educacional da rede pública. Por hipótese, compreendo que o projeto escola de bamba, com base nas atividades carnavalescas da Escola de Samba Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Corações Unidos dos CIEPs, se justifica como incentivo a preservação da memória do samba e dos grupos carnavalescos nas atividades oferecida às crianças como projetos de extensão do horário escolar formal, em espaços denominado pólos, onde as mesmas são centra-

lizadas. Estes programas têm a perspectiva de atender as propostas da LDB de 1996, na tentativa de aumentar gradativamente o tempo de permanência das crianças nas escolas com atividades culturais e experimentais. A investigação e apresentação sobre o programa Escola de Samba se justifica como uma estratégia que funciona como elemento de extensão da atividade escolar com práticas carnavalescas oferecendo progressivamente oportunidade de desenvolvimento pedagógico da criança, através de práticas educativas experimentais que utilizam ferramentas dos museus ou instituições culturais nas pesquisas que constituem a construção do processo carnavalesco até o desfile da escola. A partir de análises dos indicadores educacionais do Programa *Todos Pela Educação*, analisamos que as escolas participantes do projeto Escola de Samba estão classificadas com níveis de qualidade escolar. De acordo com o desenvolvimento das atividades do projeto identifiquei que as práticas pedagógicas baseadas na memória e ação cultural das crianças contribuem para uma formação qualificada e de conhecimento quanto ao valor de sua identidade e direitos a preservação de sua memória e exercício da cidadania. Vale ressaltar que o Rio de Janeiro, mesmo sendo a principal cidade de referência carnavalesca em termos de Escola de Samba, ainda carece de uma instituição museal que trate da preservação e difusão da memória cultural e patrimonial carnavalesca das escolas de samba e dos sambistas, desta forma este trabalho também é o registro desta carência.

Ação educativa extramuros da Pinacoteca do Estado: rompendo os limites do museu

Gabriela Aldair

*Ação educativa extramuros da Pinacoteca do Estado: rompendo os limites do museu
julho de 2010
Pinacoteca do Estado de São Paulo*

Uma das prioridades da Pinacoteca do Estado de São Paulo, o mais antigo museu de arte do estado, é tornar-se cada vez mais acessível aos diferentes públicos. Nesse esforço se insere o Programa de Inclusão Sociocultural do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca, que visa promover o acesso qualificado de grupos em situação de vulnerabilidade social, com pouco ou nenhum contato com instituições oficiais da cultura, aos bens culturais presentes no museu. Entre suas ações destacam-se as parcerias com organizações sociais para a realização de visitas educativas continuadas junto aos grupos, bem como o desenvolvimento de cursos de formação para educadores sociais e a produção de materiais de apoio à sua prática.

Em 2008 o Programa de Inclusão Sociocultural passou a desenvolver ações educativas sistemáticas externas ao museu junto a 2 grupos de adultos em situação de rua do centro da cidade de São Paulo, no entorno do museu, com o intuito de aproximar a Pinacoteca daqueles que transitam diariamente em seu entorno, sem, contudo, apropriar-se dela como espaço público de lazer e conhecimento. Tal ação se estruturou por meio de oficinas artísticas semanais nas organizações sociais de origem dos grupos – com ênfase em técnicas gráficas, e em particular na xilogravura, e visitas educativas regulares à Pinacoteca, a fim de adensar os processos desenvolvidos nas oficinas. Como forma de tornar público o processo e repensá-lo foram realizadas três exposições simultâneas, no museu e nas duas organizações sociais de origem dos grupos, e uma publicação

de caráter avaliativo foi elaborada. Apresentaremos assim a proposta de trabalho da ação extramuros, com algumas de suas etapas e resultados, a título de exemplo de iniciativa voltada ao exercício do direito de acesso aos museus por grupos não tradicionalmente freqüentadores dessas instituições.

Apresentação Oral (2ª Sessão)

Direitos Humanos e Cidadania: e os museus com isso?

Marisa Damas Vieira e Rosani Moreira Leitão

Marisa Damas Vieira é comunicadora e produtora cultural

Rosani Moreira Leitão é antropóloga, coordenadora de antropologia

Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA/UFG)

Tendo em vista a temática do 4º Fórum, consideramos de grande importância difundir as ações voltadas para os direitos humanos, em especial os direitos culturais, desenvolvidas pelo Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA/UFG). Nesse sentido, este trabalho visa discorrer sobre nossa atuação nos cursos realizados pelo Programa de Direitos Humanos da UFG na categoria extensão, nos anos de 2006 a 2008, e na pós-graduação *Lato Sensu* que se inicia em agosto na modalidade ensino a distância (EAD). Cursos que objetivam, principalmente, contribuir para a formação de educadores formais e não formais para a prática da educação em direitos humanos junto aos grupos em que atuam. A parceria do MA nesse processo ocorre, principalmente, nos módulos

que abordam questões vinculadas à diversidade, à cidadania e à educação patrimonial, com destaque para a importância de uma percepção pluralista de cultura e para o potencial dos museus como espaços de diálogo intercultural, através do compartilhamento de idéias, olhares e vivências; defendendo sua atuação como instâncias de transformação que podem, efetivamente, levar ao exercício de uma prática social responsável. Busca-se, portanto, propiciar um novo olhar sobre a instituição museu enquanto espaço democrático de exercício da cidadania, de manifestação das diversidades, de apropriação da memória e de reconhecimento identitário; fatores fundamentais aos direitos coletivos e individuais dos seres humanos. Apesar dos aspectos semelhantes, como a tipologia do público-alvo (agentes multiplicadores em potencial) e a vinculação direta com os conteúdos discutidos na exposição de longa duração do MA, *lavras e louvores*, a metodologia adotada nos cursos oferecidos baseia-se também nas características que os diferencia e nos resultados que se pretende. No curso de 2006, por exemplo, cujo módulo *Diversidade Cultural e Cidadania* ocorreu no próprio Museu, a exposição estava em processo final de montagem, ainda não disponível ao público. Por isso, além das aulas com explicações orais e ilustrações audiovisuais (foto, vídeo e músicas gravadas e ao vivo), priorizou-se a visi-

tação a *lavras e louvores* nessa fase de montagem, após abordagem e discussão sobre sua concepção teórica em sala de aula. Na ocasião, discutiu-se com os alunos as etapas de elaboração de uma exposição e, a partir do que já era possível identificar nas vitrines e instalações, foi solicitado a eles que vislumbrassem possibilidades de ações educativas e culturais. O intuito era despertá-los para os “bastidores” de uma exposição, visto que o curso previa a elaboração de uma Mostra Itinerante com os resultados dos trabalhos apresentados no final dos módulos (a qual encontra-se montada atualmente na sala de exposições temporárias do MA). Já para a pós-graduação foi necessário pensar uma metodologia diferenciada, pois o curso não é presencial e contará com alunos de diversos municípios do estado. O material pedagógico, já elaborado, conta com muitas exemplificações em foto, vídeo e textos, além de sugestões diversas de *links* para acesso a conteúdos virtuais, inclusive a própria *home page* do MA. Nesse curso os produtos finais serão as monografias e espera-se que algumas versem sobre temáticas vinculadas aos direitos culturais; ou, mesmo que se atenham as outras temáticas dos DHs, que contenham os princípios teóricos abordados dentro do tema diversidade cultural. Como a perspectiva é de que esses educadores apliquem os novos conhecimentos em práticas de educação em direitos humanos, as possibilidades de buscar os espaços museais como um complemento aos conteúdos com os quais trabalham são sempre favoráveis, já que é perceptível a ampliação de público e de ações educativas realizadas no Museu Antropológico da UFG em consonância com as solicitações e com as propostas dos professores/educadores.

O direito às memórias negras e a outras histórias

Maria Angélica Zubaran

Doutorado em História, State University of New York,

Pós-doutorado em História no Birkbeck College, London

Como sublinha Mario Chagas, “toda instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade”, que “compõem-se de som e de silêncio, de cheio e de vazio, de presença e de ausência, de lembrança e de esquecimento (2006, p. 30). O autor salienta que desde as suas origens nos séculos XVIII e XIX, os museus se estruturaram como lugares de celebração das memórias de vultos consagrados da história oficial, onde a tendência era “a constituição de acervos e coleções personalistas, etnocêntricas e monológicas” (2006, p. 32). Chagas aponta que esses museus celebrativos da memória do poder continuaram sobrevivendo e proliferando durante todo o século XX e alcançaram o século XXI.

No entanto, na perspectiva da nova museologia, é sempre possível uma nova leitura dos acervos museais, em direção a uma pluralidade de representações sociais e no sentido de implementar e incentivar a produção e divulgação de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural das comunidades, particularmente, no caso dos museus que se constituem como suportes às memórias das cidades, cujo ambiente urbano é constituído pela concentração de grupos sociais e étnicos diversos. Mais do que simples registros de um passado congelado no tempo, os acervos dos museus devem cada vez mais re-

presentar os valores coletivos das comunidades onde se encontram inseridos, de tal forma que os cidadãos possam encontrar significado nesses acervos e reconhecer neles aspectos constitutivos da suas próprias identidades. Nessa direção, o objetivo desse trabalho é discutir o direito às memórias negras, como uma dimensão fundamental da cidadania, através da análise do papel da imprensa negra, particularmente do jornal *O Exemplo*, na construção das memórias e identidades da comunidade negra de Porto Alegre. Aponto as representações e ensinamentos mais recorrentes desse periódico para a comunidade negra de Porto Alegre e sublinho a necessidade da preservação dessas coleções, como um passo importante para que as instituições museais de Porto Alegre possam contar outras histórias sobre a comunidade negra no pós-abolição, e não somente aquelas tradicionalmente contadas pela história oficial. Em termos metodológicos apropriado-me do conceito de *lieux de mémoire*, lugares de memória, do historiador francês Pierre Nora (1994) e considero as narrativas do jornal *O Exemplo*, como lugares de memórias negras, como espaços de transição da invisibilidade para a visibilidade, onde os afro-brasileiros reinventaram a liberdade e questionaram as desigualdades étnico-raciais no final do século XIX e na primeira década do pós-abolição. Michael Pollack enfatiza que as memórias negras são subterrâneas, parte integrante das culturas minoritárias, que se opõem à “memória oficial” e que afloram em momentos de crise, onde haja conflito entre memórias concorrentes (POLLACK, 1989, p. 4) Nesse sentido, o pós-abolição se configura como uma conjuntura favorável a irrupção dessas memórias marginalizadas ou silenciadas da escravidão, favorecidas pelo contexto de uma nova ordem política que acenava com a possibilidade da integração dos negros na sociedade

brasileira. O historiador Mitch Kachun (2003) aponta que a imprensa negra fornece uma janela única para o entendimento da construção das memórias coletivas negras e das vozes dissidentes dentro da própria comunidade negra. Na direção apontada por esse autor, considero o jornal *O Exemplo* um patrimônio multicultural de inestimável valor histórico, que merece ser preservado e tornado mais acessível aos diferentes grupos sociais, étnicos e culturais que fazem parte da cidade de Porto Alegre.

O memorial da Resistência de São Paulo: Direito à memória

Katia Regina Felipini Neves

Mestre em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal.

Coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo

Esta comunicação tem como objetivo evidenciar a importância da implantação de museus e memoriais voltados à preservação das memórias da resistência e da repressão políticas no Brasil tendo, como estudo de caso, o Memorial da Resistência de São Paulo.

Se comparados a outras tipologias de museus, os memoriais voltados às questões das arbitrariedades praticadas contra os direitos humanos ainda são em número bem reduzido, mas existem em praticamente todos os continentes. Embora assumam diferentes formas (condicionados ou não a estarem sediados nos próprios lugares de memória) e participem dos mesmos

dilemas sobre o que preservar e o que prescindir, têm objetivos comuns: conscientizar para o respeito à diferença, ao exercício da cidadania, à valorização da democracia e à defesa dos direitos fundamentais do homem.

Até onde se conhece, o Memorial da Resistência é o único lugar de memória desta natureza, no Brasil, que foi preservado e readequado para usos educativos e culturais. Por outro lado, no sentido contrário à tendência de colocar no esquecimento os períodos de exceção, tem havido uma movimentação para a criação de outras instituições que tratem dessas memórias políticas. O Memorial da Anistia Política, em fase de implantação pela Comissão de Anistia Política do Ministério da Justiça, é um dos exemplos.

O Memorial da Resistência de São Paulo é uma instituição dedicada à preservação das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano por meio da musealização de parte do lugar que foi sede de uma das polícias políticas mais truculentas: o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP. Seu programa museológico está estruturado em procedimentos de salvaguarda e comunicação patrimoniais por meio de seis linhas de ação: centro de referência, programa lugares da memória, coleta regular de testemunhos, exposições, ação educativa e ação cultural.

Resultado da vontade política do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, da reivindicação de cidadãos, especialmente do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, e do trabalho de profissionais de diferentes disciplinas e especialidades, como museologia, história, arquitetura, educação e comunicação, coordena-

dos pela Pinacoteca do Estado, sua principal característica está na articulação entre a utilização de um lugar de memória por excelência (o edifício que pertenceu ao Deops/SP), o potencial educativo com a musealização desse lugar (a exposição de longa duração e demais programas), articulado com as memórias de cidadãos que foram perseguidos, presos e torturados nesse lugar por sua militância política (a resistência).

Desde o início da implantação, o Memorial tem realizado uma série de atividades, como exposições temporárias, seminários acadêmicos e temáticos, interpretação de peça de teatro, mostra de filmes, lançamento de livros e debates. Além das visitas educativas, também oferece encontros com professores, rodas de conversa com ex-presos políticos e, ainda, desenvolveu o material de apoio ao professor, com subsídios pedagógicos para o trabalho em sala de aula. A importância dessas atividades está em sua capacidade de possibilitar o tratamento de temas muito variados, nos mais diferentes suportes, e têm atraído públicos bastante diversificados.

O Memorial da Resistência de São Paulo é, sobretudo, fruto do trabalho contínuo de um conjunto de profissionais, instituições e cidadãos em contínuo processo.

A vontade de memória o direito a museus: a criação do Ponto de Memória no Bairro da Terra Firme, Belém – PA

Ana Cláudia dos Santos da Silva

*Mestre em Memória Social e Documento
Museu Paraense Emílio Goeldi*

Apresentamos algumas reflexões sobre a experiência de construção de um dos pontos de memória no Bairro da Terra Firme em Belém, proposto pelo Instituto Brasileiro de Museus-Ibram. A proposta de criação de pontos de memória em 12 capitais brasileira tem como principal objetivo reconstruir a memória social e coletiva de comunidades, a partir do cidadão, de suas origens, suas histórias e seus valores (Ibram, 2009).

O bairro da Terra Firme pertence à bacia do rio Tucunduba, que se localiza a sudoeste da cidade de Belém, é um dos afluentes do rio Guamá. O Bairro possui uma área de 1.055.ha, sendo 575. ha aproximadamente área de baixada, o que equivale a 21,02% das áreas de várzea da cidade (QUADROS, 2007). O Bairro caracteriza-se pela baixa de qualidade de vida e altos índices de violência e marginalidade. A imagem deste bairro foi construída pela opinião pública como uma área de risco em termos de violência, o que para alguns de seus moradores não corresponde a empecilho para morarem neste bairro, visto que os mesmos têm uma visão totalmente diferente deste lugar, ou seja, como o local que eles escolheram para viver. Apesar dos altos índices de violência registrados, o bairro abriga instituições de ensino e pesquisa importantes, como exemplo, a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e o Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).

Segundo Fentress & Wickham (1992) “os grupos sociais constroem suas próprias imagens do mundo, para isso estabelecem uma versão acordada do passado ao destacar que estas se estabelecem devido as comunicações e não pelas re-

cordações pessoa.” Isto e o que ocorre com o Bairro da Terra Firme que apesar do estigma que carrega de um dos bairros mais violentos da cidade, traz em seus moradores um orgulho de dizer que moram neste lugar.

A história do bairro inicia na década de 40 quando as regiões de Belém mais afastadas do centro urbano começam a ser ocupadas. Desde o início os moradores do Bairro lutaram pelas suas “vontades”. O desejo de morar, de um lugar para viver mobilizou as pessoas que hoje fazem parte do bairro e que vieram de diversos lugares, tanto do Estado do Pará quanto de fora dele. O Museu Goeldi, através do Projeto Museu Leva Educação e Ciência a Comunidade, desenvolvido no Bairro desde os anos 80, começa a realizar em 2000, as oficinas de memória social para os moradores deste bairro. Esta ação tinha o objetivo estimular a mobilização da comunidade em torno da história local, na valorização de aspectos do cotidiano e do patrimônio cultural da comunidade, dando ênfase à memória como uma forma de exercício da cidadania. Todo este trabalho resultou em uma “*vontade de memória*” dos moradores do bairro que acabam levando o estigma de morar em um dos bairros mais violentos de Belém segundo o que retrata a mídia local. No entanto, para eles este Bairro é como qualquer outro de uma grande cidade, com suas vantagens e desvantagens.

A criação de um ponto de Memória no bairro vem reforçar a luta pela identidade e auto-reconhecimento destes cidadãos que constroem sua história de luta e conquistas e que guardam memórias dos vários momentos vividos. Desta forma tem-se a valorização de práticas comunitárias que buscam o desenvolvimento e a coesão social, em prol de melhorias das condições de vida e o

reconhecimento de sua identidade dos diversos atores participantes deste processo.

Museu Goeldi e a memória do Bairro de Terra Firme, Belém – PA

Helena do Socorro Alves Quadro

Pedagoga, especialista em Ação Educativa e Cultural em Museus.

Especialista em Educação Ambiental.

Mestre em Educação. Tecnologista sênior do Serviço de Educação e Extensão Cultural (SEC) da Coordenação de Museologia.

Coordena diversos projetos relacionados à educação ambiental no Goeldi.

Em atendimento a demandas históricas por iniciativas de divulgação científica que vão além da diminuição de desigualdades culturais, sociais e regionais, propõe-se iniciativa voltada ao cultivo de uma cultura de base científica entre um segmento de um bairro de uma cidade amazônica, Belém, que tem por referência conhecimento produzido na mais antiga instituição de pesquisa da Amazônia brasileira, o Museu Paraense Emílio Goeldi, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. Com ações sistematizadas de difusão, divulgação e comunicação de ciência, o Museu Goeldi tem contribuído ao longo de sua existência e, mais particularmente nos últimos 25 anos, para ações de aproximação de ciência e sociedade. Estendendo iniciativas para o seu entorno em áreas como o jornalismo científico, a educação em ciências, a museologia e a informação especializada, atendendo a população local e promovendo o conhecimento como bem inalienável de uma sociedade que representa

uma boa parte do futuro de uma das nações mais importantes do século XXI, o Brasil. Num casamento de Comunicação e Educação, binômio já conhecido e dominado por instituições, como o Museu Goeldi, argumenta-se pelo oferecimento de conteúdos, divulgação de conhecimento baseado em ciência de qualidade, promovendo atividades criativas no âmbito da educação em ciências voltadas para a comunidade que passarão a saber sobre o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, e, como cidadãos informados têm chance de inclusão social e, dessa forma, de se transformarem em atores no processo de redução de desigualdades. (BELTRÃO, 2009). Nesse sentido é que o Museu Goeldi coordena desde 1985 o projeto “O Museu Goeldi leva Educação em Ciência à Comunidade”, com o objetivo de: “valorizar as práticas comunitárias que estimulem o desenvolvimento pessoal e de coesão social, em prol de melhorias em suas condições de vida e o reconhecimento de sua identidade”. A maioria dos Centros Comunitários cadastrados neste Projeto são do bairro da Terra Firme. Este bairro está localizado na periferia de Belém, em área de condições sociais e ambientais precárias, pertencente à bacia do Tucunduba. Nessa área, o Museu Goeldi tem desenvolvido projetos visando à inclusão da comunidade ao conhecimento científico e à melhor qualidade de vida. A metodologia utilizada no Projeto foi buscar uma aproximação maior entre o objetivo do MPEG e os Centros Comunitários, viabilizada por meio de: aplicação de teste de sondagem, para detectar as necessidades das comunidades; levantamento do perfil socioeconômico; visitas orientadas ao campus de pesquisa e Parque Zoobotânico do MPEG; cursos para os professores leigos; palestras, seminários e eventos; avaliação oral e escrita ao final de cada semestre. Um resultado dessa aproximação é a participação dos seus moradores nas atividades

do Goeldi. Outro resultado do Projeto foi a parceria entre o setor de educação e os pesquisadores. O “Museu de Portas Abertas” é um exemplo disso, já que em 2009 todas as coordenações de pesquisa do campus receberam a comunidade. Ainda dentro desse trabalho em conjunto, os trabalhos de pesquisa desenvolvidos com e sobre a comunidade da Terra Firme já geraram artigos científicos, publicações, participações em congressos, oficinas, viagens, tudo para apresentar o Projeto que nunca foi interrompido, apesar das diversas mudanças de gestão. Além desses, o Festival de Gastronomia Inteligente, que se encaminha para a oitava edição em 2010, também é um desdobramento do Projeto. Os resultados dessas ações proporcionaram aos grupos sociais do bairro da Terra Firme a oportunidade no Programa Pontos de Memória, iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram e Ministério da Justiça. Já foi criado o Conselho Gestor do Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme e a comunidade participou em maio de 2010 da Oficina “Museu, Memória e Cidadania” que deu o pontapé inicial para a criação do Museu Comunitário do Bairro da Terra Firme, em Belém do Pará.

Projeto Museu Múltiplo: itinerância do Museu do Homem do Nordeste

Ciema Silva de Mello e Maria Fernanda Oliveira

Ciema Silva Mello é Doutora em Antropologia pela UFPE e

Servidora do Museu do Homem do Nordeste.

Maria Fernanda de Oliveira é Museóloga, Coordenadora de Museologia do Museu do Homem do Nordeste e

Diretora do Centro de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco

A frase de Boaventura Santos “*o objeto é a continuação do sujeito por outros meios*” constitui o marco teórico do projeto “Museu Múltiplo”, implementado com o fim de encarnar os princípios da museologia social em gente de carne e osso, pois, na comunidade museológica, dificilmente alguém discordará da idéia de que paradigma teórico algum resiste ao assédio de uma exposição deserta. Sem público não há, de fato, Museu. Convicção que levou o Museu do Homem do Nordeste - MUHNE a multiplicar-se no espaço dos seus representados: os nordestinos reais.

Objeto:

As representações contemporâneas da originalidade reconhecida à Cultura do Nordeste no cenário heterogêneo da nacionalidade. Ou seja, do ponto de vista do Museu do Homem do Nordeste, a atualização e a problematização – indispensável – da representação museológica da região.

Objetivo:

Legitimar a representação do Museu perante os seus representados, os nordestinos reais. Incorporar à exposição a representação – necessária – dos Nordeste dissidentes, isto é, dos Nordeste reais em curso, diversos do Nordeste da ficção dominante na qual a região permanece, ainda hoje, exclusivamente povoada pelos personagens da seca: o beato, o cangaceiro e o retirante. Resignificar democraticamente o acervo incorporando e/ou reanimando nos objetos, como convém a um museu de antropologia, a experiência viva dos seus artífices e usuários. Segundo o Es-

tatuto Nacional de Museus em vigor, elaborar um modelo museológico efetivamente capaz de transformar o Museu em agente ativo de inclusão e coesão sociais.

Metodologia:

Ações rigorosamente compartilhadas entre o Museu e os seus anfitriões selecionados na região entre comunidades – observe-se, à condição de participantes - geralmente excluídas dos circuitos acadêmicos e até, no limite, da vida civil: terreiros de candomblé, penitenciárias, acampamento de Sem Terra, etc. Do ponto de vista formalmente teórico, de acordo com o paradigma da origem do Museu, o culturalismo boasiano, o método empregado é o proposto pelo sucessor de Franz Boas na segunda metade do século XX, Clifford Gertz: a descrição densa, isto é, a socialização da autoridade etnográfica, antes privilégio do observador, com os observados, os quais adquirem, então, o direito de interpretar-se e o de enunciar, por si, sua vivência particular do Nordeste. Na seqüência da itinerância, o MUHNE irá transferir-se para os espaços de comunidades periféricas do ponto de vista hegemônico, nos nove estados que compõem a região, vale lembrar, povoada por 52 milhões de pessoas. O projeto teve início em Itabuna, limite geográfico da região ao Sul e será encerrado, no outro extremo, no Norte do Maranhão.

Resultado da pesquisa:

A revitalização institucional e semântica do Museu desencadeada pela assimilação da experiência viva dos representados à sua representação museológica. Em outras palavras: o exercício efetivo da museologia social.

Documentação de sítios arqueológicos no Recôncavo baiano

Emanuel Silva Andrade, Gilcimar Costa Barbosa, Lise Marcelino Souza e Henry Ludydy Abraham Fernandes

*Emanuel Silva Andrade é museólogo,
Coordenador de Políticas Museológicas da Executiva Nacional dos Estudantes de Museologia.
Gilcimar Costa Barbosa é museólogo.
Lise Marcelino Souza é museóloga.
Henry Ludydy Abraham Fernandes é
Doutor em Antropologia com concentração em
Arqueologia – UFBA*

O presente trabalho aborda os resultados obtidos através de um projeto desenvolvido no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - CAHL/UFRB, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB (*Projeto de Mapeamento de Sítios Arqueológicos nos Municípios de Cachoeira e São Félix-BA*), cujo objetivo foi localizar e documentar sítios arqueológicos nesses dois municípios, para desencadear a construção de um mapa arqueológico regional. Apresenta a metodologia empregada, o embasamento teórico, bem como o público envolvido. Além desses dados, mostra como a articulação entre o conhecimento tradicional empírico e o acadêmico pode contribuir para a efetiva produção de conhecimento científico.

O Projeto foi desenvolvido no período de 14 meses, entre janeiro de 2009 e março de 2010. Engajou docentes e discentes universitários, alunos e professores da rede estadual de ensino, bem como moradores das comunidades urbanas

COMUNICAÇÕES COORDENADAS – PROPOSTAS APROVADAS : : : RELATÓRIO DO 4º FNM

e rurais da região, que atuaram como disseminadores, multiplicadores e mediadores no processo de identificação e documentação, culminando no reconhecimento e ressignificação do legado arqueológico local. Todos os participantes contribuíram com a sua forma cultural de perceber o ambiente e suas experiências pessoais num processo que torna equivalentes e compatibiliza os saberes tradicionais populares aos saberes acadêmicos.

Os instrumentos e atividades práticas didáticas sucessivas e interdependentes criadas para atingir essa interlocução podem ser sintetizados aos quatro: uma cartilha didática amplamente ilustrada, impressa (1.000 exemplares) e doada a todas as escolas públicas, bibliotecas, centros culturais e outras instituições públicas dos municípios de Cachoeira e São Félix que permanece para uso da comunidade mesmo após o final do projeto; vários seminários ministrados pelos bolsistas do projeto, objetivando a capacitação do público escolar de nível médio no uso da cartilha no momento da aplicação dos questionários; elaboração e impressão de dez questões para entrevistas visando coletar dados relativos à presença de presumidos vestígios arqueológicos, aplicado na população regional pelos alunos secundaristas diretamente envolvidos e demais voluntários do projeto; e execução de campanhas para reconhecimento dos sítios indicados, tanto por via terrestre como por rota fluvial, executando o processo documental de levantamento das coordenadas geográficas com o GPS, amplo registro fotográfico, bem como uma descrição sucinta do contexto visto.

Paralelamente, esse projeto desencadeou um trabalho de desmistificação, aproximação e socialização do conhecimento acadêmico, despertando

espontaneamente a população para o reconhecimento e valorização do seu legado arqueológico comum, ou seja, a criação e inclusão em uma consciência preservacionista. Desta forma, o envolvimento direto da população familiarizada com o ambiente permitiu resultados amplos e eficazes na percepção do legado arqueológico, na produção compartilhada de conhecimento científico e na autogestão local dos sítios. Por meio de tal processo, ao todo foram identificados 53 (cinquenta e três) sítios em cinco municípios do Recôncavo Baiano. Os quais foram documentados na elaboração de um mapa e um caderno ilustrado (104 fls.), que estão em fase de publicação e também serão doados às instituições públicas dos municípios abrangidos.

Museu das Culturas Dom Bosco: No Caminho das Almas Bororo – O direito à memória e a museus

Aivone Brandão e Dulcília Silva

Aivone Brandão é professora, Museu das Culturas Dom Bosco

Dulcília Silva é professora, Museu das Culturas Dom Bosco

Objeto:

Rito fúnebre da etnia Bororo

Objetivo Geral:

Dar aos Bororo o direito à memória e a museu

Objetivos específicos:

Desmontar as vitrines do antigo Museu Dom

Bosco de Campo Grande-MS onde estavam preservados ossos preparados para o rito fúnebre da referida etnia; fazer a retirada dos ossos sob orientação dos Bororo; supervisionados pelos Bororo, higienizar e acondicionar os ossos para futuramente serem transportados para um novo espaço museal em construção; transporte dos ossos para o novo espaço; realização de etapas do rito fúnebre original para conduzir os ossos até seu espaço expositivo, trabalho realizado por Bororos vindos da Aldeia de Meruri, especialmente para isso.

Metodologia:

O museu considerou que o procedimento ético ideal devia partir da convocação de uma reunião com os Bororo para que estes pudessem assumir a direção dos trabalhos segundo sua cultura. Assim, a metodologia caracterizou-se pela integração dos conceitos e práticas comuns aos museus no referente à preservação, conservação e acondicionamento de objetos sagrados e os conhecimentos naturais aplicados à mesma situação pelos Bororo; pela consolidação da importância de fazer do museu um espaço de revitalização da memória dos povos que tem seu patrimônio cultural aí preservado; e pelo registro fílmico e fotográfico a partir da autorrepresentação bororo.

Resultados:

Essa experiência retornou à aldeia sob a forma de fotografias e um registro documental em DVD. Foi avaliada e o museu informado de que, a partir daquele momento, a vitrine onde foram depositados os ossos rememorando cenas do ritual fúnebre havia se tornado um espaço sagrado por onde caminham as almas.

Resumo:

Os Bororos priorizam as questões da vida e da morte, que tanto preocupam os seres humanos e as ciências, de um modo geral, buscando na beleza e na profundidade de seus rituais justificar o início e o fim do ciclo da vida humana de uma forma mais amena, por meio da eternidade da alma. Outro fato que o Museu das Culturas Dom Bosco não poderia deixar de considerar é que, para os Bororo, os mortos ali representados pelos ossos e crânios enfeitados, transformaram-se em Aroe e podem circular pelos três céus revisitando a aldeia, seus parentes, tanto para apoiar ou premiar quanto para castigar, uma vez que as metas fundamentais da instituição passaram a ser a promoção de uma abertura democrática à diversidade cultural humana (tanto no sentido do tratamento com seu objeto quanto no tratamento com os seus diferentes públicos) e a desconstrução dos discursos naturalizados sobre o mundo e a sociedade buscando compreender e experienciar outras lógicas culturais de articulação de sentidos para a realidade. Por isso, o museu convidou os Bororo de Meruri para participarem do plano de desmontagem, acondicionamento e transferência de alguns dos objetos sagrados contidos em seu acervo penas de arara, como mandam as suas tradições a respeito do tratamento do corpo para o enterro definitivo.

A implantação do Museu da Cachaca de Salinas (MG): análise da discussão do planejamento museológico com a comunidade local

Greciene Lopes dos Santos, Silvania Sousa do Nascimento, Flávia Klausing Gervásio

COMUNICAÇÕES COORDENADAS – PROPOSTAS APROVADAS : : : **RELATÓRIO DO 4º FNM**

Greiciene Lopes dos Santos é pedagoga e Membro da equipe interdisciplinar do Laboratório de Estudos Museus e Educação LEME /FaE/ UFM.

Silvania do Nascimento é doutora em Didactique Des Disciplines - Sciences et Technologies pela Université Paris VI (Pierre et Marie Curie.

Flávia Klausing Gervásio é Doutoranda em Museologia e Patrimônio pela UFERJ.

Resumo:

Implantar um museu, entre outras coisas, demanda uma reflexão sobre sua sustentabilidade e identidade. Além disso, requer que seus programas de trabalho sejam articulados de forma a atender as expectativas do público, tornando-se aberto a diferentes narrativas e às circunstâncias locais em que está inserido. Os museus buscam abordar os temas a partir da contemporaneidade e simultaneidade temporal existente na sociedade e conciliam questões que, até então, eram consideradas separadas: a ciência, a técnica, a arte e o homem.(NASCIMENTO, 2009).

Esta comunicação tem como objetivo discutir o processo de implantação do Museu da Cachaça de Salinas, em Minas Gerais. Esta cidade está localizada em uma das regiões de menor índice de desenvolvimento humano do estado e não possui nenhum equipamento cultural. O Museu apresenta um dos produtos mais tradicionais da cultura do país, mas que representa um controverso imaginário nas comunidades da região. O Planejamento Museológico foi construído a partir de uma abordagem sociológica e antropológica dos grupos sociais, do imaginário e do uso social dos destilados. Destacamos os conceitos estruturantes que nos nortearam para o desenvolvimento deste documento: a produção,

o consumo e a circulação da cachaça enquanto bem patrimonial. Tais conceitos visam dialogar com saberes tradicionais e conhecimentos científicos e tecnológicos da produção de destilados. Nesta comunicação, apresentaremos os resultados da análise do discurso dos participantes da comunidade de Salinas, no primeiro debate de discussão do planejamento museológico. Tal análise visa discutir a adequação do Planejamento ao imaginário da comunidade sobre a relação sócio histórica e econômica da cachaça, possibilitando assim aproximar o público da memória da região. Desta forma, esperamos ampliar o acesso a memória social atrelada a cachaça, onde enfrentaremos o desafio de discutir as polêmicas em torno do seu uso social e econômico.

Comunicações Coordenadas – propostas aprovadas

Pôsteres

A informação indígena no ciberespaço, o caso dos museus virtuais

Alejandra Aguilar Pinto

Alejandra Aguilar Pinto é doutoranda Ciência da Informação, CID-UnB

A memória indígena tem uma relação direta com a identidade étnica, pois através da memória, dos vínculos com o passado, se estaria dando força para a formação desta identidade (TRUZZI, 2007, p.268). Assim o conhecimento indígena é entendido aqui como aquele produzido originariamente pelos mesmos indígenas, sendo a base deste a própria memória, a qual as políticas culturais governamentais têm denominado de patrimônio cultural imaterial/intangível.

Por meio dos resultados obtidos, reconhecemos que os museus são as entidades que têm dado a melhor organização e espaço às informações indígenas, ao resgatar, resguardar, proteger e armazenar os mais diferentes tipos

de documentos, que no caso da área indígena não está só representada pelos documentos textuais. A cultura material e espiritual, através de diferentes objetos como cerâmica, instrumentos musicais, adornos plumários, armas, entre outros são um tipo de informação que só é organizada e controlada nos museus, constituindo uma valiosíssima informação por falta de dados escritos, o que acontece em várias culturas. O que se pode perceber na Internet é que os museus tradicionais têm alcançando êxito, pois a rede veio oferecer um novo espaço, neste caso virtual - eletrônico, ampliando as possibilidades de difusão dos seus acervos. O público atingido agora é muito mais amplo e heterogêneo, já não precisa deslocar-se de seus locais para visitar as salas ou serviços oferecidos. A informação iconográfica no espaço virtual é a que tem saído ganhando, sendo atrativo ver esculturas, jóias, pinturas, ou qualquer outra expressão cultural, em detrimento de visitar o próprio museu. Existe um novo foco de atração para os museus, os quais antes de colocar suas informações na Rede, não estimulavam adequadamente sua visitação pelo público, estando seu objetivo pedagógico-aprendizado diminuído. A situação está mudando e os novos “museus virtuais” estão transformando a cara dos museus “antigos”, incentivando não só a visita virtual como também a visita direta a seus acervos.

Museu, memória e o acesso ao deficiente visual: a ação cultural do projeto “veja com as mãos”

Thais Regina Franciscon de Paula

Thais de Paula é mestranda em Ciência da Informação, UNESP. Bacharel em Biblioteconomia, UEL

O trabalho teve como objeto de estudo e discussão o projeto “Museu, um projeto de inclusão: veja com as mãos”, realizado no Museu da Bacia do Paraná, em Maringá, Paraná. O projeto proporcionou aos deficientes visuais o acesso às informações da cidade de Maringá, pertencentes ao museu, por meio da tradução de seus objetos e fotos em braille, de maquetes de monumentos da cidade, e também, a confecção de desenhos em alto relevo e mapas táteis da região Norte do Paraná. Sua análise foi pautada na Ação Cultural no âmbito da Ciência da Informação, na qual dialogou com os verbos “informar, discutir e criar”, existentes em espaços informacionais e culturais. Entende-se aqui o ambiente museológico - tal como biblioteca, arquivos, centros de memórias, centros de documentação, equivalentes a centros informacionais e culturais - como espaço de mediar informação e conhecimento.

A análise foi pautada em questões semi-estruturadas aplicadas na entrevista, que apresentou como resultados a respeito do projeto e sua ação na sociedade, que os participantes e a equipe apontaram satisfação com a atividade desenvolvida. Também no que se refere a museu como espaço informacional e de memória, houve mudança de entendimento de suas funções, os participantes relataram descobrir uma nova

dimensão de museu, que antes era entendido apenas como local de salvaguarda, inacessível à população. Após a ação do projeto, o público atendido mostrou entender o museu como espaço de informação, discussão e criação construído junto com a sociedade. Também ressaltaram a importância de um projeto como este permitir a inclusão não só de deficientes visuais, mas também abranger o público em geral.

Os museus de ciências e o programa de educação de jovens e adultos (peja)

Silvilene de Barros Ribeiro Morais

Silvilene Morais é bacharel em Museologia – UNIRIO

Curso de Especialização em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde (FIOCRUZ)

Orientador: *Douglas Falcão - MAST*

Este estudo foi desenvolvido no decorrer do Curso de Especialização em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde (FIOCRUZ), concluído no corrente ano. Objetivamos, através desse trabalho, enfatizar a relevância da divulgação científica para a formação dos alunos que integram o Programa de Educação de Jovens e Adultos do Município do Rio de Janeiro (PEJA), em processo de alfabetização, como instrumento de inclusão social e cidadania; informar, de forma sucinta, o perfil do estudante do PEJA; desenvolver uma análise sobre os aspectos fundamentais para a elaboração de um trabalho de divulgação científica destinado a atingir de forma eficiente esse público específico do PEJA; refletir sobre o papel social dos museus na sociedade contemporânea e se eles têm uma contri-

buição relevante a oferecer em relação a aprendizagem e a inclusão social dos alunos em processo de alfabetização; ampliar o conhecimento sobre o segmento de estudantes do Programa de Educação de Jovens e Adultos. Optamos pela realização de uma pesquisa que especificasse as características desse público, assim como revelasse a percepção que eles têm das visitas aos museus e a relação do tema escolhido com as suas vidas, a partir dos relatos de suas memórias e vivências, visando demonstrar a importância social dessas atividades e um melhor atendimento por parte das instituições.

O projeto foi desenvolvido a partir da análise dos dados apresentados na pesquisa, os conteúdos abordados nas exposições, os diversos materiais e metodologias de divulgação da ciência consultados durante o Curso de Especialização e as atividades educativas do Museu da Vida (FIOCRUZ) e do Museu da Astronomia e Ciências Afins (MAST), relacionando-as as especificidades e experiências vividas pelos alunos do PEJA, a fim de organizar uma atividade de visitação às instituições e uma oficina de divulgação científica em sala de aula, além de uma apostila com o registro das atividades e conteúdos que pudesse ser utilizada por estudantes e professores em sala de aula, com o objetivo de ampliar e enriquecer o processo de aprendizagem.

Exposição gente do divino

Penélope Saliveros Bosio Loponte

Penélope Loponte é museóloga, Ibram

A exposição “Gente do Divino” foi montada em Paraty, durante a Festa do Divino em maio de 2009, como parte das comemorações da 7ª

Semana Nacional de Museus, numa parceria do Ibram com a comunidade de Paraty. O objetivo foi retratar a Festa do Divino, festa religiosa mais importante de Paraty, explicitando a relação entre o povo paratiense e a festa e colocar em evidência seus principais atores: as pessoas que organizam, que fazem com que a festa aconteça. Com a realização da exposição “Gente do Divino” pudemos mostrar quem são essas pessoas que fazem com que a Festa do Divino aconteça todos os anos, como a sociedade paratiense está envolvida com o festejo e como a festa realmente faz parte da memória da cidade.

O resultado da exposição foi um duplo reconhecimento, por um lado a sociedade paratiense se viu como importante agente na realização da festa e, por outro lado, as pessoas de fora, o público em geral pôde perceber a importância da sociedade paratiense para a perpetuação da tradição da Festa do Divino. A população participou ativamente da realização da exposição, fornecendo fotos e informações. A exposição foi montada novamente este ano, no Museu Forte Defensor Perpétuo, em Paraty, durante as comemorações da 8ª Semana Nacional de Museus.

Memórias africanas no museu vivo do São Bento

Nielson Rosa Bezerra

Nielson Bezerra é doutor em História – UFF/ CNPq, diretor de Pesquisa e Assuntos Pedagógicos do Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense, órgão gestor do Museu Vivo do São Bento

O Museu Vivo do São Bento constitui o primeiro Museu de Percurso da Baixada Fluminense

se. Desde a década de 1980, um conjunto de professores e militantes educadores juntamente com alunos de escolas públicas e estudantes universitários de Duque de Caxias organizaram um roteiro de visita que deu origem às principais atividades do Museu Vivo do São Bento. No território do Museu Vivo do São Bento existe a antiga Fazenda de São Bento do Iguaçú que remonta o século XVII. Da mesma forma, também existe uma série de vestígios do Núcleo Colonial do São Bento, criado como parte da ação do governo Vargas na Baixada Fluminense. Existe uma forte relação do trabalho africano presente nas atividades realizadas no contexto do Museu Vivo.

Assim, a presente pesquisa pretende apresentar um panorama das Memórias Africanas que existem nas atividades do Museu Vivo, visto que a sede do Museu Vivo guarda a Capela de Nossa Senhora do Rosário, principal referência católica dos escravos africanos na região durante o período colonial. Além disso, diferentes documentos do século XIX remetem à luta quilombola, como forma de resistência escrava. Recentemente, identificou-se um conjunto de documentos iconográficos sobre o período do Governo Vargas, o que revelou uma forte presença afrodescendente na população do Núcleo Colonial do São Bento. Portanto, a presente pesquisa tem por objetivo estabelecer uma análise das Memórias Africanas considerando diferentes temporalidades e significados da presença africana em uma cidade do entorno do Rio de Janeiro.

Museu, memória e vida

Carlos Daetwyler Xavier de Oliveira e Newton Fabiano Soares

Carlos de Oliveira é adm. Empresas, Museu da República

Newton Soares é museólogo, Ass. Ser Cidadão

O exercício da educação deve ser pensado como um processo de formação democrático e plural. Partindo desse pressuposto, a Associação Ser Cidadão desenvolve a linha de estudo Museu, Memória e Vida. Trabalho desenvolvido por um grupo de educadores conscientes da importância da promoção à construção da identidade pessoal e social, assim como a valorização e a preservação do patrimônio cultural e ambiental entre jovens de 16 a 20 anos, residentes, em sua maioria, em áreas de situação de risco e devidamente matriculados no ensino formal de educação. O projeto é realizado, inicialmente, a partir de percepções individuais acerca do patrimônio, aquele que recebemos, a nossa herança, o conjunto de bens, direitos e obrigações referentes a uma pessoa. Quando estes “patrimônios” são somados, percebidos e valorizados pelo resto do grupo, começamos a desenvolver as noções de construção social e identidade presentes no patrimônio.

A partir deste ponto o grupo está pronto para trabalhar a sua memória social. Como você vê a sua comunidade? Qual é a sua história? Quem são os seus fundadores? Que patrimônios podem ser encontrados em seu bairro? Comparamos reportagens de jornais, por exemplo, com os artigos da constituição. Será esta acessível a todos? É adequada? É atual? De que forma podemos contribuir para sua melhora? O patrimônio natural e a preservação do meio ambiente não podem ser esquecidos, já que cuidar deles é cuidar do patrimônio maior que dá sentido à existência de todos os outros, o patrimônio Vida. Não adianta falarmos de museu e memória como patrimô-

nios se não temos antes de tudo um “patrimônio maior”, o patrimônio vida, do qual todos os outros “patrimônios” derivarão e farão sentido.

Emoções em desalinho - memórias do trabalho

Célia Maria Corsino e Naila Garcia Mourthé

Célia Corsino é museóloga, MAO

Naila Mourthé é pedagoga, MAO

Êxtase, surpresa, ternura, irritação, reconhecimento, decepção, alegria, nostalgia, tristeza, gratidão, compaixão, estas são apenas algumas, do emaranhado de emoções que invadem o Museu de Artes e Ofícios cotidianamente. Não há como não se comover com este encontro ou reencontro que o Museu oferece aos seus visitantes. Assim, a história da gente simples que com sua contribuição silenciosa, ou silenciada, efetivamente construiu este país. Pretende ser identificado como museu do trabalho, eixo transformador da sociedade, desvelar conexões nos gestos que dão vida aos objetos e são reveladores das sociedades e dos indivíduos, nas práticas, na transmissão do conhecimento, no relato, nos objetos cotidianos.

Seu conceito gerador aborda o trabalho como herança patrimonial especialmente ao que se refere aos gestos, às técnicas, à multiplicidade dos ofícios, às formas de subsistência e de organização sociocultural, à apropriação e transformação do território e da natureza. Os resultados ora apresentados são fruto dos muitos anos de diálogo estabelecido entre o museu e o público, não sendo derivados de uma pesquisa formal. Para tanto, destacamos a recepção de alunos da

Educação de Jovens e Adultos, com as especificidades que lhes são peculiares. Os mais de 4000 alunos da EJA, que são quase sempre trabalhadores, são atendidos com prioridade.

Projeto Pontearte: uma ponte entre o MABE e seu entorno

Moema de Bacelar Alves

Moema Alves é historiadora, coordenadora da Divisão de Ação Educativa, Museu de Arte de Belém

O Museu de Arte de Belém (MABE) foi instituído em 1991 como um departamento da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), pertencente à Prefeitura Municipal de Belém. Localizado no centro histórico de Belém, no bairro da Cidade Velha, desde sua inauguração, em 1994, atua na aproximação com seu entorno. No ano de 2008, a Associação Cidade Velha Cidade Viva (CiVViva), associação de moradores do Bairro da Cidade Velha, contactou o Museu de Arte de Belém para otimizar o atendimento de crianças e adolescentes do bairro. Neste sentido, o MABE, através de sua divisão de Ação Educativa, criou o “Projeto Pontearte” e desde então vem trabalhando a integração entre museu e sociedade através do projeto, que se desenvolve todas as terças-feiras de março a junho e de agosto a dezembro em duas turmas, uma pela manhã e outra pela tarde.

O objetivo do projeto, além de aproximar o contato de crianças e adolescentes com o MABE, facilitando o acesso ao seu acervo e criando assim um espaço de convivência, sensibilização e comunicação, é também de reconhecer e valorizar a identidade de cada criança; identificar

as relações da criança consigo mesma, com a família e com o grupo de trabalho do museu; sustentar o sentido de pertencimento aos grupos sociais de convívio e ao bairro em que mora; despertar o gosto pela apreciação estética e valorização do patrimônio cultural ao seu redor; e desenvolver atividades tendo como referência o espaço e acervo do MABE, bem como o espaço de habitação e lazer das crianças. Partindo do entendimento de que um museu tem funções formativas e culturais no processo de construção social, o Projeto Pontearte se propõe a ser mais um meio de difusão das artes visuais e de produção cultural.

Memória social e processo de musealização em Santa Bárbara do Pará

Maria do Socorro Reis Lima

Maria Lima é antropóloga do curso de Museologia da UFPA, Instituto de Ciências da Arte Faculdade de Artes e Museologia, Curso de Museologia, Atelier de Artes

A memória social dos antigos operários do projeto piloto do governo brasileiro de dendeicultura, instalado no atual município de Santa Bárbara do Pará em 1965, está sendo coletada e registrada e estamos iniciando o processo de inventário de seu patrimônio, já que área está perdendo as características rurais e assim sua identidade cultural. O fim da coletividade-memória coincide com o crescimento urbano-industrial, que representa a ruptura de um elo de identidade, pois a memória emerge de um grupo que ela une. O aspecto social pesou com grande relevância para a escolha, em 1965, da área indicada para regiões de população de baixa renda a época da

implantação do projeto piloto de dendeicultura pelo governo federal, além das condições geológicas e hídricas apresentadas na área, recortadas por vários rios, o projeto teve êxito até o aparecimento de praga na dendeicultura.

O objetivo de registrar a memória coletiva da área conhecida como Denpasa é revitalizar a identidade social ameaçada pela possibilidade de perda de seu patrimônio e assim identificar com a comunidade seu patrimônio histórico, cultural e ambiental para fins de inventário atendendo a uma demanda desta comunidade, que almeja preservar seu patrimônio. Utilizamos a perspectiva interdisciplinar com o aporte teórico-metodológico da museologia e da antropologia com levantamento documental, pesquisas bibliográficas, trabalho de campo, observação, observação participante, entrevistas, história oral, registros visuais e a documentação museológica. Os resultados preliminares apontam para uma demanda acentuada na preocupação de preservação do patrimônio pela comunidade constatada nas entrevistas, que apresenta sua auto-estima elevada por ser alvo de estudo por uma instituição científica. No entanto, como estiveram muito tempo sob a tutela do projeto de dendeicultura posteriormente privatizado, a comunidade se sente incapaz de gerir seu patrimônio.

Encantamento e estranhamento - como moradores e não moradores de Belo Horizonte experimentam o MAO

Maíra Freire

Maíra Freire é turismóloga e mestre em Museologia e Patrimônio

Orientadora: Sibele Cazelli, mestre e doutora em Educação

Pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMus) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no período de março de 2008 a fevereiro de 2010. O trabalho adotou como eixo condutor o conceito de experiência museal para investigar se os moradores e os não moradores de Belo Horizonte desenvolvem uma experiência turística ao visitarem o MAO. Os sentimentos de pertencimento e os níveis e tipos de apropriações que os visitantes demonstram em relação ao Museu de Artes e Ofícios (MAO) foram investigados, fornecendo assim, informações sobre como o cidadão exerce seu direito à memória, ao lazer e ao turismo quando vai ao museu.

Entre os resultados da pesquisa destaca-se a confirmação do museu enquanto local de troca de experiências entre diferentes gerações, transmitido e valorizando o conhecimento dos trabalhadores pré-industriais brasileiros. Foram também identificados os aspectos que contribuem para dar ao visitante uma experiência turística, ou seja, que despertam sensações e emoções de uma “viagem no tempo e no espaço”. Com isso, uma nova forma de classificação dos visitantes do MAO foi proposta: i. visitantes moradores de Belo Horizonte que vivenciam uma experiência turística dentro do museu; ii. visitantes moradores de Belo Horizonte que não vivenciam uma experiência turística dentro do museu; iii. visitantes que não residem em Belo Horizonte e desenvolvem uma experiência turística dentro do museu; e iv visitantes que não residem em Belo Horizonte e não desenvolvem uma experiência turística dentro do museu.

Ecomuseu do Ferreiro: desejo de memória no antigo arraial

Arthur Sacramento Camargo Costa e Lucinete Aparecida de Moraes

*Arthur Costa é turismólogo, A.P.A. Serra Dourada
Lucinete de Moraes é acadêmica de história, Universidade Estadual de Goiás*

Este trabalho tem o objetivo de apresentar um estudo para a implementação de um museu com uma nova configuração – a museologia social, que pretende, através dos elementos representativos do passado e presente, permitir a compreensão da história e da formação da identidade do povo goiano. A implementação de um museu que se constitua em centro de referência para a comunidade tem o propósito de valorizar a preservação do patrimônio cultural, assim como proporcionar aos visitantes o conhecimento de valores, costumes, história, dados e elementos que possibilitem, de certa maneira, reafirmar a composição histórica e de identidade local.

O Arraial do Ferreiro é uma das mais antigas povoações do estado de Goiás, sendo anterior a 1726. Foi criado em razão de um ferreiro que, à época do descobrimento das minas de ouro, se assentou no lugar fazendo surgir um pequeno núcleo urbano. Atualmente, verifica-se apenas um edifício do século XVIII que ainda se apresenta parcialmente conservado: a Igreja São João Batista, construída em 1761, com o cemitério em anexo. Este mesmo espaço hoje é dividido com o Projeto de Assentamento Serra Dourada e, vivenciado por pequenos agricultores beneficiados pela Reforma Agrária.

Cuidando de memórias e patrimônios: experiências no museu sobre a Universidade Federal de Alfenas

Luciana Menezes de Carvalho e Antônio dos Reis Lopes

Luciana Carvalho é museóloga, Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas

Antônio Lopes é discente de Farmácia, Universidade Federal de Alfenas

Com quase cem anos de tradição no ensino superior, a Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG – estabeleceu, para preservação de suas memórias e patrimônios, a criação do Museu da Universidade Federal de Alfenas, hoje Museu da Memória e Patrimônio – MMP-Unifal-MG. Ainda em fase de implantação, o MMP-Unifal-MG visa despertar o interesse da comunidade acadêmica na sua própria construção enquanto museu, objetivando propiciar a esta comunidade, principalmente aos discentes que já atuam no museu, uma relação diferenciada com o patrimônio e a memória. Para alcançar tal objetivo, o MMP-Unifal-MG gerencia dois projetos de extensão - "Planejando o Museu da Unifal: a relação dos discentes com o patrimônio e a memória da Unifal" e "Entre Ontem, Hoje e Amanhã: (re) construções da Memória da Unifal-MG". O primeiro projeto visa desenvolver etapas básicas de criação de um museu: elaborar políticas internas, organizar, higienizar e acondicionar o acervo; idealizar e montar exposições, entre outras atividades. Já no âmbito do segundo projeto, o objetivo é propiciar a permanente construção da memória da Unifal-MG trabalhando continuamente as experiências registradas e (re) constru-

ídas de ontem, vividas no hoje, num contínuo processo de celebração da Memória, para uma trajetória em direção ao amanhã.

Tem por objetivo propiciar um envolvimento dos discentes, docentes e funcionários com a cultura, o patrimônio e a memória da Unifal-MG; (re)construir permanentemente as "memórias" desta instituição; contribuir para a formação e capacitação profissional do discente envolvido e na formação como cidadão que valoriza manifestações culturais. Dentre os resultados alcançados é possível destacar: higienização das peças expostas na mostra temporária "Sobre Muitas Coisas: A Importância do Museu e da Preservação do Patrimônio da Unifal-MG"; elaboração de fichas catalográficas, que em breve serão disponibilizadas no site do MMP-Unifal-MG, em formato pdf; pesquisa histórica de peças do acervo – esta foi feita tanto em livros especializados como através de entrevistas com atuais e antigos funcionários da Efoa/Unifal-MG. Os discentes higienizaram mais de 500 fotografias e catalogaram mais de 200 fotografias. Montamos, ainda, a pequena mostra "Unati: novos olhares, muitas experiências para contar", no âmbito do evento I Primavera nos museus na Unifal-MG.

O processo de tombamento do terreiro filhos de obá e a construção da identidade afro-brasileira em Sergipe

Janaina Couvo Teixeira Maia de Aguiar

Museologia, UFS

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de tombamento do Terreiro Filhos de Obá,

buscando compreender a assimilação da idéia de tombamento dos agentes envolvidos e os conflitos existentes neste processo. O Terreiro Filhos de Obá é considerado um dos principais representantes da religião afro-brasileira em Sergipe, localizado no município de Laranjeiras, cidade histórica e que durante o século XIX era o pólo da economia açucareira do estado, concentrando um grande número de mão de obra escrava africana.

Para desenvolver este estudo utilizamos a metodologia da história oral temática, com entrevistas focalizadas em roteiros pré-definidos direcionadas à comunidade religiosa afro-brasileira e os agentes envolvidos no processo de tombamento, além da análise documental voltada à interpretação dos documentos relativos a este processo, observando de forma criteriosa os discursos, os silêncios como falas referentes aos papéis e interesses dos agentes envolvidos. As primeiras análises nos mostram que houve a ausência de um envolvimento direto da comunidade religiosa afro-brasileira neste processo, o que impulsionou este estudo a tomar o corpo de uma pesquisa exploratória coadjuvante às de caráter formativo, estimulando e direcionando futuras estratégias de comunicação museológica, voltadas para a divulgação e apropriação de discurso sobre este patrimônio, com o maior envolvimento desta comunidade.

O passado é intocável, o futuro é intacto: imagens de cidadania

Idanise Sant’Ana Azevedo Hamoy

Idanise Hamoy é mestrandia em Artes, Universidade Federal do Pará

Com a realização da exposição “Memória da loucura” e a mostra fotográfica “Saúde mental: novo cenário, novas imagens” do “Programa de volta para casa” organizada pelo Centro Cultural da Saude - CCS, no Museu Histórico do Estado do Pará – MHEP, no período de sete de maio a sete de junho de 2009, foi desenvolvida ação educativa com o objetivo de ampliar e fomentar a reflexão de profissionais de saúde, gestores, usuários e familiares de portadores de doenças mentais com uma abordagem artística estimulando o entendimento e a prática dos conceitos atuais da Saúde Mental.

A ação educativa foi planejada considerando primeiramente o perfil do público esperado de profissionais de saúde, usuários e seus familiares do programa de Saude Mental, e tendo como referência os conceitos da psiquiatra brasileira Nise da Silveira que une a estética da recepção, produção artística e psicanálise. A seleção dos mediadores para a exposição recaiu sobre acadêmicos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará – UEPA, com a finalidade de esclarecer ao público o percurso das formas de tratamento psiquiátrico no Brasil, as influências estrangeiras, o panorama da assistência psiquiátrica, os isolamentos e terapias repressivas e desumanas que aconteceram no passado, e o processo de humanização que vem ocorrendo como direito do paciente e de sua família.

Memória, desenvolvimento e qualidade de vida: panorama museal do município de Niterói

Heloísa Helena Leal Mendes Magalhães e Thiago Lopes de Freitas

COMUNICAÇÕES COORDENADAS – PROPOSTAS APROVADAS : : : **RELATÓRIO DO 4º FNM**

*Heloísa Magalhães é graduanda em Museologia,
UniRio*

*Thiago de Freitas é graduando em Museologia,
UniRio*

O estudo foi possibilitado através do projeto “Memória, Cultura, Transformação Social e Desenvolvimento: Panorama Museal do Estado do Rio de Janeiro”, coordenado pela Professora Doutora Regina Abreu (UniRio) e Professor Doutor Mario Chagas (UniRio/Ibram) e com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Este projeto tem por finalidade conhecer e dar visibilidade aos museus das diferentes regiões fluminenses, relacionando-os com a comunidade e a paisagem que estão inseridos. O trabalho tem por objetivo mapear os museus de Niterói e compreender a relação destes com a comunidade local e a paisagem.

O município de Niterói, situado na região metropolitana fluminense, possui altos índices de desenvolvimento econômico e social. Os museus de Niterói atuam na difusão da memória para a comunidade local e para o turismo. Percebe-se casos como o do Museu do Ingá que funciona na antiga sede do Governo Fluminense, que atua como um centro de memória niteroiense (e fluminense), o Museu de Arte Contemporânea que se torna símbolo da cidade, ilustrando um ideal de qualidade de vida, e o Museu de Arqueologia de Itaipu que surge à partir da “vontade de museu” da comunidade do entorno.

Guardar, guardar, guardar: coleções, memória e educação patrimonial

Fernanda Bem e Marcio L. Rodrigues

Museu Histórico de Pinhalzinho/SC

Esta comunicação tem como objetivo socializar as experiências pedagógicas e de educação patrimonial que são realizadas no Museu Histórico de Pinhalzinho/SC, destacando, especialmente, o projeto “Guardar, guardar, guardar: coleções, memória e educação patrimonial”, que oportunizou o direito a memória e aos museus aos colecionadores da comunidade local e regional. A iniciativa tem como objetivo promover a pesquisa, divulgar as coleções, os colecionadores e a história que está relacionada a cada coleção. O projeto envolveu quinze colecionadores que, ao longo de suas vidas, guardaram os mais diferentes objetos, tais como: relógios, utensílios que representam a cultura alemã e italiana, objetos relacionados ao tropeirismo, bules, moedas, carros em miniatura, flâmulas, revistas e material esportivo. Para o desenvolvimento do projeto foi necessário seguir algumas etapas, tais como: mapeamento dos colecionadores; entrevista, registro fotográfico e filmagem do acervo de cada colecionador; elaboração de um banner com texto e fotografias de cada colecionador; montagem e editoração de um audiovisual dos quinze colecionadores; organização da exposição no Museu Histórico de Pinhalzinho; divulgação do Projeto; agendamento das visitas; realização das oficinas de educação patrimonial com os alunos do ensino médio e fundamental das escolas locais e da região.

O projeto teve início no mês de fevereiro e segue até setembro de 2010 com as oficinas de Educação Patrimonial. Entre os resultados podemos destacar: envolvimento da comunidade com as atividades desenvolvidas pelo Museu; promoção do acesso ao Museu de pessoas e coleções que estavam guardadas e eram pouco conhecidas;

socialização de conhecimentos e estudos sobre a origem dos museus; dinamização de oficinas de educação patrimonial com atividades direcionadas de acordo com a faixa etária, sobre os colecionadores, a história e a trajetória dos museus no Brasil e em Santa Catarina. Por fim, vale destacar que esta pesquisa, aliada a montagem da exposição e a dinamização das oficinas de educação patrimonial permitiram, de certo modo, o direito à memória, direito aos museus – proposta temática do 4º Fórum Nacional de Museus.

MAITC - Museu de Arqueologia Industrial Thomaz Cruz

Dalmo Dippold Vilar e Filomena Pugliese Fonseca

Dalmo Vilar e Filomena Fonseca são doutores em Arqueologia, MAITC Museu de Arqueologia Industrial;

O conceito de museu de arqueologia industrial, pressupõe o registro histórico do progresso e desenvolvimento da ciência e tecnologia, e surgiu com a necessidade cada vez mais urgente de preservarmos os testemunhos das sociedades industrializadas cujas conquistas tecnológicas contraditoriamente destroem, com grande velocidade, os vestígios de seu desenvolvimento, que são marcados pela efemeridade e por uma rápida obsolescência na constante busca de renovação e por fenômenos de sobreposição que levantam problemas complicados na inventariação, tratamento, explicação, recuperação e reutilização.

Com o intuito de proteger, preservar e interpretar este patrimônio, Thomaz Cruz, industrial brasileiro que também atua no setor educativo,

fundou no Instituto Mairiporã de Ensino Superior, no começo de 2006, um museu dedicado à arqueologia industrial, com recursos próprios, como forma de incentivar, por parte de outros empresários, a doação de bens patrimoniais industriais, considerados obsoletos, porém, portadores de valor histórico, científico, tecnológico e social, de caráter universal e que surgiram em torno dos diferentes tipos de atividade industrial, ou por outras palavras, obtiveram tal status de valorização graças ao seu uso e aplicação na indústria através do tempo. O Museu de Arqueologia Industrial Thomaz Cruz (MAITC), procura manter contato estreito com os diversos setores industriais sensíveis à conservação desse patrimônio, cuja valorização responde a uma dupla exigência: a salvaguarda e o desenvolvimento de novas atividades que possam recriar, ainda que parcialmente, aquelas funções industriais já desaparecidas.

Identificação e levantamento histórico-cultural do Município de Curuçá, PA, por meio da memória dos atores sociais envolvidos no manguezal

Camila de Fátima Simão de Moura

Camila de Moura é acadêmica da Faculdade de Turismo da UFPA, bolsista PIBIC MPEG/CNPq

O Município de Curuçá, localizado a 134 km da capital do Pará é uma das principais cidades da região do Salgado Paraense, segundo Cunha (2007). cercada por rios e por mangues que diretamente influenciaram na formação histórica da cidade e nas manifestações culturais. Distribuída por um núcleo urbano e mais 54 comunidades interioranas, Curuçá apresenta uma vasta riqueza

za no que se refere a história e cultura. A pesquisa tem como objetivo registrar as manifestações históricas e culturais do Município de Curuçá, PA, no ambiente do manguezal, para compor o acervo imaterial do Ecomuseu do Mangue e como valorização da cultura. Desta forma, a pesquisa foi executada com base na bibliografia e os relatos da comunidade curuçense. Em viagens de campo à Curuçá, foram realizadas 23 entrevistas de história de vida. No conhecimento do território vasto foram obtidos os relatos de comunidades próximas aos rios: Curuçá, Mocajuba e Muriá. Foram visitadas 9 comunidades: Arapiranga, Beira - Mar, Candeuca, Iririteua, Murajá, Mutucal, Nazaré do Mocajuba, Pedras Grandes e Piquiateua. Ocorreu também o resgate de materiais que representam a história dos atores sociais envolvidos no manguezal. Os personagens relataram experiências próprias e doaram objetos que contribuirão na construção do Ecomuseu do Mangue. Como resultado foi detectado que o Município apresenta homogeneidade em relação aos recursos naturais, em especial, o bioma de mangue. A formação de um Ecomuseu, em especial o Ecomuseu do Mangue, é uma alternativa apontada para registrar, divulgar e persistir as manifestações histórico-culturais apresentadas no Município, pois Ecomuseus procuram qualidade de vida da comunidade, por meio do reconhecimento da mesma como patrimônio imaterial e o interesse no patrimônio material, dentro do território onde atuam. Desta forma iria contribuir ainda no desenvolvimento da atividade turística, área de grande potencial, o que seria uma alternativa de renda para as comunidades.

A 4 mãos: o toque sensível

Barbara Harduim

Barbara Harduim é arte-educadora, Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro

A proposta para essa comunicação trata da apresentação dos resultados da exposição “A 4 mãos: o toque sensível”, realizada no Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro, que proporciona acessibilidade física, sensorial e estética na fruição da obra de arte para pessoas com deficiências visuais. O museu, como instituição pública, tem acesso aberto a todos, mas, ao mesmo tempo, está inacessível a grande parte da sociedade. Ainda hoje, os museus não contemplam todos os públicos e são poucas as instituições culturais adaptadas ao acesso universal. Segundo Mario Chagas, democratizar o acesso é muito pouco, temos que democratizar a ferramenta museu. É necessário desenvolver a função social dos museus, integralmente, pelo acesso e pela acessibilidade.

A oferta de acessibilidade da exposição, consiste em disponibilizar ao público: esculturas originais, legendas em braile e em tinta com caracteres grandes para todas as obras expostas, educadores especialmente treinados para proporcionar visitas mediadas e descritivas, atividade de ateliê, além do espaço físico adequado a partir das orientações dos técnicos do Instituto Benjamin Constant. Os caminhos percorridos na construção da exposição e do serviço educativo resultaram, para todos nós, numa experiência bastante enriquecedora. A superação dos nossos pré-conceitos, o construir com eles, e não para eles, nos estimulou a pensar na continuação deste processo como ampliação do campo de práticas sócio-culturais do museu. Aceitamos o desafio e estamos na busca para estabelecermos um programa que dê continuidade a essa experiência.

Olhares infantis sobre a cidade do Recife

Áurea Maria de Alencar Muniz Bezerra

Áurea Bezerra é arte/educadora, Secretária de Educação, Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife e Instituto Ricardo Brennand

O Instituto Ricardo Brennand é um complexo formado pela pinacoteca, museu Castelo São João da Várzea e uma biblioteca com um grande acervo voltado para arte e cultura, com ênfase no período do Brasil Holandês. Na pinacoteca está exposta a maior coleção de Frans Post do mundo, além de produções de artistas oriundos da Academia Imperial de Belas Artes que representaram a cidade do Recife, dentre outras, no contexto do século XIX. Reconhecer o museu como espaço de construção de conhecimentos foi o mote que desencadeou a parceria museu/escola na construção do projeto em tela. O museu com seu rico acervo de obras atinentes à cidade do Recife, elaboradas por vários artistas em diferentes contextos, e a escola repleta de professores motivados para trabalhar com arte na educação escolar.

O grande diferencial da proposta foi que os alunos envolvidos estão na faixa etária de quatro, cinco anos e os educadores professores unido-centes de turmas de educação infantil da rede pública de ensino do Recife. Poder olhar para representações da cidade no século XVII, visualizar suas mudanças em imagens do XIX é o direito cidadão do acesso à memória salvaguardada, divulgada e compartilhada, através de mediações educativas, nos museus.

A democratização do acervo museológico do Museu de História da Medicina do RS

Ana Ramos Rodrigues

História (UNISINOS), Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul

O Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM) foi inaugurado para a comunidade em 2006 e mesmo sendo uma instituição nova, sempre teve a preocupação de organizar seu acervo, com a missão de preservar, conservar e divulgar o patrimônio histórico-cultural médico. Estas ações são possíveis porque o MUHM desenvolve o tripé das funções museológicas: preservar, pesquisar e comunicar. Na Política Nacional de Museus existe o Programa Informatização de Acervos e o MUHM trabalha nesta perspectiva, através da implementação de um programa permanente de gerenciamento informatizado de inventário, o banco de dados muhmweb.

Com o objetivo de dar acessibilidade às pesquisas, o banco de dados criado pelo museu, o muhmweb, resultou num sistema informatizado de consulta, permitindo ampliação do uso dos objetos como fontes de pesquisa de forma rápida e eficaz. O muhmweb possibilita pesquisas históricas, pois os objetos médicos são portadores de informações, carregando em sua matéria-prima conhecimento histórico de determinada época. Os resultados podem ser observados através da exposição, que é o canal de comunicação entre o museu e seu público, inserida em um cenário junto aos objetos museológicos e bens culturais, e a participação das peças expostas,

como fonte histórica, através do diálogo entre os painéis. O muhmweb cumpre, assim, sua função de ferramenta historiográfica, de fornecer as informações sobre as peças museológicas, e sua ação cultural e educativa pela exposição, que ilustra através de um recorte a sociedade médica.

Infâncias no museu: sistematizando estratégias para garantir o direito de acesso ao patrimônio

Ana Paula Tatagiba

*Ana Tatagiba e Sonia Regina Camargo
Ana Tatagiba é pedagoga, mestre em Política Social, UFRJ*

Sônia Camargo é pedagoga, especialista em Psicopedagogia, UFRJ

A inserção profissional recente, como técnicas em assuntos educacionais, lotadas na Seção de Assistência ao Ensino (SAE) do Museu Nacional (MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro abriu possibilidades para que, a partir da observação e do fazer cotidiano, fosse verificada a pertinência de atuação do pedagogo. A despeito do estranhamento inicial dos profissionais que ali atuam, o envolvimento paulatino com as ações desenvolvidas na SAE, evidenciaram que, de fato, o museu é um importante espaço de educação não-formal, com potencial para demonstrar que este profissional pode atuar em contextos diversos, além do universo escolar.

A realização da atividade de agendamento escolar – considerada, por muitos, como procedimento meramente “burocrático” e “de pouca importância” – mostrou-se muito profícua, possibilitando o conhecimento das demandas do

público interessado em conhecer o Museu Nacional. Assim, os atendimentos telefônicos realizados, bem como contatos no espaço virtual, evidenciaram que as escolas públicas municipais – responsáveis pelo oferecimento obrigatório do ensino fundamental – localizadas próximas ao MN não solicitavam agendamento. Posteriormente, pesquisa feita no livro de visitação permitiu a confirmação da ausência dessas escolas. Esse diagnóstico foi o ponto de partida para a elaboração do projeto Potenciais Parceiros: espaços de conhecimento para a infância, que visa a consecução dos seguintes objetivos: valorizar a aquisição do conhecimento no campo das ciências humanas e naturais, despertando o interesse e gosto pela cultura; estreitar vínculos com as escolas existentes no entorno do MN, buscando aumentar a frequência ao espaço museal; e elaborar, em planejamento conjunto com a equipe pedagógica da escola, estratégias que auxiliem na construção de novos conhecimentos nas diferentes disciplinas curriculares.

Diagnóstico rápido participativo - DRP como instrumento no planejamento do Ecomuseu da Amazônia

Maria Terezinha R. Martins e Ana Paula Dias Costa

Maria Martins é MsC em Planejamento e Gestão Ambiental com enfoque em ecomuseus, Ecomuseu da Amazônia/Centro de Referência em Educação Ambiental Fundação Escola Bosque Professor Eiforfe Moreira- Belém-Pará

Ana Costa é engenheira florestal, Ecomuseu da Amazônia/Centro de Referência em Educação Ambiental Fundação Escola Bosque Professor Eiforfe Moreira- Belém-Pará

O Projeto Ecomuseu da Amazônia possui bases metodológicas assentadas na participação popular para construção de um projeto humano sustentável (MARTINS, 2006/2007) onde tais dimensões permitem estabelecer possibilidades de interligação e desenvolvimento de processos de pesquisa, ações e propostas a partir das condições e possibilidades participativas, alterando o paradigma convencional de implantação de projetos sem o envolvimento dos atores sociais. No procedimento do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP o objetivo central é que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la. (VERDEJO, 2006), fazendo uma auto-avaliação (e autode-terminação) dos grupos envolvidos até chegar a um auto diagnóstico sobre o estado de seus recursos naturais, situação econômica, social e outros aspectos importantes para a comunidade, permitindo coletar dados de maneira ágil e oportuna diferenciado dos formulários pré ordenados e previamente formulados, por muitas vezes tendenciosos, nos quais as informações são compreensivas, reconhecendo não somente o valor dos conhecimentos científicos, mas especialmente dos empíricos locais. O DRP aponta como metodologia a multidisciplinaridade estabelecendo anexos entre os setores tais como: floresta, agricultura, saúde, economia, cultura, educação e outros. Cunha & Guerra (2008) enfatizam que a participação da sociedade nos processos de tomada de decisão de políticas e também na implementação de programas e projetos de caráter ambiental, afirmada por Cézár, et al, (2003) que assegura uma margem elevada de notoriedade e sucesso fomentando um desenvolvimento sustentável, proporcionando uma intervenção dupla na criação de um banco de dados técnicos com abertura de canais de diálogo com a comunidade. Os resultados parciais

serão objeto de relatório específico para as áreas de atuação (região insular de Belém - ilhas de Caratateua, Mosqueiro, Cotijuba e o distrito de Icoaraci) áreas de atuação do Ecomuseu da Amazônia. Em fase de andamento o DRP foi aplicado nas comunidades de Caruaru e Castanhal do Mari-Mari, ambas localizadas na ilha do Mosqueiro, onde deverão fomentar o planejamento das ações do projeto nos eixos ambiental, cultural e dos fazeres, onde já aponta a identificação vocacional das primeiras comunidades avaliadas neste processo, assim como já houve a geração do biomapa do local, elaborado pelos moradores que participaram da aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo-DRP, monitorado pelos técnicos do Ecomuseu da Amazônia, promovendo suporte para o planejamento do mesmo.

Caminhos e descaminhos dos museus no RS: reflexões em torno de um percurso investigativo

Ana Maria Dalla Zen

Ana Zen é professora e doutora

Apresenta os resultados parciais da pesquisa Caminhos dos Museus no RS, que está sendo realizada pelo curso de Museologia da UFRGS, em parceria com o Ibram, SEM/RS e UFPEL com o objetivo de atualizar os dados cadastrais dos museus do Rio Grande do Sul. Analisa o processo de execução da investigação, desde a criação coletiva do projeto como experiência de ensino da disciplina Metodologia da Pesquisa Aplicada às Ciências da Informação, até a apresentação de resultados parciais. A investigação se propôs a: diagnosticar o número efetivo de instituições museológicas existentes no estado do Rio Gran-

de do Sul e em que condições esses museus se encontram no momento; delinear o perfil dos museus do RS, no que se refere às características dos acervos, do quadro profissional, das instalações e equipamentos e dos serviços prestados à comunidade local e das práticas cotidianas dessas instituições. Destaca a inserção teórica e a metodologia utilizada, baseada na participação discente no processo. Relata os principais problemas encontrados no processo de comunicação com os museus não cadastrados. Relata que, no decorrer da pesquisa, os objetivos iniciais foram ampliados, para: a) situar de forma crítica o surgimento dos museus no RS, relacionando os processos de criação, características, funções e objetivos de cada instituição ao contexto histórico, político e social a que se refere cada uma das instituições; b) analisar as especificidades dos museus, seus acervos e serviços a fim de compor uma trama teórico-metodológica que os explique dentro do panorama da Nova Museologia, da Política Nacional de Cultura, do Plano Nacional dos Museus e do Sistema Estadual de Museus do RS; c) refletir sobre a oportunidade de criação de um campo de conhecimento próprio em torno do movimento museal no RS. Discute os problemas encontrados no percurso. Reúne teses, dissertações, monografias, artigos e documentos eletrônicos de cada instituição. Aponta sugestões para a transformação dos museus em roteiros turísticos integrados às políticas de cultura municipais e às rotas das agências gaúchas de turismo. Conclui que o método de trabalho é adequado para pesquisas semelhantes.

Imaginários sobre o museu nas pesquisas “Museu: coisa velha, coisa antiga”(1987) e “Museu é”(2007)

Ana Carolina Gelmini de Faria

Ana Faria é graduada em Museologia - UniRio e especialista em Psicopedagogia Institucional e Educação Especial - UVA

As relações entre o homem e o museu se tornam cada vez mais profundas, promovendo diversas interações e percepções sobre este instrumento cultural. Mas, o que o coletivo espera do museu? Quais são suas percepções e expectativas? Pesquisas de público são peças-chave para questionamentos desta natureza, possibilitando diferentes leituras. Neste trabalho, será analisado os diferentes conceitos de museu através das pesquisas de público “Museu: coisa velha, coisa antiga” - 1987 (CHAGAS, 1987) e “Museu é...” - 2007 (FARIA, 2008), realizadas na cidade do Rio de Janeiro, buscando apresentar um panorama de possíveis significados de museu na percepção social e se, com diferença de duas décadas, as percepções se alteraram. Observar o olhar do outro sobre o museu se torna fundamental para o museólogo aprimorar as relações entre instituição-visitante e torná-lo um espaço receptivo a trocas de saber, um lazer construtivo, um ambiente de pertencimento.

É interessante observar, a partir do cruzamento de dados, o destaque de algumas categorias: as três mais citadas na pesquisa de 1987 – “passado; arte/ imagem/ beleza; cultura/ educação” – ainda se prevaleceram como as mais pronunciadas após duas décadas, embora se tenha um maior equilíbrio entre estas. A categoria “coisa boa” aumentou sua porcentagem de forma significativa, bem como a categoria “objeto de museu e cultura/educação”, demonstrando uma maior percepção do suporte de comunicação dos museus e a aceitação destes espaços como de incentivo ao aprendizado cultural, ações que promovem uma maior aproximação entre público e instituição.

Percepções do museu como gabinete de curiosidades, local onde se observa “curiosidades / raridades / riquezas”, se distanciam no imaginário dos entrevistados. Depois de 20 anos, as percepções mudaram? Sim e não, talvez. As categorias permaneceram, os valores oscilaram. As pessoas analisam o museu com suas experiências e a influência que a própria sociedade impõe para que suas ferramentas de coletividade funcionem e cada vez mais a área museológica percebe esta necessidade e trabalha em cima desta expectativa, ampliando conseqüentemente os laços de parceria e afetividade entre comunidade e museu. O museu é singular e múltiplo, único e diverso, estruturado e incompleto, simples e complexo, e isto é natural porque nada mais são do que imagens de seu criador: o homem. O museu é um espaço aberto a possibilidades: basta querer, fazer, usar e abusar.



Exposições

O Ibram e seus museus



“Ver diferente é a condição necessária para continuar a ver”.

Gaston Bachelard

A exposição “O Ibram e seus museus” é um exercício de olhar, lembrar e imaginar para continuar a ver, rever e transver o mundo dos museus. Se por um ângulo os museus constituem projetos políticos, olhando por outro prisma pode-se alcançar o deslumbramento, pode-se tocar as bordas dos seus projetos poéticos.

Nessa exposição, por intermédio de imagens, luzes, sombras, cores, formas, textos e insinuações pode-se fazer uma aproximação dos museus do Ibram, uma singela aproximação. São vistas noturnas e diurnas, ângulos externos e internos, jardins e construções, casas, fortes e igrejas, forças do espírito e da natureza, ruínas, palácios e construções modernas, acervos que evocam diferentes narrativas.

O sentido da exposição não está nela, está no intervalo entre aquilo que já-é-nela e a possibilidade que temos – a partir dela – de ver, rever e transver o eu, o outro e nós nos museus.

Espaço Conhecendo Museus

“A memória é indispensável para a criação de futuros”

Durante todo o Fórum, o projeto Espaço Conhecendo os Museus exibiu 15 documentários sobre instituições museológicas da Região Sudeste. A realização dos 15 documentários, faz parte do Projeto Conhecendo Museus, uma parceria Ibram, Fundação de José de Paiva Neto e Ministério da Educação, por meio de linguagem acessível, propõe-se a ser um complemento paradidático nas salas de aula e um convite a novos visitantes para os museus.

- I. Rio de Janeiro: Museu da Maré, Museu da República, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Museu de Arte Contemporânea e Museu do Folclore Edson Carneiro;
- II. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, Museu do Café, Memorial do Imigrante, Museu de Zoologia e Museu Paulista (Museu do Ipiranga/USP); e
- III. Minas Gerais: Museu da Inconfidência, Museu do Oratório, Museu de Artes e Ofícios e Museu Histórico Abílio Barreto.

Além de DVDs, o Projeto Conhecendo Museus previu a distribuição de kits composto por um encarte exploratório que orienta professores sobre como abordar o material com os alunos.



CONHECENDO
MUSEUS

Memória em Movimento

“terra brasilis”

Na terça-feira, 13 de julho, foi aberta a mostra fotográfica *Memória em Movimento* - que retratou e uniu em Brasília as comunidades onde estão sendo desenvolvidos os Pontos de Memória. A exposição, disposta em móveis interativos, movimentava-se remetendo ao exercício de lembrar e à importância da memória “estar em movimento” para transformar e recriar o presente. Cada círculo dos móveis era composto por fotos de cada um dos Pontos de Memória em um dos lados e por poesias do outro.



Para celebrar a ligação das comunidades com a terra – a luta pela moradia, questão que perpassa a história e memória de todas, os representantes dos pontos apresentaram porções de terra por eles trazidas, e, num ritual de celebração, misturaram-nas à terra da capital federal até se tornarem uma só. Marcando essa união, o poeta e diretor do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC), Mário Chagas, gritou *“terra brasilis”*, guiando então o Museu de Cortejo pelos demais espaços do 4º FNM.

Museu de Cortejo

“Viver! / E não ter a vergonha / De ser feliz / Cantar e cantar e cantar / A beleza de se um eterno aprendiz... / Ah meu Deus! / Eu sei, eu sei / Que a vida devia ser / Bem melhor e será / Mas isso não impede / Que eu repita / É bonita, é bonita / E é bonita...”

Seguindo a canção de Gonzaguinha o Museu de Cortejo fez no 4º. Fórum Nacional de Museus a sua segunda aparição¹⁶, contando dessa vez com os participantes do 4º Fórum Nacional de Museus que circulavam com alegria e barulho pelo Centro de Convenções.

Mas afinal, o que é ou o que vem a ser o Museu de Cortejo? O Museu de Cortejo parece ser uma prática e um processo museal que leva o conceito de museu a um de seus limites; ele também parece ser um exercício de pesquisa, de experimentação e de imaginação museal que desafia a museologia normativa e se coloca em linha com a possibilidade de uma museologia compreensiva, participativa, cidadã, contemporânea.

O Museu de Cortejo também parece ser uma exposição, uma exposição ambulante, peregrina, nômade, caminhante e cantante; uma exposição-procissão que se arrasta (“que nem cobra pelo chão”)

16

A primeira aparição ocorreu durante a Teia da Cultura, realizada em fevereiro de 2010, em Fortaleza, Ceará.

pelas ruas, avenidas, passagens, corredores, estradas, e arrasta a memória social, a imaginação criadora daqueles que participam do cortejo museal.

O Museu de Cortejo, de algum modo, parece ser uma prática e um processo de preservação de bens, expressões e manifestações culturais.

Mas afinal de contas, em que consiste a aparição do Museu de Cortejo? Trata-se, em alguma medida, de uma performace, de um gesto museal cortante e integrador, alegre e triste, trágico e cômico, poético e político.

Como objeto articulador e aglutinador o Museu de Cortejo conta com um estandarte confeccionado pelo coletivo Marias do Museu da Maré. Nesse estandarte de gosto popular, com muitas flores, panos de chita, fitas, paetês, miçangas e brilhos está gravada a expressão “Museu de Cortejo”. De modo claro, ele diz a que veio, ele é o puxador do cortejo, o fio fino do corte, o aglutinador e disseminador de desejos.

Para participar do Museu de Cortejo e acompanhar o seu estandarte solicita-se apenas que cada pessoa leve um objeto de afeto, de carinho, de desejo, um objeto importante para a sua vida ou para o seu momento de vida. Esse objeto pode ser o corpo, a alma, a voz, o sorriso, um modo de ser, a roupa, o sapato, a bolsa, a gargantilha, um desenho, um livro, uma chave, uma aliança, uma carteira de identidade ou outro objeto qualquer. Todos os participantes, juntos, acompanhados de seus objetos (suportes de memória), acompanhando o esta(nd)arte dão sentido e vida ao Museu de Cortejo.

Vida longa para o Museu de Cortejo!



Mostra de Artesanato Local



*“A arte é um resumo da natureza feito pela imaginação”
Eça de Queiroz*

Brasília, cidade multicultural na sua formação, sediou em julho de 2010 o IV Fórum Nacional de Museus. Evento de grande porte da área museológica, o IV Fórum contou em sua estrutura com uma mostra de artesanato que representou a capital do Brasil naquilo que ela tem de mais singular em termos culturais: a sua multiplicidade de influências, vindas das regiões formadoras, a arte dos brasilienses ou daqueles que adotaram a cidade como sua morada.

Enquanto o IV Fórum ia sendo concebido percebeu-se a necessidade de apresentar a cidade por meio da sua arte. No artesanato tradições são representadas. O artesanato local de determinada região representa sua gente e seu fazer cultural, contando assim, também, a história de um povo.

Foi dessa forma que a equipe da Coordenação de Promoção e Gestão da Imagem Institucional – DDFEM/Ibram concebeu a curadoria da Mostra de Artesanato: a capital e seus temas regionais apresentados por meio de sua arte.

Entre mais de vinte cooperativas e artistas autônomos, foram selecionados os seguintes:

Bordadeiras de Taguatinga - Flor do Ipê

Em setembro de 2001, 20 bordadeiras reuniram-se para aperfeiçoar seus trabalhos, surgindo a Associação Bordadeiras de Taguatinga [cidade satélite do Distrito Federal]. No início, bordavam imagens referentes aos pontos turísticos do DF. Com o decorrer do tempo, passaram a bordar as flores, frutos e aves do cerrado. Cheias de poesia, as Bordadeiras definem seu trabalho como “um ofício único”.



Flor do Cerrado

Com maestria e mãos ágeis, a artesã Rose trabalha as folhas do cerrado, que vão sendo transformadas em delicados colares e outras peças ornamentais.



As Três Baianinhas

Elas se definem como um “grupo formado por quarenta mulheres que moram em Brasília e cidades satélites, que gostam de fazer coisas bonitas e precisam ganhar a vida e, um dia, decidiram juntas as duas coisas”.

Os bordados criados por essas artesãs são inspirados no dia a dia, no poeticamente ordinário. Nas coisas simples do Cerrado e nas memórias da terra natal, que ganham forma por meio das linhas coloridas e pequenas agulhas. “Voa às vezes uma Saíra, grita um Quero-quero, se desloca vagarosamente um Tamanduá. Floresce uma Sibipiruna ou uma Paineira. As lembranças de nossas terras, ou pelo que ouvimos de nossos pais, sobre a região de onde viemos, vão se delineando num Boi-bumbá aqui, num Cangaceiro acolá, numa Bernúncia ou num galho de Ervamate. É esse o Brasil que queremos bordar.”

Tok de Linha

O grupo composto por 12 mulheres moradoras da Estrutural (comunidade que participa do Programa Pontos de Memória, do Ibram) teve início em 2007, e foi a solução para os problemas do desemprego e da impossibilidade de ficar longe dos filhos. A grande maioria das componentes do grupo têm entre 5 e 6 filhos e, com os trabalhos de bordado, podem garantir o sustento da família permanecendo ao lado dos filhos. Os bordados, nascidos da imaginação criativa dessas mulheres, fazem alusão à flora ou fauna do Cerrado e compõem as figuras de saias, casacos, vestidos e outros.



Ser Brasileiro

Localizado no Paranoá, cidade satélite de Brasília, o Ser Brasileiro é composto por 20 mulheres. Dessas, 10 bordam e 10 fazem crochê. De acordo com elas, tudo começou com a vontade de trabalhar com artesanato. Diferentemente dos outros grupos, quase todas as artesãs são nascidas em Brasília.



Totens de Buriti

Homem simples de mãos habilidosas, nas horas vagas o Sr. Divino Faleiro, gari por profissão, é artista do Cerrado. Criativo, Sr. Joaquim pensa colorido. É com as cacas caídas do Buriti que o artesão dá vida a totens de cores e formas variadas e a gatos de olhos atentos.

Biojóias

Designer é de biojóias, Suzana Rodrigues utiliza em seu trabalho matérias orgânicas, como

sementes e cipós típicos do Cerrado brasileiro, além de produtos reciclados, os quais dão origem a criativos colares, pulseiras, brincos e bolsas.

Em 2002, ano da fundação de sua empresa, a artista ministrou cursos de treinamento para as presidiárias da Penitenciária Feminina de Brasília. Assim, mais de 300 mulheres tornaram-se profissionais do ramo e algumas passaram a trabalhar com a artista.



Arte em Palha

Esse grupo de quatro mulheres, formado por duas irmãs, Necy e Nely, e pelas vizinhas Fran-

cisca e Eliene, trabalha com fibras naturais do cerrado como a palha do buriti, de milho e capim. Moradoras da zona rural Café sem Troco, as artesãs inspiram-se na natureza do Cerrado para criar coloridos fios de cortina, colares, brincos e pulseiras.

Esculturas Sacras em Madeira

Artista popular, João Neres foi o representante da arte sacra na Mostra de Artesanato. Suas peças em madeira crua e policromada atraem a atenção pela expressão facial dos santos, anjos e Nossa Senhoras. O Sr. João Neres passa a sua arte, para que não seja esquecida, a quem desejar aprender.

Instrumentos musicais de corda

Azul, rosa, multicolor, assim são os instrumentos de corda feitos pelo Sr. Joaquim. Originário do Nordeste, esse homem simples estabeleceu-se em Brasília há mais de 30 anos. Seu trabalho, até a aposentadoria, foi dirigir pesados tratores. Um dia, ao ouvir um violão, o Sr. Joaquim decidiu trabalhar com a leveza da música. E, em mais uma dessas belas histórias que ouvimos contar, resolveu construir sozinho seus instrumentos de corda.

Autodidata, vendeu suas primeiras peças para os participantes do IV Fórum Nacional de Museus.

Apresentações Artísticas

Em parceria com a Universidade de Brasília, o Instituto Brasileiro de Museus promoveu, du-

RELATÓRIO DO 4º FNM :: : EXPOSIÇÕES

rante o IV Fórum Nacional de Museus, atrações artísticas de talentos locais. Houve apresentações dos grupos *Asa's Companhia de Teatro*, *Banda Forrozeiros de Santa Maria e Grupo DF Zulu; e dos flautistas Alessandro Barros* (servidor do Ibram) e Professor Sérgio Morais (do Clube do Choro de Brasília).





Programação Paralela

Sobre o diálogo entre o tema do 4º FNM – Direito à memória, Direito a museus e a proposta dos Pontos de Memória: “Você parte do espaço, do indivíduo, do sentimento de pertencimento ao lugar revestido de simbolismos e narrativas imateriais. Os Pontos de Cultura, nesse sentido, têm essa ligação profunda com a expressão. Quando você valoriza a expressão local, você valoriza o indivíduo. E esse indivíduo procura suas diferenças profundas no lugar e expressa essas qualidades completamente. Então você começa a alimentar um ciclo museológico de ter uma casa na memória específica.” (TT Catalão, Secretário de Cidadania Cultural/MinC)

Encontro dos representantes dos Pontos de Memória

Direito à Memória, Direito a Museus. O tema do 4º Fórum Nacional de Museus veio diretamente ao encontro da proposta do Programa Pontos de Memória, que tem incentivado e fortalecido o trabalho com a memória local realizado por comunidades das cinco regiões do país que historicamente não tiveram a oportunidade de narrar e expor suas histórias, memórias e patrimônios em museus. O 4º Fórum reuniu na Capital Federal cerca de 20 representantes dessas iniciativas das comunidades da Maré, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, Rocinha, Duque de Caxias e Vila do Horto, do Rio de Janeiro; Brasilândia, de São Paulo; Beiru, de Salvador; Estrutural, de Brasília; Terra Firme, de Belém; Sítio Cercado, de Curitiba; São Pedro, de Vitória; Lomba do Pinheiro, de Porto Alegre; Taquaril, de Belo Horizonte, Grande Bom Jardim, de Fortaleza; Coque, de Recife; e Jacintinho, de Maceió.

As lideranças comunitárias participaram ativamente dos seis dias de programação e algumas também apresentaram seus trabalhos e experiências relacionados à memória. José Afonso Filho, conhecido como “Zuca”, do Ponto de Memória do Sítio Cercado- Museu de Periferia-MUPE, em Curitiba – PR, e Caroline Soares, do Ponto de Memória da Estrutural - DF, participaram do painel simultâneo *Museus Sociais: Construção e apropriação de narrativas*. Do Ponto de Memória do Jacintinho, em Alagoas, José Ricardo Araújo participou do painel *Museus, Educação e Criatividade*. Marlúcia dos Santos, do Museu Vivo de São Bento, em Duque de Caxias – RJ, foi uma das coordenadoras do minifórum setorial *Museus de História*; e Kátia Loureiro, do Museu de Favela – MUF, no Rio de Janeiro, junto à Terezinha Resende, do Ecomuseu da Amazônia, em Belém, coordenaram o minifórum setorial *Museus comunitários e ecomuseus*.

Importância do Fórum, dos Pontos de Memória

Leandro Batista, do Ponto de Memória da Brasilândia, em São Paulo – SP, disse que o Fórum foi importante porque, “além de promover debates e oficinas, foi um momento de interação dos pontos de memória com os museus tradicionais, ecomuseus, centros acadêmicos e tantas outras iniciativas de memória do país.”

Norma Ribeiro, do Ponto de Memória do Beiru, em Salvador – BA, relatou que chegou ao Fórum temerosa por seu histórico com o poder público. Mas que esse encontro foi um renascimento para ela. “Ao conhecer as propostas do Ibram, fiquei confiante nessa política cultural. Sempre sonhei com uma forma de minha comunidade participar da construção de sua história. E saber que vamos conseguir isso através do Ponto de Memória é surpreendente.” Norma também destacou a importância do minicurso de Sociomuseologia. “O posicionamento e a linguagem dos conferencistas foram essenciais para entendermos o papel transformador que pode ter um museu. Não consegui sair em nenhum momento da palestra.”

Do Ponto de Memória de Terra Firme, em Belém – PA, Eliete de Carvalho, conhecida como “Necy”, destacou a importância do Fórum para troca de experiências entre os estados. “Através desse Fórum foi possível conhecer os diversos brasis. Ao assistir a apresentação do Museu Samba do Bamba, vi que poderíamos fazer a mesma coisa com o Carimbó.” Também de Belém, do Museu Goeldi, Ana Cláudia Silva avaliou que, em comparação aos fóruns anteriores, nesse houve maior aproximação entre as pessoas. “Nossa participação nas plenárias e apresentações orais proporcionou maior entrosamento entre os diversos espaços e realidades museais.”

A coordenadora de Museologia Social e Educação do Ibram, Marcelle Pereira, ressaltou que “a inclusão dos Pontos de Memória neste Fórum Nacional marca uma mudança de paradigma e democratiza o acesso à cultura, dando o direito ao protagonismo às ações populares”. O Programa Pontos de Memória é uma iniciativa do Ibram que conta com a parceria do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci, do Ministério da Justiça, dos Programas Mais Cultura e Cultura Viva, do Ministério da Cultura, e da Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI.

Reunião da Rede de Educadores em Museus - REM

A Rede de Educadores em Museus (REM) surgiu em 2003 com o propósito de promover encontros sistemáticos entre educadores de museus e outras instituições afins, de modo a compartilhar idéias, refletir sobre a práxis profissional e formar um grupo de estudos na área da educação em museus.

A REM busca a integração e a reflexão em conjunto das ações desenvolvidas para dar suporte ao cumprimento do objetivo prioritário do museu aliado ao estudo permanente de conceitos, estratégias e metodologias. Estes fatores se constituem como fortes atrativos para o grupo que se mantém coeso desde o seu surgimento. Durante as reuniões, os participantes encontram informações que apontam para as diferenças entre as instituições e elementos de complementaridade que proporcionam o debate e a apropriação de temas de interesse comum, visando ao crescimento profissional e a construção de conhecimento integrado e condizente com a realidade dos museus.

O objetivo principal da Rede de Educadores em Museus é possibilitar uma maior aproximação entre os profissionais, viabilizando um espaço para reflexão e construção de conhecimento sobre a educação em museus. A REM possibilita também o desenvolvimento de parcerias e conexões entre os educadores, além de incentivar o surgimento de iniciativas similares em outros estados brasileiros, através dos profissionais interessados, formando-se, assim, uma verdadeira rede de educadores em museus no país.

Durante o 4º Fórum Nacional de Museus a Reunião do REM foi coordenada por Marcelle Nogueira e teve por finalidade “compartilhar ex-

periências e dificuldades encontradas na criação do REM em todo país”. Do evento foram colhidos depoimentos de alguns representantes:

O representante de Goiás, Tony Boita, falou sobre realizações de oficinas com apresentações de professores que abordaram as ações educativas. Destacou as dificuldades de articulação com as demais unidades que compõem a REM e a importância das redes para disseminação de conhecimento, divulgação de melhores práticas e integração com os profissionais da área.

O representante de Pernambuco, Anderson Pinheiro, abordou aspectos da 1ª Reunião elaborada em seu estado, destacou a criação de um Blog onde são divulgadas palestras, palestrantes e temas. Informou também terem elaborado um Plano Estratégico para início dos trabalhos. Após dois meses elaboraram o Estatuto. As reuniões são presenciais e virtuais. O calendário é elaborado de acordo com as discussões dos grupos. Dentre as dificuldades informou que a participação ainda é reduzida. A representante de Santa Catarina, Maria Helena Barbosa, informou que ficaram conhecendo a REM por intermédio do Fórum de Ouro Preto. Os participantes realizam discussões sobre temas afetos aos museus, sobre o papel do educador de museus nas escolas etc. Criaram um Conselho no qual participam vários profissionais representando as suas instituições, como educadores, diretores de museus.

De uma maneira geral, dentre os participantes, verificou-se um grande número de estagiários interessados nos temas, que na visão deles proporciona uma vivência dos problemas e experiências exitosas. Entretanto, existe uma grande rotatividade dos referidos participantes. Em seguida destacou a relevância da articulação com os participantes da REM dos estados, objetivando o fortalecimento de uma rede, de amplitude nacional, visando o compartilhamento de conhecimento e boas práticas, bem como a criação de estratégias para atrair um maior número de profissionais das áreas envolvidas.

O representante do Mato Grosso do Sul, Alexandre Sogabe, informou que o estado ainda não criou a REM, contudo destacou a importância de sua participação com o objetivo é conhecer as diversas experiências. A expectativa é de em outubro do corrente consolida a rede de Museu Municipal e Estadual.

Vários países manifestaram, por intermédio de correios eletrônicos, interesse em conhecer o funcionamento das Redes no país.

Do encontro restaram também algumas recomendações: I - Fortalecer as parcerias com as demais REDES; II - Cuidar da página principal da REM; III - Captar parcerias com vistas à melhoria do sistema; IV - Tornar-se referência para as boas práticas visando o alcance de um grande número de participantes.

O Representante do Rio de Janeiro, ao final da reunião, leu a “Carta de Princípios” elaborada pela REM-RJ.

Reunião de Educadores em Museus - Reunião de Professores do Campo Museológico

Na terça-feira, 13 de julho, professores universitários do campo da Museologia se reuniram no auditório do Centro de Conveções Ulysses Guimarães, local do 4º FNM. Participaram da reunião representantes de 17 universidades: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Nacional de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível em São Paulo.

Durante a reunião, um dos pontos debatidos foi o resultado da pesquisa sobre o perfil dos alunos ingressantes nos cursos de graduação em Museologia em 2010, apresentada pela professora Ana Maria Dalla Zen (UFRGS), cujos dados foram levantados em cada instituição pelo preenchimento de um formulário e posteriormente processados pela Professora Ana, o museólogo Elias Machado da UFRGS e equipe.

Ao final, os participantes decidiram pela realização de novos Encontros da Rede de Professores do Campo da Museologia respectivamente em 2011 na Universidade Federal de Pelotas e em 2012, provavelmente em julho ou agosto e no 5º Fórum Nacional de Museus. Os temas defini-

dos para o próximo encontro serão: a apresentação da produção científica dos professores, articulação e consolidação dos projetos e grupos, palestra sobre reconhecimento de cursos por profissional convidado do MEC, resultados dos aprofundamentos das cargas horárias e nomenclatura das disciplinas dos cursos de museologia. Ao final, foi lavrada Ata do III Encontro da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia:

ATA

III Encontro da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia 4º Fórum Nacional de Museus Brasília – DF, 13 de julho de 2010

Durante o 4º. Fórum Nacional de Museus realizado em Brasília – DF, no dia 13 de julho de 2010, reuniram-se os professores universitários do campo da Museologia, no auditório do Centro de Convenções às 9 horas estando representadas as seguintes instituições: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Universidade Federal de Sergipe – UFS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Universidade Nacional de Brasília – UnB, Universidade Federal de Goiás – UFG, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade de São Paulo – USP, Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível em São Paulo.

Iniciando a reunião os coordenadores executivos professores Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira e Gilson Antônio Nunes (ambos atualmente na UFOP), deram boas vindas aos participantes que passaram a se apresentar. Durante a reunião a professora Ana Maria Dalla Zen (UFRGS) apresentou os resultados de uma pesquisa sobre o perfil dos alunos ingressantes nos cursos de graduação de Museologia em 2010. Os dados sobre o referido perfil foram levantados em cada instituição pelo preenchimento de um formulário on line respondido pelos alunos e posteriormente processados pela Professora Ana, o museólogo Elias Machado da UFRGS e equipe.

Relativamente sobre o estabelecimento de um perfil sobre os cursos de graduação em Museologia brasileiros mediante análise dos projetos pedagógicos destes cursos, os professores Ana Audebert, Carlos Alberto Santos Costa (UFRB) e Gilson Nunes reunidos na Diretoria do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP, na cidade de Ouro Preto de 18 a 21 de junho de 2010, apresentaram os dados preliminares da referida pesquisa. As apresentações foram realizadas possibilitando o amplo debate entre os participantes. Considerando a possibilidade de publicação destas pesquisas pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) ficou estabelecida a data limite de 21 de julho

para os interessados enviarem contribuições à coordenação da Rede que finda o mandato nesta reunião. Encerrou-se a reunião para o almoço às 13 horas com retorno previsto para as 14 horas. No retorno do período do almoço, a professora Letícia Julião, atualmente na UFMG, relatou a discussão envolvendo a Comissão de pós-graduação da Rede com a Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais (SUM) para implantação de um curso de mestrado em museologia no estado, durante o III Encontro Estadual de Museus de Minas Gerais, visando a criação deste curso na UFMG em parceria com outras instituições. Sendo que novas reuniões foram programadas e devido a férias escolares e à programação de professores as mesmas ainda não foram realizadas, sendo que a SUM continua aguardando resposta por parte da UFMG. A professora Cristina Bruno (USP) relatou a proposta de mestrado em museologia a ser encaminhada à CAPES no primeiro semestre de 2011 pelo Museu de Arqueologia e Antropologia (MAE/USP) e outros museus da instituição com início das aulas para o segundo semestre de 2011. Como encaminhamento foi delegado à mesma Comissão que elaborou a pesquisa sobre o perfil dos cursos a detalhar os campos da museologia buscando elaborar uma proposta de uniformização de nomenclatura para disciplinas bem como os percentuais em relação às áreas da Museologia e outras áreas afins. Além da comissão atual integrará a mesma Letícia Julião (UFMG), Elizabete Mendonça (UFS), Emanuele Ribeiro (UFPE) Ana Karina Rocha (UFG). A coordenação da Rede informou aos presentes que tal qual definido na última reunião tomaram posse no Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) representando os cursos de graduação em Museologia, o representante indicado pelos cursos da Unirio, Ivan Coelho Sá, tendo como suplente Maurício da Silva Selau da UNIBAVE e ocupando a outra vaga o representante do curso da UFPE, Antônio Motta e da UFS Elizabete de Castro Mendonça, respectivamente titular e suplente. Considerando a inclusão equivocada por parte do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU), do curso de Museologia como uma área do curso de História na tentativa de redefinição dos nomes e áreas de cursos de graduação, a mobilização da Rede com as respectivas universidades e o Ibram evitou a efetivação de tal reenquadramento. A coordenação da Rede reafirmou que em contato telefônico com a SESU a mesma informou sobre a permanência da Museologia enquanto área e que se encontra analisando os referenciais enviados. O professor Gilson informou também que a Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES enviou à Pró-reitoria de Graduação da UFOP (PROGRAD) e a mesma remeteu para análise do Colegiado do curso da UFOP. O Colegiado respondeu à PROGRAD e a mesma enviou as considerações à ANDIFES, entendendo que tal procedimento tenha ocorrido em outras instituições como prova da permanência da Museologia enquanto área. Os professores da UNIRIO e a UFS relataram também ter entrado nesta discussão. Sobre o processo de avaliação dos cursos de Museologia a profa.

Elizabete Mendonça reafirmou a necessidade da Rede oficial imediatamente ao Ministério da Educação de que as Comissões de Avaliação para reconhecimento dos cursos sejam integradas por membros da área museológica e reforçada pelos cursos e respectivas instituições. O professor Mario Chagas (UNIRIO) sinalizou a importância de executar um movimento semelhante para pleitear as bolsas de produtividade do CNPq anualmente, bem como encaminhamento de documentação da

Rede neste sentido. Para tanto, elegeu-se a seguinte Comissão de trabalho na temática de Pesquisa e Produtividade em Museologia que é composta por Rita Maia (UFS), Antônio Motta (UFPE) e Jenifer Cuty (UFRGS). A Rede definiu pela manutenção do Grupo de Trabalho para Pós Graduação composto por Ana Maria Dala Zen (UFRGS), coordenando-a, Mario Chagas (UNIRIO) mantendo os demais professores nomeados em 2009. A Rede aprovou uma moção de apoio a ser encaminhada a todos os candidatos à Presidência da República sobre a necessidade da manutenção e aprofundamento da Política Nacional de Museus, implantação e estruturação dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação de Museologia. Ao fim do encontro, particularmente na plenária final, após longa discussão e deliberações, se elegeu para um mandato de dois anos os Coordenadores Executivos da Rede, as professoras Noris Leal (UFPEL) e Ana Paulo Pacheco (UFRB).

Por último, a plenária decidiu pela realização de novos Encontros da Rede de Professores do Campo da Museologia respectivamente em 2011 na Universidade Federal de Pelotas e em 2012, provavelmente em julho ou agosto e no 5º Fórum Nacional de Museus, encaminhando-se ao Ibram a solicitação de que seja reservado um dia para a realização deste encontro anterior ao início do Fórum a fim de se evitar a superposição de programações. Os temas definidos para o próximo encontro serão a apresentação da produção científica dos professores e articulação e consolidação dos projetos e grupos, palestra sobre reconhecimento de cursos por profissional convidado do Ministério da Educação e resultados dos aprofundamentos das cargas horárias e nomenclatura das disciplinas dos cursos de museologia. Desta forma, por estarem de acordo com esta ata, após lida e aprovada foi assinada pelos presentes abaixo listados.

Redes e Sistemas de Museus Estaduais e Municipais

Durante o 4º. Fórum Nacional de Museus realizado em Brasília – DF, no dia 14 de julho de 2010, reuniram-se os profissionais de gestão das redes e Sistemas de Museus Estaduais e Municipais, na sala 13 do Centro de Convenções às 9 horas, estando representadas os seguintes sistemas ou representantes de estados e municípios: Rio Grande do Sul, Ouro Preto – MG, Rio de Janeiro, Campinas – SP, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais, Alagoas, Piauí, Rio Grande do Norte, Amapá, Ceará, Pará, Rondônia e Mato Grosso do Sul. No começo da reunião os coordenadores dos sistemas de museus do Rio Grande do Sul e Ouro Preto, Simone Flores e Gilson Nunes, deram as boas vindas aos presentes e todos dos representantes em maio de 2009 em Brasília durante a posse da diretoria do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) que previa a realização de um encontro futuro que acabou não se viabilizando. Desta forma, sugeriu-se a realização de um novo Encontro das Redes e Sistemas de Museus Estaduais e Municipais durante o Fórum dos Secretários Estaduais de Cultura, coordenada por Heloisa Galdino, secretária de Sergipe, em setembro na cidade de São Paulo. Posteriormente passou-se à discussão sobre a composição do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (SBM) visando a ampliação da representação da sociedade civil, encaminhando à coordenação do SBM novas sugestões. Informou-se aos presentes ainda que o SBM aprovou moções de apoio a serem encaminhadas à todos os candidatos à Presidência da República e aos Governos dos Estados brasileiros sobre a necessidade de inclusão nos Programas de Governo de ações de continuidade da atual Política Nacional de Museus, implantação e estruturação dos Sistemas de Museus e da criação e implementação do Fundo Setorial de Museus. Considerando o período eleitoral, a reunião dos sistemas de museus com os secretários foi descartada, decidindo-se pela criação de uma comissão provisória para organização do encontro ainda em 2010 constituída por Renata (PA), Cristina (CE), Marly (SC), Márcia (RJ), Gilson

(MG) e Simone (RS), provavelmente em setembro, em local a ser definido. Na próxima reunião serão apresentados os Sistemas de Museus Estaduais e Municipais, suas ações e modelos de gestão e institucionalização escolhendo-se como Coordenadores Executivos da Rede que centralizarão as informações com o intuito primordial de difundir-las para todos os integrantes da rede, bem como promover sua articulação principalmente por meio eletrônico via Internet. A Rede deverá realizar ações políticas para garantir a continuidade da atual Política Nacional de Museus e respectivas estaduais, a implantação e estruturação dos Sistemas de Museus Estaduais e Municipais e a ampliação dos investimentos na área. Sobre a Rede sugeriu-se ainda que houvesse pelo menos um representante titular e suplente por região para essa articulação regional. Apontou-se também a necessidade de que as comunicações e informações sejam enviadas aos técnicos. Assim sendo lavrei a presente ata que é assinada por mim e pelos presentes abaixo.

Assembléia Extraordinária 2010 - Comitê Internacional de Museus - ICOM¹⁷ /Brasil

Aberta a sessão, foi comunicado que a legislação brasileira estabelece que as assembleias anuais sejam realizadas no primeiro quadrimestre. Já foi realizada uma assembleia em 2010, no início de maio passado, ocasião em que foi aprovado um novo estatuto social do Conselho do Comitê. Este novo estatuto saiu com uma nova conformação e uma nova missão para o Conselho Consultivo do Comitê, que terá que ser eleito. Por este motivo foi acertada a realização desta assembleia extraordinária, junto ao 4º Fórum: para a eleição, por um período de três anos, do novo Conselho Consultivo do Comitê. Esse Conselho não tem função administrativa, mas sim de orientação, e deve se reunir uma vez ao ano, ou fazer reuniões não-presenciais no semestre.

O Conselho é composto por nove membros titulares, nove suplentes e a distribuição deles deve contemplar as cinco Regiões brasileiras, evitando-se a duplicidade de membros titulares do mesmo Estado. Estes membros devem escolher entre si o presidente, que se encarregará de convocar as reuniões presenciais ou à distância, orientando a diretoria do Icom-Brasil sobre o que deve ser cumprido.

Em seguida, foi submetida aos participantes a aprovação da pauta, sendo perguntado se haveria interesse de algum membro em introduzir nela um novo tema. Um participante manifestou interesse em incluir um relatório elaborado nos últimos meses, sendo incluído como um item de pauta, à parte. Foi aprovada a discussão da campanha para 2013 como item adicional de pauta.

17 O Comitê Internacional de Museus (ICOM) - Organização internacional não-governamental de museus e trabalhadores profissionais de museu, criada para levar avante os interesses da museologia e outras disciplinas relacionadas com gerência e operações de museu.

O segundo item submetido aos participantes foi a proposta da publicação do relatório financeiro e o balanço no site do ICOM, por um período, para que todos pudessem ter acesso. Na verdade, o relatório financeiro e o balanço foram apresentados, na última assembléia, de forma minuciosa

Foi feito um breve relato dos acontecimentos nos últimos dias como, por exemplo, a participação na reunião anual da Seção Americana de Museu, em Los Angeles. O primeiro dia foi dedicado ao público asiático, o segundo ao latino americano e, o terceiro, europeu. Os presentes tiveram a oportunidade de divulgar a reunião do Rio de Janeiro, em 2013 e também oferecer um stand na feira de museus e duas inscrições, gratuitos.

Na avaliação do condutor da reunião, isto foi bastante proveitoso e, em troca, os organizadores da feira solicitaram que em 2013 fosse disponibilizado um stand gratuitamente para eles. Em seguida, falou-se a respeito do código de ética, seu histórico, sua importância e utilidade no cotidiano dos museus, assim como da Comissão de ética que está permanentemente em reunião, no ICOM – Paris, avaliando ocorrências nos museus. Na oportunidade, apresentou-se três versões, na verdade são três impressões com o mesmo texto (versão da Bahia, Goiás e Minas Gerais).

Explicou-se que o texto é enviado para que cada interessado coloque sua logomarca própria, mantendo o texto exatamente como foi enviado. Informou-se, ainda, que será lançado em Porto Alegre daqui a dois meses.

Dando continuidade á reunião, apresentaram-se alguns nomes para a aprovação dos participantes quanto ao ingresso ao ICOM, comunicou-se que, havendo alguma restrição, para que se manifestassem. Não havendo manifestação, seriam considerados aprovados.

Outra questão levada foi a solicitação de Kátia Loureiro, que está coordenando a implantação do Museu da Favela, na comunidade do Pavão-Pavãozinho, no Rio de Janeiro. Ela pleiteou a gratuidade na filiação. Como nunca houve uma solicitação dessa natureza, achou-se por bem submetê-la à Assembléia para referendo, embora tenham capacidade financeira para arcar com esta filiação.

Foi manifestada preocupação, por parte de alguns participantes, em relação aos outros museus que também têm dificuldades financeiras, e que seriam abertos precedentes. A posição da Assembléia foi pela desaprovação da solicitação, tendo em vista os riscos mencionados.

Na seqüência, apresentou-se a indicação de candidatos a membros e suplentes do Conselho Consultivo do ICOM-Brasil, para o período 2010-2013, os quais foram aprovados por unanimidade.



Entrevistas

Entrevistas

Inés Lourdes Ferrera González

Actividad que desarrolla: directora Del Monumento “Plaza de La Patria” en Granma – Cuba e Deputada de La Asamblea Nacional de Cuba y museóloga.

Entidad en que trabaja: dirección Provincial del Patrimonio – Ministerio de la Cultura de Cuba.

Ibram - Es la primera vez que usted participa del Fórum?

Inés Lourdes - Para mí, lo primero, una satisfacción haber sido invitada para participar del 4º Fórum de Museos en Brasilia. Creo que es algo muy interesante, que defiende la identidad, la cultura de todos nuestros países, y es algo a que debemos seguir siempre, por el valor que tiene. Encontramos en Brasilia unidos tantos compatriotas de la familia de los museos y del patrimonio, creo que es muy importante.

Ibram - Que despertó más interés en el Fórum?

Inés Lourdes - Identidad. Creo que defender la identidad, defender nuestra cultura, defender nuestra idiosincrasia, nuestras raíces históricas es un tema para mí muy importante.

Ibram -Cuál es la importancia de un evento de esa magnitud para la comunidad museológica?

Inés Lourdes - Nos permite socializar. Lo que se hace en Brasil puede llevarse a Cuba, y lo que se hace en Chile y en otros países, pues nos permite socializar con el objetivo de defender el patrimonio.

Ibram - Cuáles son los beneficios que serán obtenidos después de la realización del Fórum, en relación a las escuelas de museos en Brasil?

Inés Lourdes - Considero que vamos crecer espiritualmente y en conocimiento. Pienso que ese es uno de los objetivos, además que se trazarán estrategias que permitirán mejorar mucho más el nuestro trabajo.

Ibram - Podría comentar cuál es su expectativa sobre las acciones futuras, tras el Fórum?

Inés Lourdes - Bueno, expectativas debe haber muchas. Pienso que unir mucho a los países al IBRAM debe ser una expectativa, entre otras.

Ibram - Como evaluarías la divulgación sobre la importancia de los museos en las actividades (políticas) culturales?

Inés Lourdes - Creo que la divulgación, hasta lo que he visto, ha sido muy buena. He tenido la oportunidad de ver el logotipo del evento en muchos lugares y la gente conoce, y incluso hoy aún me preguntaban si podrían venir y participar en las conferencias y eso quiere decir que la gente está conociendo, y eso es muy bueno, que la gente se interese no que se pasa con nuestros museos y que se irá pasar con nuestros museos. Pienso que defender eso es algo muy importante, y comunicarlo, porque pienso que los museos son la esencia cultural de la historia y de la cultura. Son su espíritu y su carne, a cada época atrapados en ella y dispuestos a ser recordados por unos y descubiertos por otros. Así que pienso que mientras más se divulgue esta función, pues mucho mejor será para nuestra familia de los museos.

TT Catalão

Atividades que desenvolve: poeta, jornalista, letrista.

Órgão em que Atua: secretário de Cidadania Cultural, Ministério da Cultura.

Ibram - Em relação ao tema do 4º Fórum Nacional de Museus - Direito à memória, Direito a museus, podemos perceber que há um diálogo diretamente com a proposta dos Pontos de Memória. Você concorda?

TT Catalão - Sim, porque você parte do espaço, do indivíduo, do sentimento de pertencimento ao lugar revestido de simbolismos e narrativas imateriais. Os Pontos de Cultura, nesse sentido, têm essa ligação profunda com a expressão. Quando você valoriza a expressão local, você valoriza o indivíduo. E esse indivíduo procura suas diferenças profundas no lugar e expressa essas qualidades completamente. Então você começa a alimentar um ciclo museológico de ter uma casa na memória específica. E a tendência dos Pontos é encaminhar esse trabalho, a partir de microsistemas de memória.

Ibram - De uma forma geral, como você avalia a relevância dos museus nas atividades culturais do país?

TT Catalão - Os museus são fundamentais. Não só como referência em si porque a memória não é uma referência estática. É uma provocação, que te emula dentro do passado, estabelecendo conexões. Tanto que o grande trabalho, o grande viés estético da linguagem dos Pontos de Cultura, é exatamente o trabalho chamado “rupturaCONtradição”. Você trabalha a ruptura com novas linguagens. E é onde a antropofagia

de Oswald de Andrade se encontra com a estruturada e sistemática de Mário de Andrade. O que é uma novidade do ministro Gil, trazer as narrativas simbólicas, a cultura como economia, a cultura como cidadania, que são os três eixos estruturantes do MinC. E é a partir desse caldeirão que vão surgindo as diversas sopas e caldos.

Octávio Elísio Alves de Brito

Atividades que desenvolve: Integrante do Conselho Consultivo de Patrimônio Museológico do Ibram. Foi secretário de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura.

Ibram - É a primeira vez que o senhor participa do Fórum?

Octávio Elísio - Já estive em outros fóruns, mas este 4º Fórum dá um salto de qualidade em relação aos anteriores e, acima de tudo, faz parte de um processo de valorização dos museus e, mais do que isso, de incentivo a formação e efetivo funcionamento dos sistemas estaduais de museus, cuja articulação se faz permanentemente e que se revela aqui, na troca de experiências, na certeza de que cada um tem o que aprender com o outro. Portanto, este 4º Fórum, de forma especial, foi sucesso por causa disso: ele se fez espaço de encontro, espaço de conversa, espaço dentro do qual se trocam experiências, fala-se de desafios e soluções vividos em cada museu. Tenho a convicção de que este é o espaço adequado para que a gente possa avançar em termos de política pública na área de museus.

Ibram - Poderia comentar a sua expectativa, em relação às ações futuras?

Octávio Elísio - Este Fórum teve duas dimensões muito importantes: uma delas foi o encontro, e outra, as exposições, os mini-fóruns, as áreas de painéis, que revelam um aspecto mais técnico. Experiência que me parece exitosa é das exposições, importantes não apenas porque os museus se mostram na sua realidade, mas também porque é através delas que se percebe o quanto avançamos em termos de estratégia de comunicação entre os museus e do uso de tecnologias novas nos museus. Por exemplo, o projeto dos museus virtuais, que permite colocação das exposições dos nossos museus na internet, permitindo sua visitação virtual, que deve provocar a ida aos museus, que vão se adaptando a esta nova realidade. O avanço daqui para frente é primeiro não perder esta oportunidade da conversa e de dar continuidade no que foi feito neste. É muito importante que a gente entenda que cada encontro deste, cada Fórum, não se esgota nele mesmo. Define diretrizes de política e estas diretrizes devem ser avaliadas de forma sistemática, utilizando a internet para reunião permanente dos gestores dos museus. A expectativa é de que continuemos avançando, construindo o hábito do diálogo constante pela internet. O Ibram está de parabéns porque está conseguindo consolidar uma estratégia de trabalho coordenado no sistema de museu em nível nacional.

Ibram - Comente aspectos importantes observados neste encontro:

Octávio Elísio - Um dos aspectos importantes que vi neste encontro e tem sido uma preocupação grande do Ibram é de que o museu não se esgote nele mesmo, o museu cumpre um fim cultural e este fim cultural deve ser perseguido de forma sistemática por aqueles que fazem a gestão do museu. O que é que é isto? Primeiro

é a articulação com a comunidade, o museu é o espaço da memória, é o espaço da manifestação cultural, é o espaço das relações entre as pessoas que trabalham no museu e a comunidade, se avaliando de uma forma sistemática.

Quero insistir muito na importância do museu dentro de uma estratégia do turismo, porque é este o ponto através do qual nos fazemos conhecidos em todo o nosso potencial de diversidade cultural. Acho importante estabelecer algumas metas. Acabamos de ver uma Copa do Mundo, na África, onde o mundo conheceu a África do Sul pela TV, em toda sua riqueza cultural. Isto mostra a oportunidade destes eventos esportivos para mostrarmos nossa cultura pelos museus. Vamos ter uma Copa do Mundo daqui a 4 anos e Olimpíadas daqui a 6 anos, oportunidades que devemos aproveitar para divulgarmos nosso patrimônio cultural por meio do turismo. Temos de nos preparar. Nossa cultura, em toda sua diversidade, é um atrativo que se revela em nossa rede de belos museus, num país de imenso território com grande grandes diferenças culturais, numa matriz de miscigenação cultural bastante atraente ao visitante. Não tenho dúvida de que o patrimônio cultural, material e imaterial, e a rede de museus jogam papel importante para que nos realizemos enquanto nação, e que nos façamos conhecidos e respeitados pelo que efetivamente somos.

Maria Célia Teixeira Moura Santos

Atividades que desenvolve: Consultoria em Museologia.

Órgão que atua: Professora Aposentada da Universidade Federal da Bahia.

Ibram - Qual o tema que despertou maior interesse e por quê?

Maria Célia - O encontro dos professores dos cursos de museologia foi muito importante. O trabalho desenvolvido com a Rede de Professores, a partir do último Fórum Nacional de Museus, permitiu a realização de uma pesquisa sobre os 14 cursos de Museologia e o perfil dos nossos estudantes. Esse trabalho de pesquisa traz subsídios importantes para reestruturação dos nossos cursos atuais e para o planejamento dos novos. Durante o encontro, também tomamos conhecimento do movimento em torno da criação de cursos de pós-graduação em Museologia, em Minas e em São Paulo. Com a implantação da Política Nacional de Museus em nosso país, desde 2003, houve um grande estímulo à criação de novos cursos, devido à carência de profissionais para atuar no setor. Só existiam três cursos de Museologia: no Rio, na Bahia e em Santa Catarina.

Ibram - Qual a importância de um evento desta magnitude para a Comunidade de Museologia?

Maria Célia - O Fórum Nacional de Museus foi incorporado pela classe museológica como um evento importante para reflexão e avaliação das ações desenvolvidas com a Política Nacional de Museus. O 4º Fórum tem uma grande relevância para o setor museológico brasileiro, pois estamos discutindo, elaborando e aprovando as diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus.

Ibram - Na sua avaliação quais os benefícios que serão obtidos após a realização deste Fórum, em termos de melhoria dos nossos museus no Brasil?

Maria Célia - Considero que as melhorias estão acontecendo de forma gradual, resultado de um processo participativo que vem ocorrendo em nosso país, desde o planejamento e implantação da Política Nacional de Museus. Espera-se que os documentos básicos produzidos neste Fórum possam trazer subsídios importantes para a gestão das instituições museológicas e para a atuação dos museus junto à sociedade.

Ibram - Poderia comentar qual a sua expectativa, em relação às ações futuras decorrentes deste evento?

Maria Célia - O diferencial deste evento é a elaboração das diretrizes para o Plano Setorial de Museus. Teremos um Plano Nacional de Museus, referencial importante para a elaboração e desenvolvimento dos nossos programas, planos e projetos.

Ibram - Como a senhora avalia a divulgação sobre a relevância dos museus nas atividades culturais?

Maria Célia - A divulgação tradicional (horário de funcionamento, endereço, eventos etc.) continua sendo necessária. Entretanto, é imprescindível que a sociedade veja o museu como instituição que faz parte de sua vida. Que o cidadão se aproprie dos espaços museológicos, como um equipamento cultural essencial para a vida de cada um de nós; local de aprendizagem, de apropriação do patrimônio cultural, de criação, de lazer, de contemplação e entretenimento. Que a divulgação contribua para a formação de opinião sobre a importância dos museus. Essas instituições têm papel relevante para o desenvolvimento sociocultural de um povo.

Rosana Andrade Dias do Nascimento

Atividades que desenvolve: Professora Dra. Rosana Nascimento – UFSC; graduada em Museologia pela Universidade Federal da Bahia; mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia, doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Museóloga de formação pela Universidade Federal da Bahia. Professora da UFBA.

Órgão em que atua: Universidade Federal de Santa Catarina e Chefe do Departamento do Curso de Museologia da UFBA.

Ibram - Qual o tema que despertou maior interesse e por quê?

Rosana Nascimento - Os temas são todos da maior relevância e a dinâmica proposta para o 4º Fórum torna o ambiente propício à discussão e à integração. Em especial a capacitação com as oficinas e com os mini-fóruns atividades da maior importância.

Ibram - Qual a importância de um evento desta magnitude para a comunidade de Museologia?
Rosana Nascimento - O que tenho como marco em termos de fórum foi o primeiro. Porque esse grupo que vem da museologia estava sem encontro, sem ter uma atenção, inclusive no plano do Governo, não havia uma integração. Ocorreu a construção de um processo. E, hoje o 4º Fórum é o momento de síntese; nós estamos finalizando uma gestão que foi muito bem sucedida; bem sucedida não só em questão de financiamento de museus através de editais. Mas, no sentido da democratização de participação das pessoas na construção de uma política museológica.

Ibram - Na sua avaliação quais os benefícios que

serão obtidos após a realização deste Fórum, em termos de melhoria dos nossos museus no Brasil?

Rosana Nascimento - A capacitação nas oficinas. As oficinas a meu ver são da maior importância. Eu sou oficinaira do Ibram e me identifiquei muito, pois a gente conhece uma realidade nacional em razão desses deslocamentos, vamos lá e conhecemos as pessoas, as dificuldades, as realidades museológicas; e isso é importante, pois essas pessoas conseguem se aproximar desses oficinairos; nesse momento que a gente se encontra e com toda essa integração é que se consegue galgar e buscar novos rumos e novos caminhos.

Ibram - Poderia comentar qual a sua expectativa, em relação às ações futuras decorrentes deste evento?

Rosana Nascimento - Minha expectativa hoje é de que as discussões nos mini-fóruns setoriais, levadas para as plenárias estabeleça a política nacional para museologia, garantindo sua execução, independente de ter ou não a continuidade das pessoas que estão aí. Porque eu acredito que o Ibram já tem uma estrutura consolidada e espero que assim permaneça para que não haja descontinuidade.

Ibram - Como a Senhora avalia a divulgação sobre a relevância dos museus nas atividades culturais ?

Rosana Nascimento - Com relação a museus existem duas questões que para mim são importantes e no momento em que Gil (então Ministro Gilberto Gil) resolve em 2003 chamar a comunidade museológica e criar uma Políti-

ca Nacional de Museus, reconheceu esses profissionais, como também, os museus. Naquele momento houve um movimento, como um vento levantando uma poeira. Alguns conseguiram transformar a sua realidade, outros estão buscando essa transformação, mas o importante é a modificação que trouxe na realidade museológica, de trabalhos, de ações, da própria sociedade, entender esse equipamento cultural, esse espaço de preservação da memória um local não só para guardar coisa velha, mas que tem uma dinâmica onde as coisas aconteçam e seja uma referência dentro da comunidade, sendo ele de pequeno porte, ou grande porte; a reformulação de processos documentais, a pesquisa. Museus onde as comunidades estão buscando como a da Maré, museus de favela, terem o seu próprio espelho e que elas se vejam e construam seus processos com seus objetos. Um acesso não por você ter a garantia de que comprou um bilhete e que lhe está sendo permitido por ser uma instituição pública, mas é um acesso de você também poder construir dentro dessas instituições várias modalidades e várias referências, várias tipologias com diferenças culturais onde as pessoas se enxergam e se identificam; é o fazer diferente. Novas possibilidades de inserir a sociedade. Onde o artefato seja um meio, possibilitando reflexões em torno das expressões culturais. E a gente tem um grande ganho: hoje nós temos um instituto que é o Ibram, que tem uma política que é gestada, que norteia as ações em torno do segmento museal. As ações são implementadas dentro de um planejamento estratégico. Então você tem nortes, você tem processos que espera que a partir de 2010 eles sejam continuados. Hoje eu estou me sentindo feliz, por estar concluindo minha participação ao ministrar mini-curso para alunos de universidades, por falar para alunos que estão em processo de

formação e que serão o futuro e a continuidade da museologia.

Magaly Cabral

Atividades que desenvolve: museóloga, pedagoga e mestre em Educação pela PUC-RJ.

Órgão em que atua: diretora do Museu da República RJ.

Ibram - Quais são as principais discussões, o que foi debatido de mais importante neste minifórum, e quais são os principais desafios dos museus na atualidade?

Magaly Cabral - São nove temas que estão sendo discutidos. Ontem, a gente discutiu quatro; hoje à tarde, vamos discutir os cinco restantes. Ontem, a gente discutiu gestão museal, a questão de acervos, de preservação, disseminação do acervo, educação, ação social e formação e capacitação. São temas bastante densos, a discussão foi muito boa. Por exemplo, a discussão de museus de história aponta, em primeiro lugar, você refletir que história você está passando no museu. Tem a história dos heróis e tem a história dos esquecidos. Então é importante que ambos estejam presentes em um museu de história. Não vamos fazer tipo pegar a água da bacia do bebê e jogar fora, e tentar começar tudo de novo não é? Os heróis estão lá, eles existem... Nos museus municipais, nos museus no interior, tem a figura do dentista, do doutor, ou do político mesmo, estão lá. Estes estão presentes no museu. Mas e o “seu nhônhô”, agricultor, que, de repente, tem uma importância para aquela região? Então isso é uma das coisas que estamos buscando debater. Ou seja: a gente pode dizer o seguinte... A gente está tentando preencher lacunas nos acervos dos

museus dos diferentes tipos às vezes até dos heróis também. Por exemplo, no Museu da República que eu dirijo, nós temos lacunas no acervo referentes a alguns presidentes da República. A outra questão, por exemplo, a capacitação é importante que você ao trabalhar no museu esteja capacitado seja para a museologia, seja para a educação, seja para a pesquisa. Enfim a capacitação é fundamental. O debate está sendo muito bom: o museu da história da atualidade acho que tem um papel fundamental que é o papel de identitário do cidadão. Qual o papel do museu? O de história principalmente? É o de promover uma reflexão crítica sobre a história do país.

Ibram - Como é feito?

Magaly Cabral - Através das exposições, através das ações educativas, mas a exposição também tem que buscar esse caminho. É difícil, não é fácil não, porque a exposição não pode ter uma meta narrativa autoritária. A exposição tem que dar brechas ao visitante para que ele pense: “é isso mesmo? Eu concordo? Eu discordo? Não é bem assim?” Não é fácil fazer isso não.

Ibram - Eu queria saber um pouco da sua opinião sobre essa questão dos museus sociais, que é essa nova vertente que já surgiu há um bom tempo, mas que está avançando, os próprios Pontos de Memória, essa apropriação dos museus pelas comunidades, essas novas tipologias de museus, museus de céu aberto, qual é a sua opinião?

Magaly Cabral - A função social do museu ela já vem fazendo algum tempo. Em 1984, com a declaração de Quebec, que retoma a mesa de Santiago de 1972 que estava esquecida, já se começa a se discutir a função social do museu. O que eu acho que está acontecendo agora e, graças ao

Ibram, é um reforço, em pensar essa função social do museu, criando o museu social, mas não esquecendo que o museu, digamos “tradicional”, também pode ser um museu social. O Museu da República eu afirmo e provo: é um museu social, pelas ações que desenvolve. Temos que ter cuidado, às vezes, e não achar que só o museu social, pois todo museu é social e comunitário.

Ibram - Com relação ao Fórum Nacional de Museus? Qual a importância, qual a relevância desse evento para a comunidade museológica? Como você vê esse quarto Fórum?

Magaly Cabral - Fantástico! Em primeiro lugar, eu quero dizer o seguinte: chegar ao 4º Fórum é muito importante. Poderia ter acontecido o primeiro lá em 2004 e morrer, mas não, a cada dois anos estamos realizando o Fórum. A gente vê o número de pessoas participantes, a comunidade museológica quer participar. Eu acho que teríamos aqui 3.000, 5.000 participantes.

Ibram - Qual a sua expectativa com relação ao Plano Nacional Setorial de Museus? O que você acredita que deva estar lá no plano e que não pode faltar?

Magaly Cabral - Essa é a discussão. O Plano Nacional de Cultura e o Plano Setorial de museus é uma oportunidade que, por muito tempo, a área de museus não via, de estar sendo considerada como um setor que merece ter um plano. Essa é uma conquista através dos fóruns, através do Sistema Brasileiro de Museus, do Plano Nacional de Museus e do cadastro nacional de museus. Todas essas ações que estão acontecendo ao longo desses anos.

Ibram - A senhora acha que há alguma deman-

da nova no campo da museologia?

Magaly Cabral - Demandas sempre existem porque nem todas são sempre cumpridas. Quando você fica relegado muitos anos ao nada, então as demandas não estão todas cumpridas. Então ainda há muitas demandas não cumpridas, e novas... Deixa eu pensar assim... É dotar mesmo os museus das novas tecnologias, para poder cumprir o seu papel de disseminação da informação, de comunicação. Eu acho que é isso... Dotar os museus das novas tecnologias. É claro que eu estou falando de museus da capital. Os museus do Ibram, assim mesmo alguns museus do Ibram pelo país, não eram subordinados ao antigo Departamento de Museus. Há pouco tempo são subordinados a ele e agora ao Ibram, então há muitos museus nossos ainda do Ibram que necessitam se modernizar. Se pensar no país de um modo geral, há muitos museus necessitando se modernizar. Não é a toa que o Ibram faz a campanha do Mais Museu, de criar mais museus por esse país no interior, principalmente e é essa a visão do Ibram com o programa Mais Museus, com o edital Mais Museus. Então, a gente pode dizer assim: existem museus que estão lá em um estágio, que precisa capacitar seus profissionais, que necessitam ainda inventariar seu acervo e há museus que estão em um estágio bastante avançado. Agora, uma coisa eu posso afirmar e isso eu falo pela experiência que eu tenho pelas minhas relações internacionais: o Brasil, com a experiência do Ibram, na reflexão conceitual, não deve nada a comunidade internacional. Eu acho até que ao contrário. Ele traz novas reflexões para a comunidade internacional.

Ibram - Então a senhora acha que daqui a algum tempo já estaremos exportando a Política Nacional de Museus?

Magaly Cabral - Já e veja, não é a toa que o Rio receberá a comunidade internacional de museus em 2013, uma campanha do Ibram junto com o Comitê Internacional do Brasil do ICOM, os dois juntos. Estivemos no ano passado em Paris, defendendo a candidatura do Rio de Janeiro, vencemos Moscou e Milão, e o ICOM é uma comunidade européia, e vencemos no primeiro turno. Não precisamos ir ao segundo turno. Vencemos com número de votos acima da soma dos dois. Isso é muito importante... Isso é a prova da maturidade da museologia brasileira.



Considerações Finais



Considerações Finais

Um olhar para o futuro

"Todo homem é um membro valioso da sociedade que por suas observações, pesquisas e experiências adquirem o conhecimento para os homens."

James Smithson¹⁸

Com a finalização do presente relatório, que consolida os resultados das atividades realizadas durante o 4º Fórum Nacional de Museus, conclui-se importante etapa da estratégia de gestão definida pelo Ministério da Cultura (MinC) e Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) para o desenvolvimento do setor museológico.

Importa registrar, preliminarmente, que o documento apresenta características que integram padrões de um relatório tradicional de resultados com a estruturação contida em programação adremente definida pelos organizadores, onde os dados e informações expostos foram construídos de forma a possibilitar ao leitor uma visão dos objetivos alcançados durante o evento.

O detalhamento do relatório aponta as oportunidades de melhorias para o segmento museal, propiciando a escolha de cenários envolvendo pressupostos coerentes com o que vem sendo trabalhado no âmbito do Sistema Nacional de Museus.

¹⁸ Em 1826, James Smithson, um cientista britânico, elaborou o seu testamento, nomeando seu sobrinho como beneficiário. Smithson estipulou que, caso o sobrinho morresse sem herdeiros, seu patrimônio deveria ser destinado aos Estados Unidos da América. Em 01 de julho de 1836, o Congresso Americano aceitou a herança legada à nação, estabeleceu-se a Instituição Smithsonian como uma relação de confiança a ser administrado por um Conselho de Regentes e um secretário do Smithsonian.

CONSIDERAÇÕES FINAIS :: RELATÓRIO DO 4º FNM

As alternativas não são neutras e ensejarão aos formuladores do mencionado Sistema à apropriação de cenários alternativos de forma a apontar parâmetros e estimativas que mobilizem, estimulem e impulsionem ações consistentes por parte dos *Stakeholders*, exercício que certamente contribuirá para a construção do Plano Nacional de Museus.

Por tudo o que foi apresentado, acredita-se honestamente que durante o evento o Ibram trabalhou seriamente para o cumprimento de sua missão institucional, superando as expectativas almejadas, assegurando maior sustentabilidade ao patrimônio museológico nacional.



COMISSÃO ORGANIZADORA DO 4º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS

Presidente

José do Nascimento Junior

Coordenadora Geral

Eneida Braga Rocha de Lemos

Representante do Ministério da Cultura

Margarete Moraes

Representante do Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus

Romilda Resende Moreira

Representante do Departamento de Processos Museais

Mario de Souza Chagas

Representante do Departamento de Gestão Interna

Jane Carla Lopes Mendonça

Representante da Coordenação de Sistemas de Informações Museais

Rose Moreira de Miranda

Subcomissão de Infra Estrutura e Logística

Carmen Silvia Maia de Paiva

Daniele de Lima Perdomo

Felipe Barki Alves Dos Santos

Flavia Mello de Castro

Marcelo Helder Maciel Ferreira

Tania Maria Barbosa de Lima

Subcomissão do Núcleo de Conhecimento

Ena Elvira Colnago

Alejandra Saladino

Ana Lourdes de Aguiar Costa

Julia Nolasco Leitão Moraes

Patrícia da Cunha Albernaz

Subcomissão de Metodologia e Sistematização do Plano Nacional Setorial de Museus

Ena Elvira Colnago

Adriano Sodré de Moraes

Ana Cristina Viana de Mello

Luiz Renato Lima da Costa

Myrian Caldeira Sartori

Nicelli Honório Feitosa

Nicole Isabel dos Reis

Patrícia da Cunha Albernaz

Subcomissão de Promoção, Divulgação e Programação Paralela

Ana Lourdes de Aguiar Costa

Claudia Rose Ribeiro da Silva

Marcelle Pereira

Marcos Niemeyer Moreira

Sylvana Cotrim Lobo

Colaboradores

Edson Silva de Oliveira

Felipe Guimarães

Flaviane da Costa Gomes

Flávio Jesus dos Santos

Inês Cordeiro Gouveia

Kenia Gonçalves Sabino

Vitória Lima de Araújo Camargo

Miniplenárias – Plano Nacional Setorial de Museus

Eixo I: Produção simbólica e diversidade cultural

Coordenadores:

Margarete Costa Moraes

Mario de Souza Chagas

Facilitadoras:

Dulcinéa Cassis

Regina Nunes

Estagiários:

Fumiko Kanegae

Laura Papa

Rodrigo Rodrigues

Eixo II – Cultura, Cidade e Cidadania

Coordenadoras:

Ena Elvira Colnago

Claudia Maria Pinheiro Storino

Facilitadoras:

Maria Isabel Drummond Opper Silva

Walnice Maria da Costa de Almeida

Estagiários:

Ariel Lins
Elisa Bulat
Thomas Nizio

Eixo III: Cultura e Desenvolvimento sustentável**Coordenadores:**

Bruno Sadeck
Cícero Antonio Fonseca de Almeida

Facilitadores:

Sílvia Brum
Wankes Leandro

Estagiárias:

Aline Macedo
Clarissa Pegas
Fernanda Werneck

Eixo IV: Cultura e Economia Criativa**Coordenadores:**

Alvaro Marins de Almeida
Eneida Braga Rocha de Lemos

Facilitadoras:

Marcia Cassis
Patrícia Santos

Estagiárias:

Luciana Torres
Mayara Domingues

Eixo V – Gestão e Institucionalidade da Cultura**Coordenadoras:**

Jane Carla Lopes Mendonça
Rose Moreira de Miranda

Facilitadoras:

Maria da Penha de Oliveira
Maria Amélia Dias

Estagiárias:

Ingrid Orlandi Meira
Laís dos Santos de Amorim

Minifóruns – Plano Nacional Setorial de Museus*Museu Arqueológico***Coordenador:**

Antônio Carlos Motta

Relatora:

Fabiana Comerlato

Suplente:

Alejandra Saladino

Facilitadores:

André Ricardo Panizzi Queiroz
Maria Amélia Dias

Estagiária:

Luciana Torres Jatobá

*Arquivos e Bibliotecas de Museus***Coordenadoras:**

Ivana Parrela
Vera Mangas

Relator:

Pedro Henrique Belchior Rodrigues

Suplente:

Sílvia Pinho

Facilitadoras:

Michelle R. Confessor
Walnice Almeida

Estagiários:

Bruno Borges
Clara do Amaral

*Museu de Arte***Coordenadores:**

Luiz Guilherme Vergara
Renata Azambuja

Relatora:

Gleyce Heitor

Suplente:

Maria Helena Rosa Barbosa

RELATÓRIO DO 4º FNM :: : EQUIPE**Facilitadores:**

Acrísio Fernandes Sobral de Medeiros
 Dulcinéa Ramos Cassis
 Gabrielle Patrícia Augusta Corrêa de Oliveira
 Margarita Maria Morales Villegas

Estagiários:

Aline Macedo
 Clarissa Pegas
 Fernanda Werneck
 Laura Papa
 Mayara Domingues

Museu de Ciência e Tecnologia**Coordenadores:**

Denise Studart
 Marcelo Firer

Relator:

Márcio Rangel

Suplente:

Simone Flores

Facilitadores:

Eduardo Veras Riether
 Márcia Cassis

Estagiárias:

Jéssica Pedrosa
 Poliana Rocha

Museus Comunitários e Ecomuseus**Coordenadoras:**

Kátia Loureiro
 Terezinha Resende

Relatora:

Maria Emília M. de Souza

Suplente:

Francisco Do Vale Pereira

Facilitadoras:

Maria da Penha
 Regina Celi B. Nunes
 Rosana Carneiro F. Medeiros

Estagiários:

Ariel Lins
 Edvan Aquino
 Marcela Tavares

Museu de Culturas Militares**Coordenadores:**

Almirante Armando de Senna Bitencourt
 Brigadeiro Márcio Bhering Cardoso

Relator:

Almirante Armando De Senna Bitencourt

Suplente:

Brigadeiro Márcio Bhering Cardoso

Facilitadora:

Sílvia Brum

Estagiário:

Mateus Mascarenhas

Museu Etnográfico**Coordenador:**

Eduardo Góes Neves

Relator:

Eurípedes Gomes da Cruz Junior

Suplente:

Rosário

Facilitadoras:

Cláudia Bandeira
 Maria Amélia Dias

Estagiária:

Bruna Santana

Museu de História**Coordenadoras:**

Magaly de Oliveira Cabral Santos
 Marlúcia Santos Souza

Relatora:

Maria Perpétua de Souza

Suplente:

Marli Fávero

Facilitadores:

Hermano Wrobel
Isabel Drummond
Valéria Maia G. Lyra

Estagiárias:

Amanda Barros
Anna Paula Silva
Gabriela Villarino

Museu da Imagem, Som e de Novas Tecnologias**Coordenadores:**

Cristina Lodi
Maria Thereza Kahl Fonseca
Rafael Maldonado

Relatores:

Daniela Bousso
Rodolfo Ikeda

Suplente:

Denise Thomasi

Facilitadores:

Júlio César M. de Almeida
Patrícia Santos

Estagiárias:

Samia S. N. Da Silva
Hérika Lorena C. Nogueira

Coordenação dos Facilitadores

Maria Leonidia Marques Malmegrin
Maria Eugênia Deuzak Costa

Concepção, Curadoria e Produção da Exposição O Ibram e seus museus

Eneida Braga Rocha de Lemos
Mario Chagas
Alex Sandro
Ana Lourdes de Aguiar Costa
Claudia Storino
Romilda Resende Moreira
Sylvana Lobo

Fotografia

Sylvana Lobo

Textos

Claudia Storino
Mario Chagas

Logística

Luiz Guilherme R. da Silva
Leonardo dos Santos Martins
Marcelo Alves Guimarães

Agradecimentos

Diretores e corpo técnico das unidades museais do IBRAM

Concepção, Curadoria e Produção da Mostra de Fotografia Memória em Movimento

Mario Chagas
Eneida Braga Rocha de Lemos
Marcelle Pereira
Claudia Storino
Inês Gouveia
Cláudia Rose
Ana Lourdes de Aguiar Costa
Júnior Tedesque

Seleção de textos

Álvaro Marins
Mario Chagas

Fotografias

Acervo Pontos de Memória

Comunicação e logística

Sara Schuabb
Kiki Storino

Agradecimentos

À Organização dos Estados Iberoamericanos, aos Pontos de Memória e ao poeta Paco Cac.

Concepção, Curadoria e Produção da Mostra de Artesanatos Locais

Eneida Braga Rocha de Lemos
Romilda Resende Moreira

RELATÓRIO DO 4º FNM :: : EQUIPE

Ana Lourdes de Aguiar Costa
Sylvana Lobo

Logística

Edson Silva De Oliveira
Felipe Guimarães

Agradecimentos

Antonieta Contini - Gerente da Unidade de
Empreendedorismo Social do Sebrae /DF

Equipe de Editoração

Organização do Relatório

Ena Elvira Colnago
Ana Cristina Viana de Melo
Nicelli Honório Feitosa

Projeto Gráfico

Felipe Guimarães
Gustavo Sousa
Pedro Matallo
Rayanne Silva

Revisão

Álvaro Marins
Ana Cristina Viana de Melo
Andre Amud Botelho
Eneida Quadros Queiroz
Flora Maravalhas
Marcelo Gonczarowska Jorge
Marcos Poloni Valente
Myrian Caldeira Sartori
Nicelli Honorio Feitosa
Robson dos Santos
Sandro dos Santos Gomes

Diagramação

Rayanne Oliveira da Silva



Equipe Ibram no 4º Fórum Nacional de Museus

ibram
instituto **brasileiro** de **museus**

ISBN 978-85-63078-24-7
9 788563 078247



Ministério da
Cultura

